



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LUIZ CEZAR DOS SANTOS MIRANDA

**Vizinhos do (in)conformismo:  
O Movimento dos Sem Teto da Bahia  
entre a hegemonia e a contra-hegemonia**

Salvador – Bahia  
2008

**LUIZ CEZAR DOS SANTOS MIRANDA**

**Vizinhos do (in)conformismo:  
O Movimento dos Sem Teto da Bahia  
entre a hegemonia e a contra-hegemonia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Almeida

Salvador – Bahia  
2008

**TERMO DE APROVAÇÃO**

LUIZ CEZAR DOS SANTOS MIRANDA

**Vizinhos do (in)conformismo: o Movimento dos Sem Teto da Bahia  
entre a hegemonia e a contra-hegemonia**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

---

Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida (UFBA)  
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea

---

Antonio da Silva Câmara (UFBA)  
Doutor em Sociologia

---

Franklin de Carvalho Oliveira Junior (FTC)  
Doutor em História Social

Salvador, 17 de dezembro de 2008

*Bandeiras ao vento*

*A minha casa eu conquisto pela força  
Conquisto caminhando, insistindo em ocupar  
Vou caminhando, seguindo em movimento,  
Minha bandeira ao  
Sobe e desce sem parar*

*E de mãos dadas com o meu vizinho do lado  
Me senti encorajado,  
Bem mais forte pra lutar  
E num confronto, tomo das mãos do sistema  
O direito de morar*

*Bandeiras ao vento,  
O povo em movimento fazendo revolução  
Bandeiras ao vento,  
O povo em movimento fazendo revolução*

*Vem companheiro, seguindo em movimento,  
Este não é o momento, não é hora de parar.  
Organizar, ocupar e resistir, então vamos prosseguir*

*Se cai a lágrima, fica no peito a esperança,  
Pois só haverá mudança se houver revolução  
O povo unido, exigindo seus direitos  
Que estão no artigo 6º da Constituição*

*Bandeiras ao vento,  
O povo em movimento fazendo revolução  
Bandeiras ao vento,  
O povo em movimento fazendo revolução.*

Luciana Moura, poetisa e coordenadora do MSTB

Aos sem teto, que acreditam e lutam por um mundo melhor.

A meu avô Guilherme,  
a meu pai Manuel,  
que viram começar,  
mas não viram terminar o presente trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho estuda o Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), de sua origem em 2003 ao seu processo de cisão, resultando na configuração de dois movimentos com concepções e práticas diferenciadas. O movimento surge com grande capacidade de mobilização, ocupando prédios e terrenos considerados sem função social, chamando a atenção do povo, da mídia local e do Estado. Tal configuração se dá na Salvador com um déficit habitacional de mais de 150.000 moradias, com profundas desigualdades sociais e concentração de renda. A composição social dos sem teto é de desempregados, sub-empregados, mães trabalhadoras solteiras, catadores de resíduos sólidos, enfim, toda sorte de excluídos e despossuídos do círculo de produção da mercadoria. É justamente a relação com o Estado, ao longo de sua história, um dos principais divisores de água do MSTB. Se por um lado um campo que se constituiu no movimento defende a autonomia e independência em relação ao Estado, a compreensão da crise da habitação como problema estrutural do capitalismo, defendendo outro modelo de sociedade, outro campo estabelece relação de atrelamento com o Estado, com afinidades com a atual hegemonia política, cultural e econômica da sociedade. Assim, enquanto um campo tem uma posição contra-hegemônica (Campo A), o outro campo se afina com a ordem estabelecida (Campo B).

**Palavras-chave:** Movimento dos Sem Teto da Bahia; hegemonia; movimentos sociais; Salvador.

## ABSTRACT

This work studies the Bahia Homeless Movement (MSTB), since its beginning in 2003 until its division process, becoming two movements with different conceptions and practices. The movement appears with great mobilization capacity, taking up buildings and pieces of land considered without social function, being in the spotlight of the people, local media and State. Such configuration happens in Salvador with a housing lack of more than 150.000 units, with deep social differences and income concentration. The homeless social composition is made by unemployed, under-employed, single working women, solid waste pickers, in other words, all sort of excluded and dispossessed people from the production circle. It's just the relation with the State, along history, one of the most important moments for MSTB. If on one hand a group emerged from the movement defends the autonomy and independence over the State, the understanding of the housing crisis as a structural problem of capitalism, defending another social model, another group establishes a relationship with the State, with affinities with the current political, cultural and economic hegemony of the society. Therefore, while a group has an opposing position (Group A), the other one is tuned with the established order. (Group B)

**Keywords:** Bahia Homeless Movement, Hegemony, Social Movements, Salvador.

## AGRADECIMENTOS

Ao orientador Prof. Dr. Jorge Almeida, orientando pelos passos gramscianos onde a paixão ilumina o intelecto;

Aos Profs. Drs. das bancas de qualificação e de defesa, Jorge Almeida, Franklin Oliveira Jr. e Antonio Câmara, pela atenção, disposição, reflexão e avaliação do presente trabalho;

À Fapesb – Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado da Bahia, pela bolsa de mestrado que contribuiu para o desenvolvimento do presente trabalho;

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, nas pessoas dos coordenadores Antonio da Silva Câmara e Miriam Rabelo, pela atenção dada;

Aos professores do PPGCS, que refletiram conosco as questões inerentes ao tema;

Ao Grupo de Pesquisa Processos de Hegemonia e Contra-hegemonia, pelos debates sobre o tema, que enriqueceram nossa pesquisa;

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação, Dôra, Daniela e Reinaldo, pelo apoio dado;

Aos colegas do PPGCS, que dividiram comigo momentos de dúvidas e incertezas;

Aos membros do MSTS/MSTB, Pedro Cardoso, Ana Vaneska, Dinho, Célia, Marlene, Cristina, Jhones Bastos e Walter Sena, assim como Manolo (CEAS), Yuri (CJP), Fabrício (Comuna), Valdisio Fernandes, Afonso Florence (Sedur) pelas entrevistas concedidas, a Idelmário pelos documentos do movimento, todos fundamentais para a construção do trabalho que ora se apresenta.



## SIGLAS E ABREVIATURAS

ACM – Antonio Carlos Magalhães  
ANAMPOS - Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
AMPLA – Associação de Moradores de Plataforma  
APLB – Associação dos Professores Licenciados da Bahia  
ASA – Ação Social Arquidiocesana  
CAB – Centro Administrativo da Bahia  
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CDS – Coordenação de Desenvolvimento Social  
CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais  
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social  
CEB – Comunidade Eclesial de Base  
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços  
CETA – Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas  
CIA – Centro Industrial de Aratu  
CI-PM – Companhia Independente da Polícia Militar  
CJP – Comissão de Justiça e Paz  
CMP – Central de Movimentos Populares  
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
COELBA – Companhia de Eletrificação do Estado da Bahia  
CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia  
CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores  
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DEM - Democratas  
FABS – Federação das Associações de Bairro de Salvador  
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FMI – Fundo Monetário Internacional

GPU – Gerência de Patrimônio da União  
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IAPSEB – Instituto de Previdência e Assistência do Estado da Bahia  
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MCR – Movimento Comunista Revolucionário  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MDF – Movimento de Defesa dos Favelados  
MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado  
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia  
MSTS – Movimento dos Sem Teto de Salvador  
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
ONG – Organização Não Governamental  
PAR – Programa de Arrendamento Familiar  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCO – Partido da Causa Operária  
PDS – Partido Social Democrático  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PF – Polícia Federal  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PM – Polícia Militar  
PRP – Partido Revolucionário do Proletariado  
PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro  
PSH – Programa de Subsídio da Habitação  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

SINDPEC Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado da Bahia

SINDAE – Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto do Estado da Bahia

SINERGIA – Sindicato dos Eletricitários da Bahia

SINDPREV – Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social no Estado da Bahia

SINDUSCOM – Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia

SAJU – Serviço de Atendimento Judiciário

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

SERIN – Secretaria de Relações Institucionais

SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano

SEHAB – Secretaria de Habitação

SUCOM – Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UMP-BA – União de Moradia Popular

UNMP – União Nacional por Moradia Popular

UNEGRO – União dos Negros pela Igualdade

UNE – União Nacional dos Estudantes

## SÚMARIO

Introdução .....	14
1. Movimentos sociais, capitalismo e hegemonia .....	18
1.1 Capitalismo e crise urbana: as cidades como lócus dos movimentos sociais	23
1.2 Sujeitos sociais em ação nas cidades .....	31
1.3 Hegemonia.....	37
1.4 Movimentos sociais, hegemonia e contra-hegemonia .....	42
1.5 Movimentos contra-hegemônicos? .....	45
1.6 Movimentos sociais na América Latina e luta contra-hegemônica .....	49
1.7 Ideologia .....	51
2. Salvador dos sem teto .....	57
3. Movimento dos Sem Teto: uma história de luta .....	66
3.1 Levantamento cadastral das ocupações de MSTs realizado pelo movimento no período de 2003 à 2004.....	97
3.2 Levantamento cadastral das ocupações de Movimento dos Sem-Teto de Salvador realizado pela Secretaria Municipal da Habitação no período de 2005 a 2007.....	98
3.3 Mapa da ocupações do MSTs/MSTB .....	100
4. O Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia ....	101
4.1 O processo de cisão .....	101
4.2 Os aliados de cada campo .....	121
4.3 Ocupações .....	126
4.4 Organização de mulheres .....	128
4.5 Formação política .....	131
5.6 Conquistas .....	134
5.7 Concepções .....	139
5. Conclusões .....	142

6. Referências bibliográficas .....	147
7. Fontes .....	153
8. Anexo ..	157

## **Introdução**

Em tempos de acomodação de grande parte dos movimentos sociais, animados pelas possibilidades da institucionalidade, a insurgência do Movimento dos Sem Teto de Salvador, em 2003, me desperta atenção pela sua contraposição à maré que seguia os demais movimentos. Considerando, segundo Gramsci, que a paixão ilumina o intelecto, o assunto logo acende o interesse do cientista social autor do presente trabalho. O MSTs – inicialmente assim denominado – aparece no cenário social e político com grande capacidade de organização e mobilização, chamando atenção, do povo, dos poderes públicos e dos cientistas sociais. Logo percebi ali um tema de grande relevância para a sociologia e a política, pois destoava da apatia em que se encontravam (e ainda se encontram) as organizações sociais “dos de baixo”.

Inicialmente, detive-me na idéia de analisar a organização e a mobilização do movimento, porém, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, fui percebendo as nuances internas que se refletiam externamente, consequentemente na linha do MSTs. Porém, a conformação em dois campos distintos na direção do movimento, com concepções e práticas diferenciadas, me desloca para um tema mais específico e – por vezes – pouco percebido. Esses dois campos, os quais distingo, por questões metodológicas e no sentido de evitar a personalização da discussão, em Campo A e Campo B, assumem, de um lado, um caráter contra-hegemônico, com uma concepção de classe do movimento e do Estado; por outro lado, um campo que atua dentro e para a ordem hegemônica, sem uma concepção crítica da sociedade e sem horizonte político.

Assim, o objeto de estudo do presente trabalho é o MSTB e suas posições entre a hegemonia e a contra-hegemonia. Especificamente, como cada campo se relaciona com o Estado, qual seu projeto estratégico, quem são seus aliados, como se mobiliza.

Ao compreender a formação de dois campos diferenciados, adaptado à hegemonia existente e contra-hegemônico, utilizamos como referencial teórico a elaboração de Gramsci acerca da hegemonia, entendendo tal conceito como “a combinação de direção moral e intelectual com dominação, exercida através do consenso e da coerção, de e entre classes” (Almeida, 2003). A hegemonia não é um monólito. Em sendo o exercício

de uma liderança combinada com dominação, é um processo em que tem que ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Desse modo, pressupõem-se também ações contra-hegemônicas ou hegemonia alternativa, resistindo à ação dirigente/dominante, propondo projetos alternativos ao estabelecido. Gramsci dá real importância à disputa na sociedade civil, mas a sociedade política (o Estado) não desmerece atenção. Entendendo tal esfera da sociedade como detentora de um caráter de classe, utilizamos, assim, a elaboração de Marx e Engels acerca do Estado, como de autores marxistas, a saber Lênin e Poulantzas. A partir da definição clássica de Marx acerca do Estado como “comitê executivo dos interesses da burguesia”, desenvolvida por Lênin e aprofundada por Poulantzas, analisamos as forças hegemônicas e sua relação com a sociedade civil, especificamente com os movimentos sociais. Manuel Castells, sociólogo espanhol, analisa os movimentos sociais (MSs), compreendendo que estes têm um caráter de classe, assim como o Estado. Dessa forma, os MSs possuem grande importância na luta contra-hegemônica. Atílio Boron, assim como os outros autores do CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, entende de tal forma, analisando a configuração dos movimentos sociais na contemporaneidade, sobretudo na América Latina, e seu papel na representação dos anseios populares, assim como sua participação nas ditas mudanças no cenário político do continente. Como a hegemonia pressupõe a construção de valores, os quais procura estabelecer como universais, fazemos uma discussão sobre ideologia, sob a elaboração de Lukacs.

Assim, a presente dissertação está organizada – após o debate teórico – na discussão do desenvolvimento urbano de Salvador pautado pela expansão capitalista num momento histórico de acumulação do capital e inversão do setor agrário para o industrial, propiciando o fenômeno do êxodo rural. Com efeito, a expulsão das camadas populares do centro para a periferia da cidade do Salvador, aliada aos imigrantes interioranos, propicia a formação das primeiras ocupações que viriam a ser no presente aglomerados urbanos.

No terceiro capítulo, traçamos a trajetória do MSTs/MSTB, a partir de 2003. Com base na cobertura do jornal *A Tarde*, nos documentários de Carlos Pronzato, *MSTs - Organizar, ocupar e resistir – Movimento dos Sem Teto de Salvador e Ocupação da Conder* e outras referências, acompanhamos sua origem, organização e mobilização, assim como elementos que caracterizariam a cisão futura.

A discussão acerca das diferenças entre os dois campos, apresentamos no quarto capítulo. Para tal, utilizamos as entrevistas realizadas com dirigentes dos dois campos do movimento, assim como dos assistentes das entidades apoiadoras. Como agente do Estado, entrevistamos também o secretário de desenvolvimento urbano do estado da Bahia. Outro material importante foram os documentos e publicações dos dois campos do MSTB, que expressam suas posições acerca de diversos assuntos, sobretudo concepção e prática política. A cobertura dada pela imprensa, a saber, o jornal *A Tarde*, também foi de importância para a compreensão das diferenças.

Na metodologia, realizamos entrevista aberta – não estruturada, com o entrevistado respondendo livremente a perguntas formuladas, evidenciando suas concepções - com lideranças e base dos dois campos do movimento. Para tal, entrevistamos os militantes tão somente que participaram da fundação do movimento em 2003, por terem, assim, acompanhado a trajetória dos dois campos e suas opções de filiação a determinado campo (os dirigentes e militantes mais recentes pouco ou nada se relacionaram com os dois agrupamentos, já participando do movimento em um campo específico, portanto sem uma compreensão maior da trajetória e suas especificidades). Esse critério nos fez encontrar poucos militantes para colher informações, na medida em que muitos se desligaram do movimento e perderam-se contatos. No Campo A, entrevistamos os dirigentes fundadores, sendo que a entrevista resultou mais com aqueles que tinham maior acúmulo político e de movimentos sociais. No Campo B, entrevistamos dois dos principais dirigentes, - Jhones Bastos e Walter Sena - sendo que Idelmário Proença não nos concedeu entrevista, porém, nos enviou por e-mail material do seu setor no movimento, que foi de grande valia. Entrevistamos também representantes de organizações que apóiam o movimento. Ainda sobre o material, ambos os agrupamentos forneceram interessantes escritos, que contribuíram para nossa pesquisa. Aliado a isso, utilizamos matérias do jornal *A Tarde*, que fez ampla cobertura do movimento, refletindo as opiniões dos sujeitos em questão, pois se apresentaram coerentes com os relatos das entrevistas, servindo assim como fonte valiosa de informação, especialmente para acompanhar as principais ações do movimentos e suas datas. Os representantes do poder público foram procurados para dar entrevista, porém, a presidente da Conder, Maria Del Carmem, assim como a então secretária de habitação da Prefeitura Municipal de Salvador, Ângela Gordilho, não se sensibilizaram com nosso pedido, sendo que o



único a nos atender foi o secretário de Desenvolvimento Urbano do governo do estado, Afonso Florence.

As entrevistas foram qualitativas, em profundidade, com base em um roteiro de questões norteadoras que foram apresentadas aos entrevistados de ambos os campos. Os documentos do cineasta Carlos Pronzato também foram fontes de informações qualitativas importante, pois relataram de forma viva uma grande quantidade de imagens, ações dos sujeitos e de depoimentos de ativistas e apoiadores do movimento, isto tanto no período inicial do movimento (*MSTS – Organizar, ocupar e resistir*) quanto a ocupação da Conder, quando as divergências dentro do movimento já se faziam notar.

## 1. Movimentos sociais, capitalismo e hegemonia

Os estudos sobre movimentos sociais – no Brasil e na Europa - sempre renderam debates acerca da sua natureza, seus propósitos, potencial e suas limitações. Esse debate encerra-se no interior das ciências sociais na medida em que se discute a crise dos paradigmas, que se reflete na crise do conceito de movimentos sociais. O que se tem produzido – que não é pouca coisa – acerca do assunto, aborda, sobretudo, a ação dos sujeitos coletivos, seu surgimento no período autoritário, sua mobilização em torno de demandas materiais e, a princípio, seu caráter anti-institucional. O que podemos observar é que a abordagem está relacionada à conjuntura política, social e econômica à época das análises teóricas, assim como o momento vivido pelos movimentos sociais. Assim, os modelos interpretativos refletem também a relação do pesquisador com seu objeto numa dada conjuntura, e que esta relação pode mudar ao longo da mudança da conjuntura num período histórico.

O atual momento histórico evidencia para um refluxo do movimento sindical-operário – que detinha o *status* de vanguarda dos MSs (movimentos sociais) - e uma hegemonia do capital com caráter imperialista, ao tempo que as ciências sociais discutem se esses movimentos sociais têm caráter transformador ou não, embora essa discussão não seja nova. Autores diversos (Doimo, 1997; Sader, 1988), consideram novos os atuais movimentos sociais, pois apresentam um perfil e composição diferenciada do que eram os movimentos até a década de 70. Estes se pautavam por uma proposta coletiva para além das conquistas imediatas e reivindicativas; sendo que na atualidade os movimentos sociais saíram da espera da produção capitalista e tendo como palco de atuação a esfera da reprodução capitalista. Assim, os movimentos de mulheres, de negros, de ecologista, de homossexuais, de portadores de deficiências, dentre outros, lutam por valores, direitos e cidadania. Isso seria o que há de novo nos MSs na contemporaneidade. Suas reivindicações estariam dentro das concessões do Estado e não propugnam, necessariamente, a superação deste.

Poderíamos considerar que o que há de novo não seria esse caráter dos movimentos sociais, e sim a hegemonia desse perfil. Movimentos sociais com características transformadoras e imediatistas sempre existiram, disputando projetos diferenciados, em

momentos diferenciados. As mudanças no mundo do trabalho e o *débâcle* do “socialismo real” no Leste Europeu afetaram o referencial dos movimentos sociais que defendem uma ação transformadora. A conjuntura se reflete nos movimentos sociais, ditos novos. Senão vejamos. No final do século passado, sobretudo após a década de 1970, o mundo do trabalho vivenciou uma situação crítica. Nesse mesmo período, o capital vive uma crise estrutural, que se abateu no conjunto das economias capitalistas. Sua intensidade é tamanha que levou o capital a desenvolver um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas a recuperação do ciclo de reprodução do capital e que afetou fortemente o mundo do trabalho (Antunes, 1995). Como consequência do fim dos regimes burocráticos do Leste Europeu, propagou-se no interior do mundo do trabalho a falsa idéia do “fim do socialismo”. Embora a longo prazo as consequências do fim do “socialismo real” tragam algo de positivo na medida em que coloca-se a possibilidade de retomada, em novas bases, de um projeto socialista de novo tipo, que recupere elementos fundamentais da elaboração marxiana. Com a ofensiva do capital, os direitos e conquistas sociais dos trabalhadores vêm sendo rebaixados. O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, pregação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbado.

No Brasil, no período *pré-neoliberal*, os movimentos sociais surgem nas décadas de 70 e 80, numa diversidade de movimentos. Eram movimentos que reivindicavam conquistas materiais básicas; era a luta pela moradia, pelo transporte, contra o alto custo de vida, pela saúde, contra o desemprego, etc. As lutas diziam respeito às condições de vida dos sujeitos, dentro da esfera de produção do capital. Ainda nesse período, a luta contra a ditadura militar e reivindicações materiais faziam parte dos objetivos políticos de muitos movimentos sociais. Assim, as reivindicações eram ao Estado. Esse último aspecto era mais definidor do seu caráter do que o anterior, o que diferencia-se da multiplicidade dos movimentos da atualidade.

Dos anos 70 a hoje, muita coisa mudou. A conjuntura e os referenciais teóricos. Num primeiro momento, predominou uma abordagem *estrutural-autonomista*, na qual considerava que as contradições urbanas têm o potencial de acionar o conflito central da sociedade capitalista. Era uma abordagem marxista, que, por sua vez, possui uma gama de vertentes. Considerava, ainda, que a sociedade civil tem uma capacidade ativa

intrínseca, no sentido de organizar-se “autonomamente” contra a tradição política autoritária. Os expoentes dessa corrente eram Manuel Castells e Jordi Borja. No Brasil, Francisco de Oliveira e José Álvaro Moisés (Gohn, 2006), filiam-se a essa corrente. Uma outra concepção, denominada *cultural-autonomista*, enfatiza a experiência coletiva das classes, pois assim se constituem, criticando o modelo estrutural anterior. Historiadores ingleses como Eric Hobsbawn e E. P. Thompson teorizam nessa perspectiva. Ambas as correntes são marxistas e trabalham com a hipótese de que esses movimentos sociais teriam o porte de sujeitos capazes de provocar a ruptura capitalista.

Os processos localizados, a partir de suas relações internas, a conjuntura e o desenrolar cotidiano dos acontecimentos tem relevância na abordagem culturalista. A subjetividade dos fatos e fenômenos sociais têm mais importância do que a objetividade. Os indivíduos são analisados como *atores sociais* e as classes sociais não ocupam centralidade nessa abordagem. Seu principal teórico é o sociólogo francês Alain Touraine, que considera os movimentos sociais o próprio objeto da sociologia:

No final dos anos 70, ao decretar, junto com a do “velho” movimento social (o movimento operário), a morte do socialismo, o sociólogo Alain Touraine, em nome da sociedade pós-industrial, acolheu os movimentos de gênero, pacifistas, ecológicos e nacionalistas como representativos desses “novos” movimentos sociais. O autor ataca a primazia das relações econômicas e afirma que, com a proximidade da sociedade pós-industrial, não só o movimento operário deixa de ser o personagem central da história social, como o campo cultural torna-se o *locus* onde se formam as principais contestações e lutas (Doimo, 1995).

Variante da corrente culturalista, Claus Offe e Adam Przeworski enfatizam o processo de institucionalização dos movimentos sociais. Estes autores negam o marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e da ação coletiva na contemporaneidade.

Diversos autores outros teorizaram sobre os movimentos sociais, dentro de uma perspectiva neo-idealista. A “revolução molecular” de Felix Guattari, a “sociedade autônoma” de Cornelius Castoriadis, a “invenção democrática” de Claude Lefort ou a “microfísica do poder” de Michel Foucault. Compreendem que a percepção dos

indivíduos, sua subjetividade, vontades e desejos ganham papel de destaque. A categoria de consciência aparece como fragmentada, alienada, mas atuante, orientadora das ações possíveis. O importante seriam os fenômenos não-rationais, que conteriam o germe do novo na sociedade (Gohn, 2006).

As diversas polaridades interpretativas sobre os movimentos sociais “sinalizam uma profunda crise do sentido originário do conceito de movimento social, como apontam a ação direta como característica recorrente das novas formas de participação” (Doimo, 1995). Porém, compreendemos movimentos sociais como “uma ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)” (Scherer-Warren, 1987).

Assim, os movimentos sociais devem ter uma ação transformadora, consoante com sua concepção, a qual contenha um grau de consciência crítica. Situar-se no mundo em que vive, analisa-lo criticamente e postular um outro mundo, onde a classe que vive do trabalho (Antunes, 1995) tenha um determinado “fim” para o movimento, ou seja, as metas, os objetivos. Aliado a isso, os princípios valorativos, as manifestações culturais e as representações de caráter classista que orientam a práxis do grupo e a elaboração de seu projeto definem os MSs, assim como uma direção organizada e representativa (Scherer-Warren, *op cit*).

Nesse quadro teórico, os movimentos sociais nesse início de século XXI contrariam aqueles que negam seu caráter de classe e, ainda mais, consideram esses movimentos como eminentemente urbanos. Dois exemplos, um enquanto movimento e outro enquanto organização política, expressam essa visão; o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil; e os Zapatistas, no México. O que torna desconcertante para as modernas teorias é justamente por serem movimentos rurais, que possuem grande capacidade de organização e mobilização em nível nacional, agregarem valores culturais do seu povo e terem um caráter de classe.

A posição dos movimentos sociais na sociedade contemporânea tem suscitado um rico debate acerca de seu papel, suas potencialidades e caráter transformador. Esse debate, é

certo, tem variado de interesse de acordo com os paradigmas hegemônicos nas ciências sociais na atualidade.

A luta operária dos trabalhadores do ABC paulista chamava a atenção de pesquisadores que trabalhavam com uma visão crítica da sociedade; os metalúrgicos apareciam como a vanguarda dos trabalhadores no país. O Movimento Contra a Carestia, as lutas de bairros, os clubes de mães, os DAs e CAs nas universidades, as organizações das bases da Igreja Católica, as lutas por transporte e moradia, os movimentos de desempregados entravam em cena (Sader, 1998) e davam vez e voz ao popular (Doimo, 1995). Muito se produziu no Brasil nessa época, sendo um tema politizado e profícuo, muitas vezes combinando teoria acadêmica com a militância popular, entendendo a *práxis* como critério da verdade. Na América Latina, que vivia uma conjuntura semelhante à brasileira, onde a quase totalidade dos países viviam sob ditaduras militares, a questão colocada não era diferente. Muito se pensou e debateu na Argentina, no México, no Chile e em outros países.

Com o fim do período militar no país, o interesse pelo tema dos MSs diminuiu. A concepção marxista disputava espaço cada vez maior com uma concepção, a dos *novos movimentos sociais*. O potencial dos movimentos sociais era questionado, o horizonte dos seus objetivos era limitado, o mundo mudara – a queda do muro de Berlim e o *débâcle* da União Soviética e o fim da experiência do socialismo real no Leste Europeu e a mudança na correlação de forças no mundo sem mais a bipolaridade – e abriu espaço para elaborações teóricas que buscavam a identidade dos atores sociais, a fragmentação e a especificidade das lutas sociais (Gohn, *op cit*).

Assim, a produção acadêmica sobre os movimentos sociais (“velhos”) entrou em crise no período da década de 90 e emergiram os *novos movimentos sociais*. O movimento operário – muitas vezes confundido com os próprios movimentos sociais pelo seu caráter organizativo – sofreu dura ofensiva da vaga neoliberal que se propagou no quadro descrito. Os que não aderiram ao sindicalismo de resultados e passaram a defender a flexibilização das leis trabalhistas como forma de “modernizar” as relações capital-trabalho, tiveram duro embate com o capital cada vez mais mundializado, a exemplo dos mineiros da Inglaterra que permaneceram em greve durante um ano contra a política neoliberal do governo Margareth Thatcher (Gohn, *op cit*).

Os novos movimentos sociais se apresentam como a sociedade civil em movimento, buscando regular as pautas e agendas sem a preocupação de fraturar (enquanto projeto) qualquer estrutura social. Suas reivindicações são por questões identitárias e por direitos das minorias, por regulações das normas da relação do Estado com a sociedade civil – o mercado aqui é visto como a esfera onde a luta se dá pela regulação das relações deste com o cidadão enquanto consumidor. Os indivíduos são analisados como *atores sociais* e as classes sociais não ocupam centralidade nessa abordagem.

As abordagens materialistas, considerando a totalidade e as contradições internas da sociedade, retornam à cena no mundo contemporâneo, em disputa mais igual com as concepções micro-sociológicas e subjetivistas. Os movimentos sociais são organizados por homens e mulheres, sujeitos históricos articulados na sociedade civil na luta por demandas não atendidas originárias da própria estrutura social desigual e excludente do capitalismo. Assim, os movimentos de moradia situam-se na categoria dos que lutam contra uma carência material urbana originária da crise urbana na cidade que não consegue prover a demanda por habitação para todos. Dessa forma, nosso referencial teórico é o materialismo dos autores contemporâneos, a exemplo de Engels, Boron, Castells, Gramsci, Lênin, Poulantzas.

### **1.1 Capitalismo e crise urbana: as cidades como *locus* dos movimentos sociais**

Como problema estrutural do capitalismo, a questão urbana foi analisada no século XIX por Engels (1976). O autor alemão considera que o processo de industrialização advindo do capitalismo ainda na sua fase concorrencial transfigurou as grandes e médias cidades “massas de operários rurais” que convertem essas cidades em centros industriais. O espaço urbano é reconfigurado por conta dessa nova dinâmica, alterando o traçado urbano para adaptar-se à grande indústria que atrai populações; “as ruas são alargadas, abrem-se novas ruas e as ferrovias passam por elas”. O processo de industrialização advindo do capitalismo detona o processo de urbanização da vida social e da organização espacial, onde as populações rurais começam a diminuir quantitativamente. Assim, Engels já detectara, à época, um fenômeno que é a construção de moradias populares ao lado de cada grande fábrica, convertendo-se, com o tempo, no centro de grandes cidades industriais, “com todos os males que implica”. Consequentemente, uma

característica que aparece nessa nova configuração é uma das esferas da divisão social do trabalho entre cidade e campo.

Nas cidades, a precariedade da habitação para operários marca o cenário urbano do período analisado por Engels. Ruas estreitas e sem saneamento básico, casas geminadas e cortiços amontoados se constituem no espaço com reflexo direto na qualidade de vida daqueles “vivem do trabalho”. Tal situação instaurou um debate acerca do tema entre socialistas, anarquistas e a burguesia. De acordo com Engels, para acabar com o problema da habitação só há um meio: “abolir a exploração e a opressão da classe operária pela dominante”. Ou seja, sendo tal problema uma questão da ordem estrutural do capitalismo, a supressão de tal problema só se daria com o fim do capitalismo, porém, sem negar a luta por demandas imediatas. Apesar disso, o autor alemão considerava, dentre tantas desigualdades originadas pelo capitalismo, o problema da habitação uma questão “secundária”, pois atribuía às questões macroeconômicas papel central na análise e disputa da sociedade.

Ao minimizar, Engels considera o problema da habitação um questão da esfera social, em detrimento da esfera econômica, pois a escassez de moradia não é uma consequência direta dessa relação de exploração, mas um reflexo social que “a revolução social quer suprimir mediante a abolição do modo de produção capitalista”. Nem mesmo a pequena burguesia, afirma Engels, está livre das mazelas da questão urbana colocada na sociedade vigente.

Com o desenvolvimento das cidades, os preços dos terrenos, sobretudo nos centros das cidades, tendem a elevar-se não necessariamente concomitante com o aumento dos preços dos edifícios, pois muitos já não correspondem às novas condições exigidas pela moderna industrialização e são derrubados para dar lugar a novas edificações e, por conseguinte,

O resultado é que os operários vão sendo afastados do centro para a periferia; que as residências operárias e, em geral, as residências pequenas, são cada vez mais escassas e mais caras, chegando até ser impossível encontrar uma casa desse tipo, pois em tais condições a indústria da construção encontra na edificação de casas de aluguel elevado um campo de especulação infinitamente



mais favorável. Somente por exceção se constrói casas para operários (Engels, 1976).

Assim, Engels faz a crítica à especulação imobiliária como uma expressão da relação de exploração, assim como uma das lógicas da dinâmica de acumulação capitalista e da organização espacial das cidades industriais.

No debate com Proudhon, o autor inglês diverge da concepção anarquista que pensa que “o inquilino está para o proprietário assim como o assalariado está para o capitalista”, pois para o Engels “trata-se de uma simples venda de mercadoria e não de uma transação entre um proletário e um burguês, entre um operário e um capitalista”.

Para a burguesia da época, a solução do problema da habitação estava associada à idéia de saneamento básico, pois a classe dominante compreendia que os focos de doenças que se disseminavam eram “provenientes de bairros insalubres”, onde se amontoavam operários. Com ironia fina, Engels diz que essa preocupação advém da propagação das doenças indistintamente por toda cidade, pois “A classe capitalista dominante não pode permitir-se impunemente o prazer de favorecer as enfermidades epidêmicas no seio da classe operária, pois sofreria ela mesma as conseqüências, já que o anjo exterminador é tão implacável com os capitalistas como com os operários”. Assim, a burguesia trata de tomar medidas de saúde pública – tanto humanitárias quanto governamentais – que a protegesse dos males causados por problemas da habitação capitalista que sua própria ordem criara.

Na fase do capitalismo monopolista, no século XX, a questão central permanece. Novas interpretações são feitas e autores marxistas contemporâneos dão conseqüência ao tema, sempre numa crítica à sociedade do capital. Nesse sentido, Manuel Castells (1976, 1983 e 1989) se destaca como um dos principais teóricos da questão urbana e dos movimentos sociais, com influência na América latina e Europa na década de 80.

Castells (1976) entende por “problemática urbana” uma série de atos e situações da vida cotidiana cujo desenvolvimento e características dependem estritamente da organização social em geral, desde as condições de moradia da população ao acesso aos equipamentos coletivos (escolas, hospitais, creches, área esportivas, centros culturais)

dentro de uma gama de problemas que vão desde a segurança pública ao conteúdo das atividades culturais. O autor espanhol entende que

Esse conjunto de fenômenos forma um todo. Não são crônicas de uma civilização em crise. Eles constituem um processo social estruturado cuja lógica e unidade decorrem do desenvolvimento progressivo de novas contradições sociais nas sociedades capitalistas.

Sobre a questão urbana, Castells considera que o capitalismo monopolista de Estado e sua articulação global tem como efeito direto a concentração de grandes massas da população nas regiões metropolitanas e o desenvolvimento capitalista é acompanhado pela luta dos setores populares por melhores condições de vida e liberdades políticas na luta contra o Estado. Essa luta se dá no contexto da contradição urbana, onde o conjunto de necessidades coletivas aumentam cada vez mais com a evolução social, onde o capital procura individualizar a demanda por equipamentos urbanos em detrimento da demanda coletiva e com a intenção de manipular politicamente, pois o investimento na demanda coletiva não é rentável para o investimento capitalista. Assim, “o consumo coletivo (...) torna-se simultaneamente elemento funcional indispensável, objeto permanente de reivindicações e setor deficitário na economia capitalista” (Castells, *op cit*).

Em *Cidade, democracia e socialismo* (1989), Castells afirma que

A crise urbana conhecida por experiência própria pelos habitantes das grandes cidades provém da crescente incapacidade da organização social capitalista assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo necessários à vida cotidiana, da moradia à escolas, passando pelo transporte, saúde, áreas verdes, etc.

Essa crise é intrínseca do próprio capitalismo, de suas contradições. As contradições urbanas determinam, na concepção de Castells, a presença do Estado no tratamento e na gestão dessas contradições, “enquanto investidor no plano econômico e administrador no plano técnico e político”. Desse modo, “o Estado interpreta o papel do verdadeiro ‘ordenador’ da vida cotidiana das massas e, sob pretexto de ‘organizador do espaço’, o que faz, na verdade, é predeterminar a tempo vivido”. A questão urbana apresenta-se

como uma questão política, onde o Estado – com o mesmo caráter apontado por Engels – é um “comitê executivo dos interesses da burguesia” (Marx, 2006).

O Estado, face a essas contradições, engendra uma série de medidas preventivas através de um conjunto de medidas e de “instituições práticas” que formam o que Castells conceitua como *sistema de planificação urbana*, onde “o Estado pretende resolver os estrangulamentos, ultrapassar as contradições e acalmar os conflitos, em nome de uma racionalidade técnica através do qual poderiam ser conciliados interesses sociais divergentes”. A planificação se expressa como ferramenta tecnocrata, amparada como sinônimo de eficiência, mas que deságua na impossibilidade de realização dos planos de enfrentamento da crise por se opor a interesses específicos, econômicos, políticos ou ideológicos da classe dominante numa dada conjuntura histórica, o que leva a inferir que “não há racionalidade técnica fora da história concreta e que toda a intervenção do Estado dentro da organização da vida social se faz a partir e dentro da lógica das forças sociais em presença” (Castells, *op cit*). O teórico espanhol afirma ainda que

Se é verdade que o Estado exprime, em última instância e através de todas as mediações necessárias, os interesses do conjunto das classes dominantes, a planificação urbana não pode ser um instrumento de mudança social, mas de dominação, de integração e de regulação das contradições, e os seus efeitos devem analisar-se do ponto de vista social e não em relação a uma quimérica “ordem social”.

Essa planificação pode ser apresentada de modo tal a transparecer um caráter “participativo”<sup>1</sup>, dando-lhe uma feição mais “popular”, tentando obter arranjos menores nos casos de crise, sempre amparados (papel dos tecnocratas) nos imperativos técnicos que apresentam como inevitáveis.

Castells constrói sua elaboração partindo, dentre outros pontos, de entender que

O papel central do Estado em todo novo processo de urbanização exige uma teoria capaz de integrar a análise do espaço com a das lutas sociais e dos processos políticos. Por isso, a referência à tradição marxista é obrigatória, como ponto de partida e não como última palavra (Castells, 1983).

---

<sup>1</sup> A exemplo das conferências das cidades, audiências públicas e até mesmo o orçamento participativo.

Assim, o autor procura fazer uma ruptura intelectual com as categorias do funcionalismo urbano e da planificação tecnocrata, entendendo o urbano não como objeto teórico, mas como objeto ideológico. Essa ideologia se define por um duplo efeito social: no plano da produção de conhecimento, mistificando a questão urbana e encobrendo seu caráter de classe, não se apresentando como tal, mas como elemento geral para todos os membros da sociedade, naturalizando suas relações. Considera ainda que as práticas políticas “se definem para as classes dominantes através das intervenções do aparelho político jurídico e para as classes dominadas através da luta política de classe”. Por conseguinte, o autor afirma que

No que diz respeito à problemática urbana, o campo teórico que corresponde à intervenção do Estado pode ser denominado “planificação urbana”; o relativo a sua articulação com a luta política de classe, de “movimentos sociais urbanos” (Castells, *op cit*).

A planificação urbana é entendida aqui como a intervenção do político sobre a articulação específica das diferentes instâncias de uma formação social no seio de uma unidade coletiva de reprodução da força de trabalho, com o fim de assegurar sua reprodução ampliada, regular as contradições antagônicas, assegurando os interesses da classe dominante.

Castells rejeita qualquer taxação de estruturalista – respondendo, sobretudo a Lojkin (1997) – porque as análises lembram que as estruturas não existem senão nas práticas e que a “estrutura urbana” é somente uma construção teórica, na qual a análise passa necessariamente pelo estudo da política urbana. Caso contrário, afirma Castells, cairia no desvio subjetivista no que se refere aos movimentos sociais urbanos. Precisamente, segue afirmando, leva em consideração “somente as características internas do movimento e seu impacto sobre a estrutura social”. O sociólogo espanhol busca defesa nas formulações feitas por Jordi Borja – parceiro intelectual em vários trabalhos seus - para reafirmar sua preocupação em não cair no subjetivismo na análise das práticas que se teriam juntado a um certo estruturalismo na análise do sistema urbano:

A análise do fenômeno urbano sofre, nas formulações teóricas, de uma dificuldade particular para explicar ao mesmo tempo a estrutura urbana e os

movimentos sociais urbanos... a ruptura de natureza idealista, entre as estruturas e as práticas paralisa a análise dialética e desenvolve uma dicotomia analítica entre uma teoria da reprodução (“a cidade do capital”) e uma teoria da mudança do tipo historicista (a cidade transformada pelos “movimentos sociais urbanos”). A análise dialética concebe toda estrutura como uma realidade contraditória e em mudança contínua. Essas contradições objetivas suscitam conflitos sociais que aparecem como agentes imediatos da mudança. Não há estruturas que não sejam outra coisa senão um conjunto de relações sociais contraditórias e conflituais, mais ou menos cristalizadas, mas sempre em processo de mudança. E não existem movimentos urbanos, dos quais participem todas as classes sociais em graus diferentes, que não se situem no interior de estruturas, exprimindo-se e modificando-se de forma constante. (Borja *apud* Castells, 1989).

A concentração e centralização do capital leva à concentração econômica, social e espacial dos meios de produção, assim como a força de trabalho necessária a seu funcionamento. A interdependência descrita conduz à criação de um verdadeiro complexo econômico e social que constitui a estrutura urbana.

Para o teórico espanhol, o salário direto – obtido pela venda da força de trabalho – é complementado pelo salário indireto, constituído pelos serviços prestados socialmente e pelos bens e serviços coletivos, fundamentais na determinação do modo e do nível de vida das classes populares. Assim, os meios de consumo coletivo são “uma exigência da acumulação do capital, do processo de produção, do processo de consumo e das reivindicações urbanas”. Afirma ainda que

E é essa contradição estrutural que provoca a crise urbana: os serviços coletivos requeridos pelo modo de vida suscitado pelo desenvolvimento capitalista não são suficientes e rentáveis para serem produzidos pelo capital, com vista a obtenção do lucro (Castells, *op cit*).

A crise urbana nasce como a crise de serviços coletivos necessários à vida nas cidades. A superação da crise é a superação do sistema capitalista – concordando com a concepção de Engels sobre a questão. Para tentar resolver essa contradição, o Estado procura intervir no âmbito dos serviços urbanos. Desnecessário dizer que o Estado não tem nenhum caráter de neutralidade.

Concordando com Jean Lojkine (1997), Castells considera que a intervenção estatal no setor urbano politiza o conflito urbano “ao articular diretamente as condições materiais de organização da vida cotidiana e do conteúdo de classe das políticas do Estado” (Castells, 1989). A politização da crise urbana a partir da intervenção do Estado esbarra na contradição original do limite estrutural da economia capitalista. A economia do Estado tem posição política, ao não atender ao conjunto de demandas sociais, concentrando seus investimentos nas funções urbanas necessárias ao funcionamento do pólo dominante, isto é, do capital, em detrimento das necessidades da população.

Castells (1989) considera que o Estado é produzido historicamente pelas classes em luta, é a “cristalização histórica da luta de classes”, e nesse sentido responde aos interesses da burguesia.

Edmilson Rodrigues, arquiteto e urbanista, prefeito de Belém de 1997 à 2000 e de 2001 à 2004, e Carlos Lima (s/d), numa perspectiva semelhante a de Castells, afirma que

Construção coletiva, a cidade é trabalho social que se realiza historicamente. Objeto tangível – meio ambiente natural e construído – é espaço apropriado, adaptado e produzido às necessidades humanas em conformidade com a formação econômica e o grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas e relações sociais (arquiteturas, vias, parques e praças, obras de saneamento, etc.). A cidade é síntese multicultural, é relação conflituosa de valores produzidos pela estratificação social do trabalho. A cidade é expressão multifacetada da subjetividade de seus habitantes que, para além de suas necessidades materiais, determinam sua dimensão material, tangível.

Rodrigues e Lima analisam ainda a cidade como “lugar das trágicas produção e reprodução das relações sociais desiguais inerentes a sociedade atual”; é o *lócus* do capital, com uma configuração que reflete a divisão da sociedade dividida em classes sociais, entre os proprietários dos meios de produção e do outro os não-proprietários desses mesmos meios. Essa divisão se expressa na qualidade de vida, onde o consumo coletivo é provido por poucos em detrimento da grande massa de excluídos dessa qualidade de vida. Como analisado por diversos autores, a cidade capitalista faz com que essa divisão pareça natural, dizem Rodrigues e Lima.

Segundo a dupla de autores brasileiros, um governo de esquerda tem potencialidade para ajudar na luta pela inclusão das parcelas despossuídas da população. Tal proposição compreende um programa no qual a classe que não tem acesso a esse consumo coletivo de qualidade assuma um papel ativo nas transformações sociais:

A cidade é ao mesmo tempo una e múltipla expressão da vida em permanente transformação. Ordem desordenada, é privilegiado “lugar da história”, os problemas sócio-espaciais e as lutas de classe assumem peculiar magnitude criando condições objetivas e subjetivas necessárias à realização do sonho socialista.

Com o aprofundamento da urbanização como processo histórico mundial, o estudo do objeto urbano deve ser apreendido e compreendido numa concepção totalizadora, diferentemente da abordagem micro-sociológica e subjetivista, afirmam Rodrigues e Lima. “A cidade é o *locus* em que as lutas de classe se manifestam de forma aguda já que a cidade é entremeada pelos antagonismos sociais”, prosseguem: “a cidade é o mais estratégico lugar da construção do sonho socialista”.

## **1.2 Sujeitos sociais em ação nas cidades**

Os movimentos sociais têm papel crucial na crise urbana. Castells acredita que o processo de mudança desse quadro de contradições urbanas deve se dar com a organização e a mobilização popular, transformando os interesses sociais em vontade política. Por sua experiência particular, os movimentos sociais tiveram um papel importante na luta contra a ditadura franquista na Espanha. “Assim, a verdadeira origem da mudança e da inovação da cidade está nos movimentos sociais urbanos e não nas instituições” (Castells, 1976). Contudo, o autor questiona se é possível uma mudança no urbano independente de uma mudança social global, considerando que os movimentos sociais teriam a força de fazer transformações sociais em fases e batalhas particulares que podem mudar, de maneira sempre instável e parcial, a lógica geral da organização urbana.

Para o teórico espanhol, a questão dos movimentos sociais urbanos situa-se num duplo plano: de um lado, como análise dos processos sociais de mudança do modo de consumo coletivo, expressos nas organizações urbanas; o outro, como forma de articulação entre as novas contradições sociais que aparecem nas sociedades industriais capitalistas e as contradições econômicas e políticas existentes na base de sua estrutura social. Buscando uma definição, o autor vai dizer que

É um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, e de tal modo que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de forças na luta de classes, quer dizer, em última instância, no poder do Estado.

Entende-se, assim, que o estudo dos movimentos sociais urbanos se faz somente observando-se a interação entre os interesses estruturais e os agentes sociais que constituem o movimento e os interesses e os agentes que se lhe opõem.

O importante é entender o que é o movimento social cidadão, quais são suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições e suas possibilidades, sua relação com a cidade, com as classes e com o Estado, analisa Castells ao pesquisar sobre o tema. Metodologicamente, propõe:

Para compreender o movimento cidadão é absolutamente necessário partir de sua observação concreta, da forma pela qual se desenvolve e das ações e organizações que o integram. Entretanto, é preciso relacioná-lo ao mesmo tempo com fenômenos mais globais, em particular com as contradições estruturais do capitalismo, com suas expressões de nível urbano e com o processo político geral que o país viveu nestes últimos anos.

Dessa forma, os movimentos sociais lutam, se organizam e tentam transformar a base material e a forma de vida cotidiana. Esses movimentos decorrem das classes sociais e de sua luta em defesa de seus interesses, que se prolonga em luta política de classe. Por conseguinte, para compreender os movimentos sociais é necessário situá-los com relação à lógica estrutural do sistema e sua expressão na crise urbana.



A carência dos serviços públicos deságua na organização dos movimentos sociais, cuja capacidade de transformação dependerá fundamentalmente de sua articulação com a luta de classes e com o processo político resultante, e com o socialismo como horizonte histórico. Daí Castells considera o potencial dos movimentos sociais. Em sua obra *Cidade, democracia e socialismo*, o autor discorre sobre a estratégia socialista na Europa Ocidental e na Espanha. Considera a consciência de classe fundamental para um projeto advindo da prática coletiva de luta e organização, pois nessa experiência conhecerão seus interesses, seus aliados e seus antagonistas. É aí que os movimentos sociais têm grande significado. Castells considera que os movimentos sociais têm duas características fundamentais:

a) são movimentos interclassistas: seus objetivos dizem respeito ao conjunto da população, embora os trabalhadores sejam os mais afetados;

b) são movimentos anti-capitalistas: os problemas colocados não podem ser resolvidos senão com a superação do capitalismo.

Nesse aspecto, Castells comete um equívoco ao considerar que os movimentos sociais são eminentemente anti-capitalistas e que seus objetivos interessam a toda a população. Compreendemos que há movimentos sociais com projeto contra-hegemônico, assim como existem aqueles que não se apresentam com tal projeto, portanto não são sempre anti-capitalistas e seus objetivos nem sempre dizem respeito ao conjunto da população. Muitos movimentos podem se pautar por reivindicações dentro da sociedade capitalista, sem projetos para sua superação.

Castells afirma que os movimentos sociais podem desempenhar papel importante na construção de um novo bloco histórico das classes populares rumo ao socialismo, considerando ainda que há uma relação direta entre crise urbana, movimentos populares e avanço político das forças de esquerda.

O Estado enquanto esfera de dominação de classe da sociedade que tem o urbano como lócus da sua produção, tem sido analisado ao longo da história por sujeitos coletivos e individuais no que concerne ao seu caráter e às possibilidades de sua superação. Lênin (2007) busca na formulação marxiana a concepção crítica de Estado, interpretando Engels, onde em *A origem da família, da propriedade e do Estado*, cita

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da Idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da Razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e afastando cada vez mais, o Estado.

O Estado, dessa forma, é fruto de uma construção histórica e um instrumento de exploração da classe operária, segundo Lênin, concordando com Engels. Com efeito, para por fim à opressão e à exploração da classe dominante, o fim do Estado se faz mais que necessário, com o fim do antagonismo entre classes, desaparecendo da mesma forma como apareceram, com o mesmo destino histórico. Tal destino não se dá por acaso, mas pela luta política daqueles que se opõem à dominação e exploração. Como estratégia, faz-se necessário a tomada do controle do Estado pelas forças populares para operar seu “definhamento”<sup>2</sup>:

O proletariado se apodera da força do Estado e começa a transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classe e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escavidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na Antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia, nos nossos dias. Mas, quando o Estado se torna, finalmente, um representante efetivo da sociedade inteira, então torna-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma

---

<sup>2</sup> Lênin afirma que o termo *definhar* é feliz porque exprime, ao mesmo tempo, a lentidão do processo e a sua espontaneidade.

classe social a oprimir; uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam as colisões e os excessos que daí resultavam – não havendo mais nada a reprimir, e, um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.

É certo que o Estado se complexificou desde os tempos de Lênin e Engels aos dias de hoje, embora seu caráter de classe permaneça. Poulantzas (1977) procura responder a essas complexidades do Estado contemporâneo, seguindo a análise marxista. Poulantzas analisa a crise do Estado capitalista moderno, em sua fase monopolista – diferentemente de Lênin e Engels, que se reportavam ao Estado em sua fase concorrencial - está articulada com as transformações mais gerais relativas a sua forma nessa fase. Na contemporaneidade, o Estado capitalista se apresenta com seu caráter imperialista – já previsto por Lênin – entrando em uma nova fase de sua evolução: a globalização, sobretudo dos processos produtivos e do funcionamento dos diversos mercados (Boron, 2006).

Atilio Boron tem se debruçado sobre temas como os movimentos sociais e processos de hegemonia e contra-hegemonia, sobretudo na América Latina, e as perspectivas de transformação social. Ao fazer tal discussão, o autor argentino indaga sobre um dilema, lembrando os escritos de Marx: “como constituir um sujeito coletivo capaz de liberar a sociedade de todas as suas amarras, superando a atomização e fragmentação próprias do individualismo da sociedade burguesa?”, ou, em termos hegelianos, “como deixar de ser *classe-em-si* e se converter em *classe-para-si*?”. A resposta a tal pergunta, de difícil resposta, não se tem de imediato, o que tem suscitado muito debate por parte daqueles que se opõem ao capital e a sua sociedade. Para o sociólogo argentino, os movimentos sociais podem assumir um papel de vanguarda nesse projeto de transformação social, haja visto que, segundo o autor, os partidos políticos atravessam grave crise, o que explica em boa medida o crescente papel desempenhado pelos movimentos sociais nos processos democráticos na América Latina. Considera ainda que houve uma “deslegitimação da política e dos partidos”, abrindo espaços para os movimentos sociais, adquirindo protagonismo na maioria dos países. Boron considera isso como reflexo da incapacidade dos fundamentos legais e institucionais das “democracias”

(aspas do autor) latino-americanas para resolver a crise sócio-político dentro dos procedimentos estabelecidos constitucionalmente.

Boron considera que as grandes mobilizações políticas de grandes setores da sociedade latino-americana se devem às lutas contra políticas neoliberais de governo do continente. Porém, sem querer cair no entusiasmo momentâneo, o autor questiona se essas mobilizações são meros episódios isolados ou refletem uma “dialética histórica tendencialmente orientada para a reinvenção da democracia?”. Respondendo a sua própria indagação, Boron assinala que – observado o período histórico, a começar pelos anos 80 – não foi nada acidental a crescente mobilização das classes populares. Não por menos, os governos dos países da América Latina que caíram por força da pressão popular foram justamente aqueles que eram obedientes a Washington. Os que não caíram enfrentaram os movimentos sociais que se opunham às políticas neoliberais, realizando campanhas vitoriosas, como o Uruguai (obras sanitárias e terminais portuários); o abastecimento de água e a eletricidade na Bolívia e Peru; as grandes mobilizações em todo continente contra a ALCA; para pedir a nacionalização do petróleo e gás na Bolívia; contra a privatização do petróleo no Equador e a telefônica na Costa Rica; e os sistemas de saúde em vários países.

A reflexão que se tem que fazer desse novo protagonismo é sobre a necessidade que os partidos políticos, sobretudo os que têm um projeto emancipador, de conceber uma estratégia que supere os limites do jogo eleitoral. “Não se pode transformar radicalmente uma ordem social estruturalmente injusta e predatória somente com armas eleitorais”, afirma Boron, que considera que a burguesia sabe bem disso, não trabalhando de modo “ingênuo e unilateral” e não tem uma estratégia única, em um só cenário de luta. Para fazer esse enfrentamento, uma estratégia contrária à burguesia requer grandes e diversificados recursos que nenhuma força popular tem a sua disposição. Porém, é certo também que aos partidos de esquerda que tem perspectiva transformadora não basta denunciar a injustiça da sociedade capitalista, e sim serem capazes de conceber à aplicar estratégias mais integrais, que combinem, junto com a eleitoral, outras formas de luta. Nesse terreno, os movimentos sociais têm demonstrado maior criatividade que as organizações partidárias. Boron (2006) lembra que os últimos acontecimentos no continente demonstram que esses movimentos têm adquirido uma

capacidade inédita de desalojar do poder governos anti-populares, desconsiderando mecanismos estabelecidos constitucionalmente.

Inspirado, sobretudo em Lênin e Rosa Luxemburgo, o sociólogo argentino afirma que os problemas da organização popular, a consciência e a tática de luta têm inúmeras interrogações. Para Boron, a questão da organização é uma questão política, de primordial importância.

Contrariando as teorizações da moda, Boron afirma que o problema da estratégia e da tática para as classes subalternas está indiscutivelmente unido à perspectiva de sua própria emancipação. Não há alternativa fora do protagonismo que podem assumir os sujeitos que constituem o campo popular.

De acordo com o marxista argentino, sem a mobilização dos movimentos sociais, sem suas conquistas do espaço público não haverá mudanças para o pós-neoliberalismo. Boron afirma que isto só não basta, pois, a exemplo das mobilizações populares que conseguiram derrotar governos neoliberais se esfumaram logo depois, porém reconduzindo governos muito parecidos com os defenestrados. Esses movimentos não foram capazes de sintetizar sua diversidade em um novo sujeito político imbuído dos atributos necessários para consolidar a correlação de forças existente e evitar a recaída de situações anteriores.

### **1.3 Hegemonia**

Gramsci, fortemente influenciado pela conjuntura italiana no período em que viveu, entende que a conquista do poder (sobretudo estatal) não se dá exclusivamente no plano político, pensado a exemplo de Lênin (Portelli, 1977), mas também na esfera mais permeável a acúmulos e ações fora da ordem, que é a sociedade civil, no seu aspecto cultural. É na sociedade civil que Gramsci aposta na transformação da superestrutura, acreditando ser a esfera onde a disputa é mais livre. Na elaboração marxiana, sociedade civil é a produção privada. O pensador italiano inova e dá contribuição ao pensamento revolucionário ao criar o conceito de hegemonia, sendo que esta é fundamental para qualquer processo de tomada de poder. Nesse sentido,

Hegemonia é uma combinação de liderança (ou direção moral) com dominação. É exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classes. Esta pode se dar de forma ativa, como vontade coletiva, ou se manifestar de forma passiva, através de um apoio disperso ao grupo dirigente/dominante (Almeida, 2003).

A hegemonia também se apresenta como uma construção instável, sempre sujeita a alterações na sua correlação de forças, pois para toda hegemonia há restrições e pode haver contra-hegemonia. Por isso, a hegemonia tem que sempre renovar-se (não necessariamente mudar), a cada conjuntura<sup>3</sup>, com concessões e coerções, pois o exercício do poder exclusivamente pela segunda forma, expressando-se de forma despótica, ditatorial, não arregimentaria o apoio necessário para sua sustentação que não fosse só por uma conjuntura. O que Gramsci formula é que dominação pura e simples não basta para a manutenção do poder. É necessária a concessão para a construção de valores comuns, tanto para mascarar os antagonismos de classe como para legitimar a classe dirigente/hegemônica. A dominação não pode parecer como dominação, e sim como uma sociedade comum a todos, sem distinção de classes. Também nos aspectos culturais, na construção de valores, Gramsci considera fundamental a luta política.

Mas não é só no campo cultural que a hegemonia se expressa e/ou se constrói. A economia, como esfera fundamental da sociedade, também exerce importância nuclear na elaboração de Gramsci, “(...) pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (Gramsci, citado por Almeida, 2003). Para que um grupo ou classe seja hegemônico não basta ser dominante através do Estado, tem também que controlar a economia. Assim, as relações entre as esferas da economia, do Estado e da sociedade civil são imbricadas, dinâmicas e dialéticas, influenciando e sendo influenciadas. A hegemonia permeia, então, as esferas citadas.

Assim, o exercício da hegemonia pressupõe não só o uso da força como a construção de valores os quais afirmem seres universais, estabelecendo o consenso na sociedade.

---

<sup>3</sup> Conjuntura em Gramsci é vista não como algo passageiro, mas como uma análise das relações estruturais que se manifestam em determinado momento.

Nessa sintonia, o emprego maior ou menor da coerção ou do consenso será mediado pela conjuntura, onde classes antagonistas podem criar condições de desestabilizar as classes hegemônicas. Gramsci afirma ainda que os órgãos de opinião pública (jornais e associações) têm um papel destacado nesse processo, na construção do consenso. Vale lembrar que tais órgãos possuem capacidade de disseminar e multiplicar os valores do consenso hegemônico. Por isso, o pensador italiano dá importância à luta política, sobretudo, na sociedade civil, na construção de valores antagônicos aos da classe que detém a hegemonia (a luta pela hegemonia deve articular todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica). Note-se que Gramsci chama atenção para o emprego da corrupção e da fraude na interseção entre o consenso e a coerção, como meio quando o uso da força apresenta algum perigo. Tal prática se expressa, também, pelo assistencialismo, clientilismo, patrimonialismo e outras práticas que tem o objetivo de desarticular as classes contra-hegemônicas:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em determinada situação, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força situa-se a corrupção-fraude (característica de certas situações de exercício difícil da função hegemônica, apresentando o emprego da força muitos perigos), isto é, a desarticulação e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção dos seus dirigentes, seja disfarçadamente, seja, em caso de perigo emergente, abertamente, para lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (Gramsci, 1976).

Construindo a concepção da democracia liberal burguesa como valor universal, as classes hegemônicas a utilizam na mediação entre dominantes e dominados. O exercício dessa democracia, analisa o pensador italiano, vai depender do desenvolvimento da economia da sociedade e, conseqüentemente, da legislação, que estabelece as regras para tal relação. Dessa forma, pode se abrir espaço para passagem – ainda que molecular – de grupos dirigidos para grupos dirigentes:

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir em conexão com o conceito de “hegemonia”. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e, por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente. Existia no Império Romano uma democracia imperial-territorial na concessão da cidadania aos povos conquistados, etc. Não podia existir democracia no feudalismo em virtude da constituição de grupos fechados, etc. (Gramsci, 1976).

Na mediação entre consenso e coerção no exercício da hegemonia, os interesses dos grupos que não detém a hegemonia devem ser considerados até certo ponto, procurando equilibrar tais interesses, fazendo com que as classes hegemônicas sacrifiquem alguns interesses em nome do consenso. Porém, não colocam em discussão as questões fundamentais dos grupos dominantes, as quais não negociam:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se devam levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-político, também é econômica; não se pode deixar de fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 1976).

Por apresentar certo grau de instabilidade, a hegemonia pressupõe a contra-hegemonia, ou seja, forças que resistem à ação dirigente/dominante, propondo projetos alternativos ao estabelecido. Nesse aspecto, a leitura sobre a luta de classe pode ser feita à luz do conceito de tal dicotomia. Assim, tais forças podem articular ações contra-hegemônicas. Raymond Williams (1979) analisa a questão:

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do



conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alternada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática (Williams, 1979).

Com efeito, essa relação de classes com o processo hegemônico tem ligação indissolúvel com o conceito de Bloco Histórico, pois “segundo Gramsci, é no interior do bloco histórico que se realiza uma hegemonia determinada” (Macciocchi, 1977). A autora cita o próprio Gramsci, nos *Cadernos do cárcere*, para definir tal conceito:

A infra-estrutura e a super-estrutura formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto complexo, contraditório e discordante da super-estrutura é o reflexo do conjunto de relações sociais de produção.

O Bloco Histórico é, destarte, “uma articulação de forças políticas, culturais hegemônicas e se constrói a partir de uma aliança de classes e frações de classe, mas que só se efetiva a partir da conquista do poder de Estado, momento em que se concretiza a hegemonia como combinação de direção e dominação” (Almeida, 2003).

Por sua vez, o Bloco Histórico não é sinônimo apenas de uma aliança de classes ou frações de classe, nem aliança política (partidos ou grupos), mas um bloco social e político com domínio no Estado, na sociedade civil e na economia.

Gramsci dá destaque ao papel dos intelectuais – que têm função dirigente - no processo de construção e manutenção da hegemonia. Um dos requisitos para o exercício da hegemonia é a atração para seu campo de intelectuais antagônicos à sua classe pela sua importância na criação de visão de mundo, de concepções ideológicas, o que poderia se dar no campo contra-hegemônico, sendo que a reação do grupo hegemônico seria, a princípio, a cooptação desses intelectuais, na permanente luta política de classes. Ao processo de mudança de posição de classe de intelectuais, Gramsci concebe como uma decapitação intelectual, quando este renega suas elaborações originais em defesa da

classe contra-hegemônica ou de antigas classes dominantes e passa a aderir ao Bloco de Poder.

#### **1.4 Movimentos sociais, hegemonia e contra-hegemonia**

Os estudos sobre movimentos sociais, invariavelmente, apontam o Estado como o ente ao qual esses movimentos direcionam suas reivindicações, na medida em que cabe ao Estado, no plano visível do consenso político-ideológico, de prover as necessidades materiais básicas da sociedade. Considerando seu caráter de classe, como vimos anteriormente, a ação do Estado varia entre esse consenso e a coerção, quando os movimentos sociais são tratados de forma a criminalizar suas ações. Na contemporaneidade, com a evolução do papel da mídia na sociedade, esse setor da sociedade muitas das vezes se encarrega de cumprir tal papel, ao evidenciar os movimentos sociais – os que têm ações de massa contra-hegemônica – como agentes perturbadores do consenso, da ordem, etc. Vale sempre ressaltar que a mídia está na intercessão da esfera do mercado, assim como da sociedade civil, mas pautada pela lógica do lucro e da ordem estabelecida. Assim, os movimentos sociais, sobretudo os que têm surgido na América Latina no final do século XX e início do século XXI, apontam para o Estado como a antítese das aspirações populares, evidenciando seu caráter de classe. No Brasil, o MST – para ficar no exemplo mais conhecido – apresenta essa concepção.

Os movimentos sociais no Brasil, a partir da década de 70, no período da ditadura militar, tinham, de maneira geral, tal visão. Com o ainda engessado movimento sindical (que só viria a soerguer em 79/80 com as greves do ABC paulista [Antunes, 1995]) as associações de bairro (e suas federações e confederações), clubes de mães, movimento de desempregados, dentre outros, tinham um papel fundamental na luta contra a ditadura militar. Tais movimentos pautavam suas reivindicações evidenciando o caráter de classe do Estado e – com as mais diversas matizes – propunham a superação deste ou sua democratização, com uma gestão democrática (nos moldes permitidos pela democracia liberal) para estabelecer um modelo que nunca foi de bem-estar-social, muito pelo contrário, sempre esteve voltado para atender ao interesses da classe hegemônica.

Assim, entidades como ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais), CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores), Movimento Contra a Carestia, dentre outros, se destacavam na luta contra o Estado e sua expressão que era a ditadura militar na medida em que reivindicavam e faziam mobilizações. Nesse sentido, o Estado era o ente ao qual os movimentos sociais deveriam ter completa autonomia, para representar com independência e isenção sua base social. Importante ressaltar que os movimentos sociais não foram os únicos sujeitos coletivos a lutar contra a ditadura militar no Brasil (o recorte aqui se faz por conta o objeto em análise), mas também diversas organizações políticas de esquerda, intelectuais e setores progressistas da Igreja Católica tiveram papel importante nesse processo, inclusive assessorando diversas entidades dos movimentos sociais.

Nesse período, a autonomia dos movimentos era palavra em voga na relação com o Estado. Doimo, Doxey e Beling Neto (1986) analisam que “entre esses setores prevalece, hegemonicamente, uma concepção de organização do movimento operário/popular com as seguintes características:”

- “1. manutenção da autonomia e independência dos movimentos sociais em relação aos partidos políticos e ao Estado, preservando-se a liberdade de escolha partidária de seus participantes”;
- 2 Mobilização pelas bases e respeito às suas decisões;
- 3 Estruturação horizontalizada das entidades, cabendo às direções portarem-se como instrumento e porta-vozes dos interesses manifestados pelas bases;
- 4 Estímulo ao exercício da democracia direta e participativa: na esfera sindical, através da horizontalização da organização sindical a exemplo das comissões de fábrica, e, na esfera do movimento popular, através de ações diretas entre o movimento e o Estado, rechaçando-se qualquer tipo de paternalismo e clientelismo político;
- 5 Interligação, solidariedade e cooperação entre o movimento operário/sindical com os demais movimentos populares.”

Em meados da década de 80, sobretudo com o advento do que se chamou de “Nova República” e a eleição (ainda de forma indireta, pela última vez) de um presidente civil em 1985, dando fim ao período militar, os movimentos sociais no Brasil se depararam

com uma nova realidade. Começa um período em que a “redemocratização”<sup>4</sup> do país, um anseio político também dos MSs, parece mudar as relações entre Estado e movimentos sociais. O arrefecimento das lutas e a institucionalização das entidades marcam esse período, onde o que parece ser a grande conquista dos movimentos (a redemocratização do país) não se teria muito a reivindicar e sim administra a relação com o Estado. Muitos dirigentes passaram a fazer parte da estrutura do Estado e a funcionar como anteparos às lutas populares. O governo do presidente Sarney<sup>5</sup> instituiu uma política assistencialista com as entidades de base, no que Virginia Fontes (2006) conceitua como “conversão mercantil-filantrópica de movimentos sociais de base popular”. Os clubes de mães, que tiveram ação importante nas lutas populares, passaram a serem “gerentes” de um programa do ticket do leite, onde o governo federal distribuía tais tickets para comunidades carentes terem acesso a tal alimento. Tal exemplo serve para ilustrar a ponta do *iceberg*, pois muitos passaram a ter outra concepção política ou mesmo foram cooptados pela máquina do Estado. Fontes<sup>6</sup> afirma que o fenômeno que ela aponta não é brasileiro, e sim tem perfil internacionalizado, parecendo constituir uma estratégia política no capitalismo contemporâneo, onde um

Fenômeno contraditório, consiste na admissão (e, em alguns casos, até mesmo de estímulo) de algumas demandas populares, direcionando-as através da elaboração de projetos financiáveis, para a produção de serviços de cunho social. Essa conversão resulta num apassivamento das lutas sociais, encapsuladas em reivindicações de cunho imediato (corporativas) e circunscritas a níveis de consciência coletiva elementar”.

A autora aponta um fenômeno que identifica na atualidade, porém que serve de referencia de análise para o período anteriormente citado. Importante ressaltar que tal conversão não seu deu puramente por questões imediatas e assistenciais. No início da década de 90 as teses neoliberais começam a ganhar espaço na sociedade e o governo Fernando Henrique Cardoso implementa políticas de Estado baseadas em tais concepções. Os movimentos sociais entram em refluxo, apesar de alguns setores assumirem um papel de oposição às tais políticas.

---

<sup>4</sup> Como alguns autores e movimentos consideravam aquele período, embora haja discordância quanto ao seu caráter político.

<sup>5</sup> Sarney foi presidente do PDS – Partido Democrático Social, que deu sustentação política à ditadura militar. Posteriormente filiou-se ao PMDB.

<sup>6</sup> *Op cit.*

Até o final da década de 90 e início do novo século, predomina uma concepção que Ermínia Maricato (2008) denomina como *participativismo*. Nesse contexto, “os processos pedagógicos ligados à identidade e compreensão científica e ideológica do mundo têm sido esquecidos. Nota-se uma atração muito forte pelo espaço institucional ou pela institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si” (*op cit*).

A autora considera que as reivindicações concretas imediatas são alimentos essenciais para qualquer movimento reivindicatório de massas, porém, com a devida atenção para o poder de cooptação e mesmo de corrupção do Estado. Nesse aspecto, a primeira década do século XX, onde o partido político que tinha maior afinidade com os movimentos sociais nas décadas de 80 e 90 (o PT – Partido dos Trabalhadores) ascende ao poder central em 2002 com a eleição de Lula, não se diferencia do período anterior. Graça Druck (2006), ao refletir sobre a relação dos movimentos sociais e o governo Lula, afirma que

“Hoje, ao chegar ao quarto e último ano de mandato, o Governo Lula da Silva não só não se constituiu nessa possibilidade, como optou em dar continuidade à aplicação e defesa de uma política econômica neoliberal. E, conseqüentemente com base ideológica e política do neoliberalismo, vem atuando no sentido de desmobilizar os movimentos sociais, de anular a força autônoma e independente do movimento sindical, através de uma permanente cooptação de suas direções e de um processo de ‘estatização’ das organizações dos trabalhadores (sindicatos e partidos, especialmente o Partido dos Trabalhadores).”

### **1.5 Movimentos contra-hegemônicos?**

O possível caráter contra-hegemônico dos movimentos sociais sempre foi discutido nas ciências sociais. No período da ditadura militar (1964-1985) esse debate esteve na pauta, tanto pelos próprios movimentos como pelas universidades, considerando que naquele período os partidos políticos de esquerda estavam na clandestinidade, o que resultou, segundo vários autores, no papel desempenhado pelos MSs como expressão visível de oposição ao regime de exceção. Dessa forma, advoga-se o predominante caráter contra-hegemônico das organizações populares, que, para além de suas reivindicações imediatas, propugnam a construção de uma nova hegemonia. Importante lembrar que as organizações sindicais estavam, nesse período, perseguidas e reprimidas ou sob controle estatal, com direções denominadas “pelegas”.

É sabido que nem todo movimento social é contra-hegemônico, mesmo que um dado movimento se oponha a um determinado governo, enquanto expressão do Estado. É preciso ter um projeto estratégico, um horizonte político, uma concepção de sociedade para aprofundar suas lutas para além das pautas economicistas e imediatas.

Scherer-Warren (1987) analisa a questão ao dizer que

Quando falo em projeto estarei, portanto, procurando o que o grupo, ou movimento social, quer modificar na realidade social. O projeto pode ser uma utopia de transformação, seja o desejo e intento de superação da situação presente ou pode se referir à busca da realização de objetivos mais imediatistas do grupo, presente no seu cotidiano.

O que a autora não leva em consideração (talvez por conta do período histórico da obra) é que muitos desses movimentos sucumbiram à ordem hegemônica justamente ao alcançarem seus objetivos mais imediatos ou à mudança da conjuntura política, pois com o advento do fim do período militar e o início da chamada “Nova República”, muitas organizações populares consideraram que a instauração de um novo governo (civil) seria o alcance da luta por transformação. Sobretudo nesse período dá-se o começo de um processo de institucionalização dos movimentos sociais, conseqüentemente, de perda de qualquer projeto contra-hegemônico. O Estado passa a ser visto com um outro caráter, condescendente com as aspirações populares, porém, esquecendo-se de seu caráter de classe, fazendo uma leitura equivocada de ver o Estado apenas como governo.

Jacobi (1988) interpreta tal fenômeno ao afirmar que

Dadas as características assumidas pelos movimentos sociais no Brasil, estes se desenvolveram principalmente como reflexo da precariedade ou falta de condições dos canais de representação, ou de arranjos institucionais existentes no período autoritário. Na medida em que essa situação começa a se reverter e os partidos adquirirem presença e competitividade na sociedade, os movimentos perdem seu dinamismo e visibilidade, denotando seu caráter conjuntural, que ao nosso ver está vinculado à inexistência de canais de representação e ao fato de o

Estado, ao negligenciar sua função de provedor de serviços de consumo coletivo às populações carentes, gerar um potencial reivindicatório delimitado no tempo e no espaço.

Dessa forma, Jacobi concebe que os movimentos sociais são frágeis em seus projetos, limitando-se a conquistas parciais. Mais contundentes e pessimistas, Gomes e Coutinho (2007) acreditam que, na década de 90, o neoliberalismo adentrou a seara dos movimentos sociais – com raríssimas exceções – modificando não apenas suas formas de luta, mas principalmente sua disposição para luta. “As expectativas de transformações sociais se metamorfosearam em adesão à dinâmica institucional através das **parcerias**”, afirmam as autoras. Gomes e Coutinho analisam ainda que a adesão ao ideário neoliberal significou abrir mão das concepções de políticas públicas como direito, do caráter gratuito e universal dos serviços. A solidariedade entre os trabalhadores foi rompida e a luta pela garantia dos direitos sociais e políticos foi substituída pela participação nos projetos do governo sem nenhuma crítica às estruturas de dominação da sociedade capitalista.

Nesse quadro, muitos movimentos não se apresentam como contra-hegemônico, pelo contrário, perderam essa potencialidade por conta de uma nova conjuntura, mas não só, pois o Estado não assiste a tudo passivo, e sim articula o consenso cada vez maior na sociedade civil, sendo o discurso da parceria (como colocado acima por Gomes e Coutinho) torna-se freqüente nos movimentos. Para além disso, o Bloco de Poder promove uma verdadeira decapitação intelectual de dirigentes de movimentos. Numa outra conjuntura (de luta por parte dos MSs)

O Estado deve atender aos grupos sociais cuja existência, não estando organizada pela produção de mercadorias, tende a ser um forte elemento de desestabilização social e política. A legitimação da ação estatal depende basicamente da capacidade do Estado em responder às demandas sociais, tornando-se um eficiente administrador e interventor para manter a acumulação e reprodução e suportar o peso da contradição entre a esfera da produção e as esferas exteriores a ela (Jacobi, 1988).

Os movimentos sociais, destarte, têm um papel político importante na luta política por conter um elemento de contestação ao caráter do Estado, sendo que este vem a atender

aos pleitos dos movimentos para, segundo Jacobi, legitimar a ação estatal. Por sua vez, o Estado pode lançar mão da coerção ante os movimentos sociais justamente no sentido contrário da desestabilização. O autor considera, ainda, que essa lógica assume uma feição dialógica, onde os dois pólos se transformam no processo.

Jacobi não é otimista quanto ao potencial contra-hegemônico dos movimentos sociais, de um modo mais geral. Ao analisar a questão, à época do seu trabalho – final da década de 80 – o autor considera que:

Um exame dos movimentos urbanos nos indica que estes não tem agido no sentido de transformar a sociedade, imprimindo-lhe um sentido novo, mas atuam, principalmente, como grupos de pressão sobre o Estado, no sentido de obter respostas concretas às suas demandas, através de dinâmicas diferenciadas, porém pautadas por um maior ou menor enquadramento institucional.

Nessa primeira década do século XXI, diversos autores consideram que um novo personagem entrou em cena, na esteira do refluxo dos movimentos sociais: as ONGs. Gomes e Coutinho (2007), Gohn (2004), Oliveira (1993), dentre outros, consideram que as Organizações Não-Governamentais assumem uma centralidade da cena política, inscritas no universo do Terceiro Setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, atuando em áreas onde a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente. A dupla de autoras consideram que essas organizações surgem na era neoliberal, alçadas à condição de agentes privilegiados de mediação entre o Estado e a população, principalmente a mais empobrecida. Tornaram-se defensoras da “participação da sociedade civil” no Estado, trazendo para si a função de executores de políticas públicas, apoiando as várias formas de privatização dos serviços públicos. Contundentes, Gomes e Coutinho afirmam que “as ONGs, de maneira geral, longe de apontarem para a ruptura do sistema capitalista, ao contrário, procura manter-lo” (*op cit*). Essa crítica é corroborada por Oliveira (1993), ao afirmar que essas organizações, que são financiadas na sua maioria por agências internacionais e, às vezes, pelo Banco Mundial, também detém certa configuração estatal ou, pelo menos, são instrumentos de determinado modelo estatal à nível internacional identificado com a criação de uma ordem e de uma harmonia internacionais baseadas no capital. Em seguida, afirma Oliveira:



Cada vez mais, as ONGs atuam numa visão de que estão fora do Estado. Tenho a impressão de que atuam de forma a cada vez mais substituir o aparelho de estado tradicional. Ao fazer isto, não está se contrapondo ao Estado do ponto de vista geral. Estão, sim, fortalecendo um novo tipo de Estado.

Maria da Gloria Gohn (2006) afirma que os movimentos sociais perderam visibilidade para as ONGs. Esses movimentos mudaram seu discurso em função da mudança da conjuntura. “Não se tratava mais de ficar de costas para o Estado, mas de participar das políticas, das parcerias, etc.”.

### **1.6 Movimentos sociais na América Latina e luta contra-hegemônica**

Ao tempo que os movimentos sociais assumem uma nova configuração no Brasil nesse período, outro eixo se esboça na América Latina, cujos países têm realidades próximas as do Brasil. O CLACSO – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, tem produzido sobre o tema, de forma mais ou menos otimista. Diversos autores vinculados ao Conselho (Zibechi, 2006; Boron, 2006; Seoane e Taddei, 2003) analisam que os movimentos sociais no continente tiveram um papel fundamental na mudança do cenário político ao apoiarem e elegerem candidatos de posição contrária ao projeto neoliberal. Com maior ou menor grau de oposição ao neoliberalismo, presidente eleitos no Brasil, Uruguai, Bolívia, Argentina, Chile, Equador e Venezuela, revela, segundo os autores, o protagonismo dos movimentos sociais nesse processo. “(...) los triunfos electorales del pasado año de partidos y/o coaliciones política nacidas e desarrolladas en confrontación con el modelo neoliberal constituyen un dato político sin precedentes en la historia reciente de la region”, afirmam, otimistas, Seoane e Taddei. Zibechi corrobora ao analisar que “el ascenso de gobiernos de signo progresista y de izquierda fue la forma más visible que asumieron los cambios que se venían gestando en la base de la sociedad desde comienzos de la década de noventa”. A dupla de autores entende que a conjuntura marcada pela acentuação da instabilidade econômica na região resultou num duro golpe na legitimidade política e ideológica que gozou o neoliberalismo na última década. Outro dado apontado pelos autores foi o crescimento do número do que eles

classificam de “ciclo de protestos sociais”, desde maio de 2001. Assim, Seoane e Taddei (op cit) analisam com os seguintes dados:

2000	1.995
2001	5.094
2002	6.744

Fonte: revista OSAL, enero de 2003

Interpretando o assunto, os autores entendem que

Este incremento del conflicto social ha significado una maduración de ciertos movimientos sociales, así como el surgimiento e consolidación de experiencias de convergencia social en la confrontación contra las políticas neoliberales, evidenciando un crecimiento cualitativo en la politización de las luchas.

Zibechi (2006), porém, adverte que aos movimentos sociais falta encontrar eixos temáticos capazes de aglutinar um amplo conjunto de lutas locais e regionais, como aconteceu na década de 90 com as resistências às privatizações e pacotes de ajustes estrutural, e mais tarde como a oposição a ALCA.

Boron (2006) entende que as limitações da democracia na América Latina e a crise que atravessam os partidos políticos explicam em boa medida o crescente papel desempenhado pelos movimentos sociais nos processos democráticos na região. Tal situação abriu um espaço para que “as ruas” adquirissem um maior protagonismo na maioria dos países. O autor argentino, exemplificando os números apresentados por Seoane e Taddei, aponta as mobilizações populares na região, nesse período:

Revoltas populares derrocaram gobiernos reaccionarios em Ecuador em 1997, 2000 y 2005; em Bolívia em 2003 y 2005, abrindo paso a la formidable victoria de Evo Morales a finales de este último año; forzaram la salida de Alberto Fujimori em Peru em año 2000 y de Fernando de la Rúa al año siguiente. Apenas ayer, los jovens estudiantes de los liceos chilenos pusieron en jaque al gobierno de la Concertación exigindo la derogación de la reaccionaria legislación educativa del regime Pinochet.

A pesar do quadro acima, Boron interroga se essas mobilizações populares são meros episódios isolados, gritos de raiva e fúria popular, ou refletem uma dialética histórica com tendência à reinvenção da democracia. O próprio responde ao afirmar que, observando o período iniciado no começo dos anos 80, revela que não há nada de acidental na crescente mobilização das classes populares.

### **1.7 Ideologia**

Toiuraine (1989) entende que a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado constitui a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma. Os movimentos sempre permanecem subordinados às intervenções políticas, sobretudo a ação do Estado. Touraine considera isso baseado na concepção em que o Estado em países dependentes intervém na sociedade civil, ainda que esta não seja inteiramente absorvida por aquele. Para o autor francês, o Estado é o agente principal de desenvolvimento econômico e, amiúde, da organização das reivindicações sociais. O Estado controla as empresas bem como mobiliza a classe operária, a exemplo de Brasil e Argentina, onde predominou o getulismo e o peronismo, respectivamente.

Para o autor, na América Latina poucos partidos políticos aceitam ser partido de oposição durante um longo período, como se deu com os partidos operários, e em particular com os partidos socialistas em muitos países capitalistas centrais. Os partidos formam-se e atuam como partidos de governo, o que se supõe que conservam uma grande disponibilidade para organizar as alianças que lhe permitirão chegar ao poder. Touraine não vê nenhuma potencialidade política transformadora de classe nos movimentos sociais, sobretudo na América Latina, onde, para ele, é a intervenção do Estado que determina os atores políticos que, por sua vez, comandam a ação dos movimentos sociais fracamente integrados.

Quanto a formação social dos movimentos sociais e sua potencialidade, Touraine afirma que é falso acreditar que pobreza extrema produza uma extrema capacidade de ação. Ele argumenta, ainda, que muitos pesquisadores durante os anos 60 concebiam a idéia de que os pobres formavam um hiperproletariado capaz de uma ação radical com combatesse todos os aspectos da sua exploração. Ricardo Antunes (1995) questiona qual seria o segmento da classe trabalhadora com maior potencial revolucionário, se o

precarizado, que não tem nada mais a perder, ou o estabelecido, que teria um nível de consciência maior que o anterior e daí uma maior capacidade de compreender a realidade para transformá-la. Touraine diz que os mais pobres têm uma dependência em relação a todos os que têm acesso a decisão política, sejam eles revolucionários ou a serviço de um Estado autoritário. No outro extremo, há a concepção de que as populações pobres é o lugar da desorganização social e da anomia. Essa imagem não é verificada pelas pesquisas empíricas que mostram, ao contrário, uma grande capacidade de auto-organização, inclusive maior do que nos conjuntos habitacionais construídos pelo poder público na periferia para instalar moradores removidos das favelas.

Esse quadro não muito animador do potencial político das classes *que-vivem-do-trabalho* (Antunes, 1995) reflete também a disputa ideológica que é feita na sociedade. As idéias de uma sociedade são as idéias da classe dominante. Essa formulação marxiana evidencia uma questão cara aos que se definem na posição anti-capitalista que é o embate político numa esfera marcada pela ocultamento da realidade, distorção das relações sociais e uma série de definições para esta. Nesse âmbito, a burguesia transitou, ao longo da história, de uma classe não-hegemônica para a classe hegemônica, passando a dominar, então, as idéias da sociedade. A ideologia burguesa, com seus valores e doutrinas, estabelecendo as novas formas de sociabilidade em uma sociedade marcada por profunda contradição, sofreu construções e desconstruções ao longo do tempo. Sua principal referência, porém, é a de inverter a realidade, mascarar as contradições nos seus mais diversos âmbitos. É sobre essa temática que Georg Lukacs se debruça para chegar à elaboração da decadência ideológica burguesa, como sistema de idéias que invertem a aparência e a essência.

O pensador húngaro analisa historicamente a formação dos estados europeus e a apologia e decadência da ideologia burguesa. Em sua obra *El Asalto a la Razon*, Lukacs faz uma relação entre o irracionalismo e o desenvolvimento histórico da Alemanha, buscando estabelecer como o desenvolvimento material e o pensamento irracional, num período histórico em que não havia unidade nacional num país dividido em principados, estiveram imbricados.

Ao ascender como classe dominante, a burguesia nega seu caráter revolucionário e passa a justificar ideologicamente a realidade da nova sociedade proposta por ela

mesma, negando suas contradições internas. Tal interpretação Lucaks faz no capítulo *Marx e o problema da decadência ideológica* de sua obra *Marxismo e teoria da literatura* (1968). Destarte, a economia clássica como nova ciência típica da sociedade burguesa se constrói em contraponto à “elaboração de uma nova ciência do materialismo histórico”.

O autor considera que quem descobriu e escreveu sobre a decadência foi o próprio Marx, “que tem início quando a burguesia domina o poder político e a luta de classes entre ela e o proletariado se coloca no centro do cenário histórico”. Com isso, o projeto ideológico burguês é a não-consciência, a apologética de um mundo sem conflito e contradições. Lukacs interpreta, em Marx no *Dezoito Brumário*, haver uma traição da burguesia aos interesses ligados aos do povo em seu período revolucionário, em que tudo que a esta classe, no passado, lutava contra o feudalismo, voltava-se contra ela, “que todos os deuses que criara a haviam renegado”.

A reviravolta político-ideológica da burguesia traz no seu turbilhão intelectuais, até mesmo aqueles que tinham uma concepção crítica da realidade, a exemplo de Guizot, enquanto que Stuart Mill e Malthus inscrevem-se na categoria dos que originaram-se no pensamento burguês, que busca mitigar a realidade, de acordo com as necessidades econômica e políticas de sua classe, sendo este último “precursor da depravação máxima da ideologia burguesa”.

Assim, Lukacs entende a decadência ideológica da burguesia com tendências gerais como a “fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico”, buscando justificar a realidade com falsos argumentos, negando as contradições. O ecletismo – proposto pela ideologia burguesa, muitas vezes mascarada de crítica, esconde autores nos quais se encontra o irracionalismo, como Nietzsche, Husserl e Heidegger, mas que não propõem uma superação da sociedade vigente. Lukacs vê no marxismo a teoria para compreender esses autores, contrapondo-os.

Comparando o período de seu surgimento até seu estabelecimento, Lukacs (1968) afirma que a diferença entre os dois períodos

Residem ‘apenas’ em que os ideólogos anteriores forneceram uma resposta sincera e científica, mesmo se incompleta e contraditória, ao passo que a decadência foge covardemente da expressão da realidade e mascara a fuga mediante o recurso ao ‘espírito científico objetivo’ ou a ornamento românticos. Em ambos os casos, é essencialmente acrítica, não vai além da superficialidade dos fenômenos, permanece na imediaticidade e cara ao mesmo tempo migalhas contraditórias de pensamento, unidas pelo laço do ecletismo.

Um traço importante no período da decadência, identificada por Lukacs, é a divisão social do trabalho, sobretudo no que se refere à divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, desdobrando-se na especialização, com o discurso de que “a especialização cada vez mais estreita é o ‘destino’ de nossa época, um destino do qual ninguém pode escapar”. Ainda segundo esse argumento, a amplitude da ciência moderna atingiu tal ponto de extensão que é impossível um só homem deter todo o campo do conhecimento humano. Lukacs critica a especialização, defendendo trabalhar a realidade como totalidade, rebatendo o equivocado argumento burguês:

“Todavia, por mais atraente que possa parecer este argumento, à primeira vista, nem por isso deixa de ser inteiramente equivocado. O fato de que as ciências sociais burguesas não consigam superar uma mesquinha especialização é uma verdade, mas as razões não são apontadas. Não residem na vastidão da amplitude do saber humano, mas no modo e na direção de desenvolvimento das ciências sociais modernas. A decadência da ideologia burguesa operou nelas uma tão intensa modificação, que não se podem mais relacionar-se entre si, e o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão da outra. A especialização mesquinha tornou-se o método das ciências sociais.

Desse modo, a partir das formulações de Lukacs, o que seria essa decadência ideológica na contemporaneidade? Passamos por um momento em que as grandes narrativas que dão conta do mundo moderno estão se desconstruindo? A elaboração de Lukacs, aquela época, estaria radicalizada hoje?

Sendo as idéias dominantes de uma sociedade as idéias da classe dominante, o pensamento burguês atual acentua sua decadência, numa conjuntura de ofensiva do capital sobre o trabalho, numa era denominada de pós-moderna, pós-industrial, pós-fordista e toda sorte de “superação da modernidade”. Esse pensamento, perpassando as

ciências e as artes, é concatenado pela vaga neoliberal, vertente política, econômica e social da decadência ideológica, defendendo teses, segundo Câmara (1996) como

Limitar o papel do Estado na economia; reduzir direitos dos trabalhadores, de modo a flexibilizar o trabalho, ou seja, flexibilizar as demissões; incrementar o trabalho temporário em detrimento do trabalho permanente; reduzir a jornada de trabalho e o salário; aumentar a eficácia do trabalho e a produtividade; acirrar a competição entre blocos econômicos, entre trabalhadores da mesma fábrica, do mesmo país e entre os diversos países. Destemperadamente, o liberalismo busca manter as taxas de lucro do capital, mesmo isto implicando genocídio programado de parte dos trabalhadores.

Nessa nova ordem burguesa, a revolução tecno-científica vira instrumento de justificação da noção de progresso com desenvolvimento tecnológico e a extrema especialização toma lugar no mundo do trabalho, rejeitando a idéia de totalidade, conceito fundamental para Lukacs na concepção de sociedade.

Sob a ótica da elaboração de Lukacs, vivemos uma acentuada decadência ideológica burguesa na contemporaneidade, negando as contradições da sociedade do mercado e levando a um destruidor irracionalismo. Como não há sociedade sem luta de classes, na atualidade também se encontram aqueles que contestam a ordem neoliberal e seus guardiões, pensando e produzindo para os que vivem do trabalho, a exemplo de teóricos como Atílio Boron, Noam Chomski, Istvan Mészáros, dentre outros que não se deixam decapitar intelectualmente.

Assim como o pensador húngaro apontava os autores do irracionalismo burguês à sua época e os que Marx debatia no século XIX, o irracionalismo contemporâneo tem seus arautos, pautando-se pelo “pensamento arejado”, marcado pela desmaterialização da vida social, esmaecimento das fronteiras entre o real e o virtual, hipervalorização do presente e a negação da historicidade, busca dos prazeres sensoriais, negação da totalidade, ética fundada no extremo individualismo, a pesquisa é substituída pela doutrina e o ecletismo passa a dominar as ciências; etc. Autores como Baudrillard e Lyotard, renomados autores da acepção pós-moderna, ganham fama e audiência ao elaborar sobre os ditames descritos, caindo sob as críticas da elaboração de Lukacs. Deleuze, Rorty, Guattari e Derrida inscrevem-se também na categoria daqueles que

enxergam na irracionalidade burguesa o veio do desenvolvimento científico e o âmbito do desenvolvimento humano. Muitos destes e outros, com posições anteriores críticas a decadência ideológica burguesa, sofrem uma *decapitação ideológica*, terminologia criada por Gramsci para designar a capitulação de intelectuais anteriormente comprometidos com as transformações sociais mas que aderem ao pensamento da classe dominante, mudando sua posição anterior, a exemplo de Lyotard que pertencia ao grupo de ultra-esquerda “socialismo ou barbárie”, mas que fez um giro teórico, político e ideológico, optando conscientemente pelo capital (Andrade, s/d).

A decadência ideológica burguesa, na acepção formulada por Lukacs, na atualidade tem como um de seus alvos principais uma categoria fundamental nas relações de produção: o trabalho. O pensamento burguês contemporâneo encarrega-se de decretar o fim do trabalho como categoria sociológica fundamental para explicação da sociedade, procurando atingir a esfera de criação de identidade coletiva, da organização enquanto classe. Claus Offe (1989), dedicado ao estudo do assunto, é um dos principais formuladores da tese do fim da centralidade do trabalho. Offe considera que “o trabalho remunerado perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, de auto-estima e das referências sociais, assim como das orientações morais”. Para o autor alemão, a concepção pós-moderna de ciência é marcada por um novo subjetivismo sociológico, centrando suas pesquisas no cotidiano ahistórico. Em contraponto, Lukacs compreende três esferas da ontologia: a inorgânica, a biológica e a social. Elas estão articuladas, mas têm seus momentos próprios. Porém, não podemos compreender isso como uma simples interação, pois há um momento predominante nesse processo de articulação, onde ocorre um salto ontológico. É justamente o trabalho que vai ser o marco separador, a categoria fundante do homem, o que o diferencia da natureza. Com isso, reafirma mais uma vez que nada existe fora da relação de totalidade do ser.



## 2. SALVADOR DOS SEM TETO

A construção do espaço urbano de Salvador está marcada pelas contradições da sociedade do capital, onde a concentração de riqueza e expansão da pobreza se expressa no plano habitacional. Configurando-se hoje como a terceira maior capital do Brasil, com mais de 2,9 milhões de habitantes, Salvador apresenta na sua formação urbana as contradições que vão se expressar na construção de habitações subnormais e ocupações, sem infra-estrutura necessária e condições dignas de reprodução da força de trabalho. Dessa forma, um fenômeno que vai marcar a cidade é o surgimento das ocupações.

Souza (1991) entende, nesse sentido, ao analisar que no Brasil a luta pela terra, como meio de reprodução da força de trabalho no campo e na cidade através da habitação, está diretamente vinculada ao padrão de acumulação capitalista. Portanto, “este fenômeno social tem uma identidade principal no fato de emergir de uma questão estrutural, já que na sua base está, evidentemente, a inacessibilidade aos meios de produção e a baixa remuneração do trabalho”. Porém, para além das questões econômicas, as conjunturas e particularidades do lugar contribuem para a consolidação do processo das ocupações.

Maria Brandão (1978), entende que fatores sócio-econômicos foram cruciais para a conformação do problema habitacional de Salvador:

- O fluxo rural-urbano, que no caso de Salvador, pode ser de atração rural passiva;
- Diferença de classes, pelas quais as camadas inferiores desfrutam das mais desvantajosas condições de competição econômica e política e de participação nos bens da comunidade;
- Os efeitos secundários do sistema de classe, expresso no abuso de poder, utilizado em convergência com o exercício de privilégios, na manutenção de vantagens desfrutados pelos grupos dominantes.

A Bahia sofreu um processo de industrialização tardio, sendo que só na década de 50, com a construção da Refinaria de Mataripe, o estado desloca seu perfil agro-exportador (que se encontrava em franca decadência, após o fim do ciclo da cana-de-açúcar, com as últimas usinas). A refinaria da Petrobras incentivou o êxodo rural de outras regiões do

estado e até mesmo de regiões remotas, para Salvador, a maior cidade do estado. Importante salientar que, com o advento da exploração e refino de petróleo empreendido pela Petrobras, um grande contingente de trabalhadores imigrantes se instalam em Candeias, então distrito de Salvador, por sua localização ser mais próxima da refinaria e dos campos de exploração de petróleo. Portanto, o cômputo do crescimento populacional daquela cidade soma-se ao total de Salvador. Na década seguinte, outro empreendimento que vai incrementar o processo de industrialização do estado vai ser a implantação do CIA – Centro Industrial de Aratu, abrangendo os municípios de Salvador, Camaçari, Candeias e Simões Filho. Na década de 70, é inaugurado o Pólo Petroquímico de Camaçari, à época o maior do país. A população de Salvador cresce de forma rápida, conforme tabula Brandão (1978):

### **CIDADE DO SALVADOR POPULAÇÃO**

<b>ANO/PERIODO</b>	<b>POPULAÇÃO DA CIDADE</b>	<b>% SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO</b>
1549	1.000	...
Fim do séc. XVI	8.000	...
Metade do séc. XVII	10.000	...
Metade do séc. XVIII	37.343	...
Início do séc. XIX	45.600	...
1872	129.109	9,36
1890	174.412	9,08
1900	205.813	9,72
1920*	283.422	8,50
1940	290.443	7,41
1950	417.235	8,63
1960	655.735	10,95
1970	1.007.195	13,44

FONTES: SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Livraria Progresso Editora – Universidade da Bahia (1960), p. 6, para os dados até o início do século XIX, e *Anuário estatístico do Brasil*, 1974, Rio de Janeiro. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Divulgação Estatística, 1975, p. 46, para os dados a partir de 1872.

\*Possivelmente super-dimensionadas as populações da cidade e do estado.

Tal processo vai se refletir, de sobremaneira, na questão habitacional. As contradições urbanas vão se expressar nos serviços públicos, numa cidade marcada pela desigualdade social. Da área oficialmente definida como urbana, o serviço de água encanada cobria, em 1960, pouco mais de 30% da população; o de esgoto 3% e o de iluminação elétrica

70%<sup>7</sup>. Associados a isso, o alto preço da construção e do solo urbano vão corroborar para a fomentação da crise urbana de Salvador.

As características da estrutura fundiária de Salvador, com o solo nas mãos de poucos grandes proprietários (Igreja, poder público e alguns particulares) e sob um sistema fundiário arcaico, tinham também influência direta na produção de habitação e uso do solo em geral. A cidade herdara uma estrutura fundiária assentada sobre o sistema de enfiteuse<sup>8</sup> ou aforamento, o que acabava por bloquear o mercado imobiliário (Souza, 1991).

Nesse contexto, à partir da década de 1940, as ocupações vão se consolidar como forma de habitar para grande parte da população. Ao final da década anterior, 40% das habitações de Salvador eram constituídas de mocambos (construções precárias)<sup>9</sup>. Com o processo de urbanização da cidade e o conseqüente domínio do espaço urbano por interesses do capital, já analisados por Engels (1976), essa população que habitava no centro da cidade, vai ser deslocada para áreas distantes do centro, no que Milton Santos chamou de “periferização”. Tal expulsão foi feita para dar lugar a grandes edifícios no centro da capital. Tal fenômeno vai se apresentar ao longo de todo século XX e o início desse século.

Simões (1987) vai analisar que a organização espacial e as condições de vida da população são reflexos sociais do desenvolvimento destas fases: o centro histórico; a expansão do tecido urbano; o surgimento de novos bairros; o deslocamento de camadas mais pobres da população para a periferia; o surgimento das “invasões”.

Assim, as “invasões” passam a ocupar o cenário urbano de Salvador, como fruto do aprofundamento da desigualdade social e da concentração de renda, sendo o espaço de grande parcela pauperizada da população, em sua maioria biscateiros, pequenos comerciantes, trabalhadores da construção civil (pedreiros ou serventes), prestadores –

---

<sup>7</sup> Importante lembrar que a construção da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso possibilitou o aumento da oferta desse serviço.

<sup>8</sup> Este instrumento jurídico de parcelamento de terra, constituído no Brasil no período colonial, consiste no direito real por parte do enfiteuta de cultivar e utilizar amplamente, em perpétuo, o imóvel alheio (domínio útil), mediante pensão, sem contudo destruir-lhe a substancia (domínio pleno ou direto), que permanece com o titular (Gordilho, op cit).

<sup>9</sup> Note-se que nesse período soma-se cerca de meio século do fim da escravidão no Brasil, sendo que muitos dos que ocupam esses mocambos são negros.

assalariados ou não – de serviços de pouca qualificação, pequenos funcionários públicos, condutores de bonde, soldados rasos, enfim, todos aqueles de menor remuneração, do proletariado urbano, ou os componentes do exército industrial de reserva (Mattedi, 1981).

Empurradas pelo processo de periferização imposto pelo capital urbano, essas populações passam a ocupar terrenos nas franjas da cidade, de forma mais ou menos organizada, como alternativa à especulação imobiliária. Importante salientar que desde esse período os alugueis já se constituíam de alto valor financeiro, tornando-se também inviável para a população de baixa renda. Mattedi (op cit) afirma, ainda, que, ao contrário do que muitos pensam, sobretudo os poderes públicos e os interessados em áreas ocupadas, os moradores das chamadas “invasões” não são desocupados ou marginais, e sim o que se observa é justamente o contrário, segundo a autora. O que condiciona o surgimento das “invasões” como alternativa habitacional não é, portanto, a situação ocupacional enquanto tal das pessoas, mas o baixo nível da remuneração que percebem, nível este condicionado por fatores de caráter estrutural que lhes escapam ao controle:

A maioria das pessoas declaram que, não podendo desviar uma quantia para o pagamento do aluguel, a saída é procurar uma invasão e lá construir um barraco. A declaração de muitos moradores deixa evidenciado esta preocupação; “como o aluguel está caro o jeito é ficar aqui apesar da promiscuidade e falta de higiene”<sup>10</sup>. “(..) pois caso contrário estaríamos debaixo dos viadutos da cidade, pois não dispomos de condições de pagar aluguel, cada vez mais caro”<sup>11</sup> (Mattedi, 1981)

Em seu trabalho, Mattedi constata também – à época – a disposição dos moradores em pagar alguma quantia em troca da ocupação do terreno. “A totalidade das pessoas entrevistadas consideram que esta seria a melhor solução para a questão da ilegalidade da ocupação”. Vale lembrar que essas ocupações sofriam também violentas repressões por parte da polícia ou jagunços, a mando de especuladores imobiliários interessados nas áreas, ou do poder público. A idéia de pagamento seria uma forma de legalizar o uso e fruto desses terrenos. A autora que analisa a questão entende que “a predisposição em

---

<sup>10</sup> Depoimento de uma pessoa entrevistada em campo.

<sup>11</sup> *A Tarde*, Salvador, 16.03.67

assumir o pagamento dos lotes ocupados, sempre presente em seus discursos, aparece aí como uma justificativa – ideológica – desta situação ilegal frente a sociedade”, afirma.

Mattedi chama a atenção para um aspecto relativo às ocupações e que tem sido freqüentemente utilizado pela imprensa e pelos poderes públicos no sentido de jogar a população em geral contra os moradores das ocupações, assim como para legitimar ações arbitrárias e clandestinas, que é a atividade especulativa dentro das ocupações, onde acontece aluguel de barracos ou venda de lotes “invadidos”. Mattedi não nega o fato, porém, não se pode considerar esse um fenômeno da magnitude das ocupações.

As primeiras ocupações surgiram no final da década de 40, dando início a um processo que se estende até os dias de hoje. A “invasão” do Corta Braço, no Pero Vaz, foi emblemática por ser pioneira, assim como Gengibirra e Alagados. Esta última se formou após uma “invasão” de um terreno num trecho da chamada Fazenda do Coronel, na área de Massaranduba. A cartilha *O direito de morar* (1998), faz um histórico das ocupações em Salvador (ver Anexo I).

O que se verifica, também, relativo à localização das ocupações, é a ocupação de áreas afastadas do centro da cidade, geralmente pouco valorizadas e destituídas de atenção por parte do poder público. Assim, as ocupações ocorrem ao longo da Avenida Suburbana, como Praia Grande, Plataforma de Lobato (1969), Escada (Alto da Terezinha, 1976), no Alto do Cruzeiro (1978), na Fazenda Periperi e ainda em São Cristóvão, atrás da Base Área, na “invasão” que ficou denominada como Planeta dos Macacos (1978). Segundo um estudo efetuado pela CDS – Coordenação de Desenvolvimento Social, constata-se um total de 79 bairros e núcleos habitacionais de baixa renda em Salvador (Aragão, 1993).

Muitas dessas ocupações se tornaram bairros de Salvador, apesar da carência de equipamentos urbanos essenciais ao desenvolvimento das condições de vida urbanizada e de reprodução da força de trabalho (Aragão, *op cit*). Assim, no início dos anos 80, começam a surgir organizações de representação das comunidades, como grupos de jovens e clubes de mães, além das associações de moradores, então com peso considerável na organização popular. Nesse período, com o país vivendo sob a ditadura militar, as associações de moradores passam a um papel relativamente importante na

oposição ao regime, sendo uma das principais formas de organização dos movimentos sociais. A realidade política do Brasil era semelhante à maioria dos países da América Latina, e a orientação política das organizações de esquerda era investir politicamente nas associações de moradores como forma de organização popular. Nesse contexto, aparecem os primeiros agentes externos<sup>12</sup>, como as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, com apoio do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social, do Mosteiro de São Bento e de ONGs vinculadas a igreja, desenvolvendo trabalhos importantes, articulados com o IAB – Instituto dos Arquitetos do Bahia, dando suporte as associações, no que ficou conhecido como Trabalho Conjunto, envolvendo 12 entidades (Teixeira, 2002). Segundo este autor,

Esse movimento, de marca caracterizadamente urbana, de base social na classe média, buscou atuar na luta de resistência à ditadura, no apoio de defesa das reivindicações de bairro e no debate de questões da problemática urbana. Contribuíram para o surgimento do Movimento pela Anistia, do Movimento Contra a Carestia, da Federação das Associações de Moradores – FABS (...).

(...)

Com a desativação do Trabalho Conjunto, a FABS passa a coordenar todo o movimento de bairro, apoiando as ocupações e buscando a legalização das terras através do apoio da OAB, reivindicando serviços e equipamentos urbanos.

Antonia Garcia (2002), analisando o histórico da FABS, diz que a entidade surge em 1979, articulada por outros segmentos da esquerda, centro-esquerda e um pequeno segmento da igreja católica progressista, originário da Ação Católica. A sua formação e consolidação se deu principalmente através da influência dos partidos políticos que atuavam no MDB – Movimento Democrático Brasileiro (PCdoB, PCB e setores vinculados a esses partidos), durante o bipartidarismo imposto pela ditadura militar. Porém, Valdisio Fernandes<sup>13</sup>, fundador da FABS, afirma que não só esses partidos tiveram participação na fundação da Federação, mas também o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e o PT (Partido dos Trabalhadores), recém fundado. Garcia afirma ainda que a FABS tem um crescimento extraordinário na década de 80, chegando a ter mais de 200 associações filiadas, porém:

---

<sup>12</sup> Militantes ou organizações que assessoravam as entidades de forma qualificada e politizada.

<sup>13</sup> Em entrevista ao autor.

É relevante assinalar que, além da conjuntura favorável, no final da década referida, o governo Sarney – que se elegeu no Colégio Eleitoral, após a derrota das eleições diretas reivindicadas pela sociedade em grandes mobilizações populares, por um grande pacto das elites conservadoras – lançou o Programa do Leite. Esse programa estimulou a formação de associações de todo tipo, especialmente de moradores, para a distribuição do leite entre os mais pobres. Além dos conflitos representados pela seleção dos mais miseráveis que as associações tinham que fazer, isso representou a quebra da hegemonia das associações mais politizadas, resultando no seu enfraquecimento para reivindicar políticas públicas essenciais para uma melhor qualidade de vida para todos (Garcia, 2002).

Assim, o Estado passa a utilizar outra tática para com os movimentos sociais, diferentemente do período mais duro da ditadura militar, onde a ação era baseada na coerção. “Essa relação entre Estado e movimentos sociais está sempre permeada da questão da autonomia ou do seu oposto, a cooptação ou o clientelismo (Garcia, op cit). No plano da ação municipal, Aragão (1993) analisa que a Prefeitura de Salvador, consoante com a tática do governo federal, exposta por Garcia, cria a CDS – Coordenação de Desenvolvimento Social, em resposta à emergência dos movimentos sociais, em seus novos moldes de pressão, à partir de 1979 e, de fato, inaugura uma nova postura na relação entre o Estado e os movimentos populares em Salvador. O autor diz ainda que

O papel exercido pela CDS será contraditoriamente, de avanços e recuos, posições sempre vinculadas ao caráter político imediatista das ações: ora tentando a cooptação das lideranças populares de “sedes de bairro”, ora exercendo um papel assistencialista, chegando a desativar “sedes de bairro” e omitindo-se nas questões mais decisivas.

(...)

Outra atitude que transparece da ação política da CDS é a tentativa de aliciamento direto das associações de moradores e das lideranças de bairro, com o emprego da figura do chamado “agente comunitário”. (...) Com essa prática, a CDS objetivava manipular lideranças locais mais atuantes e direcionar o atendimento consoante aos interesses políticos do governo, associado aos grupos dominantes.

Para além dessa avaliação, Teixeira (2002) entende que a FABS já há bastante tempo está em crise, não só em decorrência do refluxo dos movimentos sociais em geral, mas também agravada com as disputas internas dos dirigentes, não conseguindo reciclar-se e adaptar-se às novas conjunturas. Seu formato verticalizado não lhe permite maior contato com as bases e respostas às demandas das associações.

O MDF – Movimento de Defesa dos Favelados, surgiu em 1983 e se constituiu a partir de uma dissidência da FABS, conduzida por duas associações de moradores, a do Calabar e de Novos Alagados. Nos quatro primeiros anos o MDF teve intensa atuação e polarizou com a FABS a disputa pela representação dos bairros de Salvador. A partir de 1987, e notadamente 1988, o movimento atravessou uma séria crise fruto do choque entre as principais lideranças do Calabar e de Novos Alagados, que foi agravado pela disputa política para lançamento de candidaturas à Câmara de Vereadores. Desde a sua fundação o MDF foi hegemônico politicamente por lideranças personalistas que conduziam o movimento com rédea curta, impedindo o surgimento de novas direções. Com a crise e a posterior reorganização do MDF após a saída do Calabar, novas lideranças precisaram ser forjadas. Nesse momento entra em cena a CJP – Comissão de Justiça e Paz. Ela reforçou o papel coordenador da Igreja Católica no seio do movimento. A CJP passou a dar assessoria ao movimento, papel que já cumpria de forma esporádica e depois passou a ser permanente. As novas lideranças que emergiram no processo buscaram a afirmação política e lançaram-se à disputa de espaço com as antigas lideranças. O fim desta nova crise se deu em 1992 com o afastamento da CJP e a vitória nas eleições do movimento de uma chapa formada apenas pelas novas lideranças. Entre 1995 e 1997, novamente enfraquecido e bastante desarticulado, fracassaram as últimas tentativas de soerguimento do MDF (Fernandes, s/d).

Salvador adentra o século XXI com uma população de 2.714.018 habitantes e uma profunda crise habitacional, com um déficit 150.000 moradias<sup>14</sup>. Capital da região metropolitana com o maior índice de desemprego do país, Salvador sofre nesse começo de século uma ofensiva do setor imobiliário, representando interesses do mercado para construções de alto padrão para as classes média e alta, inclusive situando entre os

---

<sup>14</sup> Dados do MSTB, porém, há controvérsia quanto a esses números, pois a SEHAB afirma que o déficit é de 91 mil unidades, sendo que 82 mil são para renda de até 3 salários mínimos.



empreendimentos mais caros do país. Tal investida, como se vê ao longo da história da cidade, está associado ao poder político hegemônico.

Esse cenário é construído numa Salvador marcada pela concentração de renda. Segundo dados de Campos (2003), dona de 651,3 mil domicílios, a capital baiana é residência para 20.805 famílias consideradas ricas que possuem um rendimento médio mensal de R\$ 11,1 mil. Se comparado como estado, em Salvador residem 61,6 famílias de cada 100 famílias da Bahia. Em termos de massa de rendimento das famílias ricas, Salvador movimenta 59,8% (R\$ 231,2 milhões) da renda dos mais ricos do estado.

Mas é observando Salvador por dentro que se percebem as semelhanças mais importantes. Por exemplo, tomados apenas os quatro distritos com maior número de famílias ricas – Amaralina, Corredor da Vitória, Brotas<sup>15</sup> e Itapoan – ficará evidente que essas famílias movimentam mensalmente 89,9% (R\$ 207,7 milhões) de todo rendimento dos mais ricos da cidade. Apenas Amaralina (com 8.532 famílias ricas detentoras de uma massa de rendimento de R\$ 94,6 milhões) e Corredor da Vitória (com 5.537 famílias ricas detentoras de uma massa de rendimento de R\$ 61,8 milhões) representam, juntas, 67,6% das famílias ricas soteropolitanas e 67,7% da renda movimentada pelos mais ricos da cidade. Tendo em mente que Salvador possui 14 distritos, é possível ter idéia da importância dessa concentração geográfica.

Nesse quadro de desigualdade acentuada cada vez maior, a classe média procura cada vez mais se isolar da realidade concreta que a cerca, criando um novo conceito de habitar, onde torres abrigariam verdadeiras minicidades, oferecendo a possibilidade de ter escritório, apartamento, shopping, etc., num mesmo lugar, sendo o elevador seu meio de transporte<sup>16</sup>. Para o arquiteto Gilberto Corso (ainda no mesmo periódico), concentrar as atividades cotidianas no mesmo ambiente “talvez seja a segregação levada às últimas conseqüências”. Essa é a Salvador dos sem teto em movimento, “uma cidade diferenciada, desigual e dividida. Para os mais pobres, uma cidade à deriva, de crescimento aleatório, deficiente e carente de condições mínimas de habitabilidade, segregados e excluídos dos circuitos formais, distinta de outra cidade, onde habita a população com poder de compra desse espaço urbano beneficiado” (Souza, 2002).

---

<sup>15</sup> Referente ao Horto Florestal.

<sup>16</sup> Revista *Muito*, encarte do jornal *A Tarde*, de 06.07.08

### 3. MOVIMENTO DOS SEM TETO: UMA HISTÓRIA DE LUTA

A conjuntura política e econômica no Brasil no início da primeira década deste século é marcada por alguns eventos que advertem para a configuração de movimentos que emergem após a última década do século passado, marcada pela aplicação do receituário neoliberal, com o aprofundamento do nível de desemprego, privatização de empresas estatais, desregulação de direitos sociais, dentre outras. A eleição de Lula em 2002, àquela época eleito sob a expectativa de mudanças, apontava, para alguns<sup>17</sup>, com a mudança nesse quadro. Em São Paulo, começam a estourar diversos movimentos de sem teto, sendo de grande projeção a ocupação de terreno da Volkswagen em São Bernardo dos Campos, com milhares de ocupantes.

Na Bahia, o Bloco de Poder representado pelo carlismo apresenta as primeiras fissuras, com o ocaso político de seu líder ACM (Antonio Carlos Magalhães). Seu poder junto ao Planalto Central também se enfraquece, após ser um dos homens mais influentes no período FHC (Fernando Henrique Cardoso), só voltando a estabelecer relações com o Planalto em um período no governo Lula, onde vai se afastar após a crise do mensalão, apostando ser o fim político do presidente Lula. Tal questão vai se entrecruzar com uma grande mobilização popular-estudantil contra o aumento das passagens de ônibus que ficou conhecida como Revolta do Buzu, onde milhares de estudantes foram para as ruas, em todos os bairros, protestando contra o aumento da passagem do transporte coletivo em Salvador. Nesse episódio, o tratamento dado ao movimento dos estudantes divide a estratégia usada pela Prefeitura para tentar resolver a questão. Se de um lado, ACM e seus fiéis ortodoxos defendiam a repressão ao movimento, o prefeito Imbassahy (PFL), eleito com a mão visível do então senador do PFL, não pretende utilizar a polícia para reprimir as manifestações, pois tal repressão iria lhe custar politicamente um preço muito alto perante a sociedade. A Revolta do Buzu entrou para a história como uma das maiores mobilizações populares que a cidade já viu, criando um clima propício para o restabelecimento de outras mobilizações.

Um ano antes, ocorreu também uma mobilização de grandes proporções que foi a greve das Polícias Civil e Militar, que teve um impacto direto no governo do estado, sendo o

---

<sup>17</sup> Inclusive boa parte dos movimentos sociais baianos, seguindo uma tendência nacional.

governador à época César Borges, também sob a égide de ACM. A paralisação dos policiais, assim como outras, contribuíram para o agravamento das tensões sociais e de fissuras no comando carlista.

Por meses consecutivos, Salvador é apontada pelos órgãos de pesquisa de emprego e desemprego como a capital campeã em desemprego em todo o país (só perdendo para Recife, esporadicamente, com percentuais abaixo de 1%). Os grandes projetos de industrialização da Bahia que começou na década de 50 já davam claros sinais de alterações. O CIA – Centro Industrial de Aratu praticamente faliu, com raras indústrias operando. O Pólo Petroquímico de Camaçari, assim como a Refinaria Landulpho Alves – Mataripe passam, assim como todo parque industrial em tempos neoliberais, por um processo de reestruturação da organização e gestão do trabalho, com conseqüências absolutas e relativas para a organização dos trabalhadores, contribuindo para o agravamento do desemprego na região metropolitana. A implantação de uma filial da montadora Ford no estado é especulada como panacéia para a questão do desemprego mas, sendo uma das unidades mais modernas de toda a companhia no mundo, praticamente todo o processo produtivo automatizado, informatizado e robotizado, a chegada da empresa em nada modifica o quadro de desemprego no estado, sendo, na verdade, um grande acordo político e empresarial – com efeitos midiáticos - para a instalação da montadora em terras baianas. O Bloco de Poder, assim como boa parte dos empresários no estado, já não se entusiasma com o setor secundário e proclama que Salvador “tem tendência para uma cidade de serviços”, ou seja, setor terciário, sendo que o boom do momento é o turismo. O processo de pauperização da população avança, e, assim, com ela, a violência.

A precaridade das condições de moradia se manifesta nesse quadro, onde a política habitacional dos oito anos de governo FHC não deu prioridade para a questão. O governo Lula, ainda no início, cria o Ministério das Cidades, porém, “os recursos federais destinados à construção de moradias populares ou acabaram alocados para áreas diferenciadas ou não foram direcionadas para responder à carência destes segmentos de baixa renda pertencentes a faixa de zero à três salários mínimos”<sup>18</sup>. Se o processo histórico de ocupação do solo urbano de Salvador se deu a partir da década de

---

<sup>18</sup> Publicado in [www.mstb.org.br](http://www.mstb.org.br) , acessado em 14.02.08 .

50 do século passado, pela periferização das moradias populares, pelas ocupações para onde foram empurrados milhares daqueles que vivem-do-trabalho, pela especulação do mercado imobiliário, no último decênio e na década atual a crise habitacional tem se agravado. Segundo números do MSTB<sup>19</sup>, na Bahia o número de famílias que necessitam de moradia está em torno de 150 mil. Aponta, ainda, que segundo a própria Prefeitura Municipal de Salvador cerca de 90 mil famílias não possuem moradia e que nas estimativas do IBGE estas somavam 118 mil famílias no ano de 2000.

É neste quadro de demanda reprimida e da falta de política pública para o setor que surge o Movimento dos Sem Teto de Salvador – MSTS, quando um grupo de pessoas – reeditando a tática de ocupação de terrenos iniciada em Salvador na década de 50 - ocupam um terreno sem função social no Km 12 da Estrada Velha do Aeroporto, em Mussurunga. Como era de se esperar, o primeiro sinal da presença do Estado foi a presença da Polícia Militar no local no dia seguinte à ocupação, com uma presença ostensiva, ameaçando os ocupantes e fazendo pressão psicológica (mostrando armamentos pesados, fazendo freqüentes revistas nos ocupantes, etc.). Tal situação perdurou por dias até a chegada de prepostos da SUCOM<sup>20</sup>, órgão da Prefeitura Municipal de Salvador, com a proposta de fazer um “cadastramento” de todos os “invasores” “para que todos recebam suas casas, mas vocês vão ter que esperar em suas casas”. A proposta da prefeitura não foi aceita e numa assembléia, realizada em julho de 2003, com mais de 300 pessoas, resolveram, nos moldes de movimentos que surgiam em São Paulo e Pernambuco, criar um movimento de sem teto, denominado Movimento dos Sem Teto de Salvador - MSTS, sendo que entre os fundadores estavam Pedro Cardoso e Jhones Bastos. Idelmário Proença se incorpora ao movimento vinte dias depois.

O movimento teve ascensão rápida, com adesão de centenas, milhares de pessoas, evidenciando que a questão da moradia era uma questão premente na capital baiana, e o que faltava era a organização desse setor até então desorganizado politicamente. A capacidade de mobilização do grupo surpreendeu até o experiente militante Pedro Cardoso, que já vinha de experiências de movimentos populares desde a década de 70

---

<sup>19</sup> Op cit

<sup>20</sup> Superintendência de Controle e Uso do Solo.

(Cloux, 2008). Daí, a estratégia era pressionar o poder público municipal<sup>21</sup> para pedir solução para o problema da moradia e para isso uma passeata era a proposta aprovada. A questão era: a prefeitura ficava no outro extremo da cidade, a uma distância de cerca de 30 km. Porém, trabalhando com a mística (muito utilizada no MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), as lideranças não custaram em convencer os ocupantes da justeza da proposta. Todos concordaram no ato. Em agosto de 2003, partindo da ocupação do terreno da Estrada Velha do Aeroporto, centenas de ocupantes marcharam de Mussurunga até o Centro da cidade, onde fica a prefeitura. Nesse sentido, a espetacularização do movimento se faz, ao entrar em cena urbana de Salvador novos personagens, até então sem vez nem voz, percorrendo toda a cidade empunhando bandeiras vermelhas do MST. O jornal *A Tarde* (06/08/2003) fez a cobertura da manifestação, chamando a atenção para um movimento inédito que estava ocorrendo na cidade. O Estado já se informara sobre o movimento. A marcha chega à Praça Municipal e o MST, com a palavra de ordem *organizar, ocupar e resistir*, marca posição no cenário social e político de Salvador. No dia anterior à marcha, o jornal *A Tarde* de 20/08/03 publica matéria com o título *Sem-teto anuncia onda de invasões* e a chamada *Movimento se estende por 18 bairros da periferia e promete iniciar ciclo de ocupações de terrenos e prédios urbanos*. O periódico informa que “um dos principais alvos dos sem-teto é justamente o terreno de três km<sup>2</sup>, na Estrada Velha do Aeroporto, que tentaram ocupar no início do mês e de onde as famílias foram expulsas pela Polícia Militar”, e diz ainda “o terreno foi cercado pela prefeitura e no local o governo do estado colocou uma placa informando que a área é de proteção ambiental do manancial do Rio Ipitanga, que forma o complexo de abastecimento de água de Salvador”. Pedro Cardoso, uma das lideranças do MST, em declaração ao mesmo jornal, afirma “Estamos organizados e temos mais de três mil pessoas dispostas a ocupar prédios vazios, conjuntos habitacionais e terrenos em toda a cidade”.

Após um dia chuvoso, atravessando toda a cidade, a marcha chega à Praça Municipal. Uma comissão foi tirada para ser atendida pelo então Secretário Municipal de Habitação, Fernando Medrado. Na oportunidade, foi entregue uma pauta de reivindicações, sendo que Pedro Cardoso<sup>22</sup> afirma que o não atendimento da pauta

---

<sup>21</sup> Lembrando que o prefeito à época era Antonio Imbassahy, do então PFL

<sup>22</sup> Além de Pedro Cardoso, faziam parte da Comissão Jhones Bastos, Idelmário Proença, João Dantas, dentre outros.

implicaria em uma onda de ocupações na cidade. A pauta pleiteava: 1) retirada da cerca do terreno que pretendem ocupar no Km 12 da Estrada Velha do Aeroporto; 2) saída dos funcionários da SUCOM e policiais militares da área; 3) distribuição de cestas básicas e matérias de construção, além da construção de 119 mil casas populares (*A Tarde*, 21/08/03).

No dia seguinte, o jornal *A Tarde*, de 23/08/03 noticia:

Os integrantes do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) decidiram aceitar a proposta do secretário municipal de Habitação, Fernando Medrado, que sugeriu que os integrantes do movimento formem uma comissão para buscar soluções junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao governo federal.

O movimento convida, por meio de carro de som ou em rádios comunitárias, em 18 bairros da cidade, pessoas que não têm casa própria, vivem de aluguel, etc, a integrarem o movimento. Porém, um fator que instrumentalizou o discurso do movimento e que emulou muitos a participarem e ocuparem imóveis foi a aprovação do Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257)<sup>23</sup>, onde se estabeleceu a função social da propriedade urbana. Com forte apelo concreto, o movimento crescia de forma exponencial. Idelmário Proença não considera o saldo da reunião com o secretário positivo. O saldo foi muito mais político do que economicista. Naquele dia, a cidade toda já tinha tomado conhecimento do Movimento dos Sem Teto de Salvador.

Segundo Cloux (2008),

Ainda de acordo com a mesma matéria do Correio da Bahia (25/08/03), próximo às obras do Metrô, nas imediações do bairro da Mata Escura, havia o crescimento de uma “invasão”. Sem ligação ainda com o MSTS aquela ocupação foi realizada por pessoas das regiões circunvizinhas, como Calabetão e próximo ao Rio Camurujipe. Esta ocupação posteriormente ingressou no MSTS, sob a coordenação de Valter Sena.

---

<sup>23</sup> Aprovado pela Câmara Federal em julho de 2001, após 11 anos de tramitação, onde sofreu pressão de movimentos populares ligados à moradia para ter um caráter progressista, ao tempo que setores conservadores da sociedade, a exemplo da famigerada TFP – Tradição, Família e Propriedade, atuaram contrariamente a aprovação do texto.

Outra ocupação que mereceu destaque foi a do prédio da Rede Ferroviária Leste Brasileiro, na Praça da Inglaterra, no Comércio<sup>24</sup>, sendo o primeiro prédio ocupado pelo MSTS. A ocupação aconteceu por volta das 19 horas, onde um grupo formado por cerca de 150 pessoas caminhou a passos largos pela Av. Miguel Calmon com o objetivo de ocupar o prédio do antigo órgão federal. Assim que chegaram ao local para consolidar a ação foram flagrados por policiais em uma viatura que fazia a ronda. Ironicamente, o jornal *A Tarde* (01/09/03), destaca: “A poucos metros de distância, a elite apreciava os *lofts* da Casa Cor (que encerrou ontem a noite), enquanto pobres sem moradia tentavam ocupar um prédio velho”. O periódico descreve como foi a ação:

Aproximadamente 50 pessoas conseguiram entrar no prédio às escondidas, por uma entrada de sótão, enquanto seus líderes – Idelmário Proença, João Dantas e Luis Ribeiro (advogado do movimento) – conversavam com os PMs que não perceberam a movimentação na parte lateral da antiga construção. Até uma escada de madeira estava sendo agilizada para o restante do pessoal entrar, mas o capitão Nascimento, da PM, percebendo, impediu jogando o objeto no chão.

Soldados montaram guarda nas entradas do prédio e a maior parte do pessoal ficou do lado de fora. Crianças, adultos, idosos. Todos estavam ali acreditando que a ação, de fato, poderá contribuir para que um dia tenham sua própria morada. Sentaram na calçada do prédio e ali decidiram passar a noite.

Cloux (*op cit*) afirma que, de acordo com João Dantas, coordenador do movimento, a ocupação do prédio fazia parte da estratégia de pressionar a prefeitura sobre o terreno da Estrada Velha do Aeroporto, pois só desocupariam o edifício mediante mandato expedido pela justiça.

Com o rápido crescimento do MSTS, com mobilizações que chamavam a atenção da cidade, boa cobertura da imprensa, não tardou para o poder judiciário também se manifestar. Importante salientar que as ocupações, sobretudo de prédios – fato inédito, pois até então os movimentos de moradia ocupavam terrenos – iam de encontro a um dos pilares da sociedade do mercado que é a propriedade privada. Em 02 de setembro de 2003 foi dada entrada pela Nagem e Martinez Advogados Associados num mandato de Interdito Proibitório em nome do Banco Econômico S/A. O Interdito Proibitório foi

---

<sup>24</sup> Atualmente funcionando como prédio da Faculdade Dom Pedro II.

contra o Movimento dos Sem Teto de Salvador, através de seus representantes: Pedro Cardoso, Idelmário Proença e Jhones Bastos, no intuito de assegurar liminarmente a proibição da ocupação de prédio onde funcionava uma das agências do banco (Cloux, *op cit.*).

Segundo a interpretação do Supremo Tribunal Federal no processo, mesmo não constituindo pessoa jurídica formalmente, o movimento podia ser caracterizado enquanto tal. Assim, a solicitação de liminar preventiva caberia a qualquer tentativa de ocupação por parte de qualquer integrante do MSTS, mesmo que seus representantes não estivessem presentes (Cloux, *op cit.*).

O que motivou a solicitação de liminar de Interdito Proibitório foi a declaração dada pelos integrantes do MSTS aos jornais de circulação da capital, afirmando após a ocupação do edifício da antiga Leste Ferroviária, que fariam outras ocupações no bairro do Comércio e que, dentre as previstas, encontrava-se o prédio abandonado, onde funcionou uma agência do Banco Econômico (Cloux, *op cit.*). Esta seria a primeira de uma série de instrumentos jurídicos (liminares, mandado de reintegração de posse, etc.) que o movimento também iria enfrentar – sem se intimidar - ao longo de suas mobilizações.

Segundo *A Tarde*, de 11/09/03, a Prefeitura de Salvador iniciou um procedimento de cadastro das pessoas para serem incluídas num plano emergencial de moradia, com financiamento da Caixa Econômica Federal.

A primeira ocupação no Subúrbio Ferroviário foi em Lobato, que ocorreu no dia 14/09/03, num terreno, próximo às casas construídas pelo Programa Ribeira Azul. O jornal *A Tarde*, de 15/09/03, faz um breve histórico das ocupações, relatando que nas obras do Metrô já existiam 200 barracos, na Estrada Velha 250, além de outras 100 famílias que estavam planejadas para se instalar naquela área. Em declaração ao periódico, nesta mesma edição, o coordenador Pedro Cardoso explica o ritmo das ocupações: “o problema é que essas pessoas ou moram de favor, debaixo dos viadutos, ou não podem pagar aluguel”.



Porém, no dia 20/09/03, *A Tarde* noticiava a violenta repressão sofrida pela ocupação de Lobato, onde o título da matéria evidenciava a origem da repressão: “Sucom desmonta invasão no Lobato”, com a chamada “Com apoio da policia, os fiscais agiram rápido na derrubada dos barracos, erguidos no início do mês por 100 famílias”.

O dia amanheceu violento para mais de 100 famílias da invasão dos sem-teto, no bairro de Lobato, Subúrbio Ferroviário de Salvador. Quando a maioria das pessoas ainda estava dormindo ou preparando-se para ir em busca de um emprego, dezenas de fiscais da SUCOM (Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município de Salvador), apoiados por 10 viaturas da Polícia Militar, começam a derrubar os barracos erguidos no início do mês.

“Não pude fazer nada e quando disse que não ia sair, pois não tinha onde ficar, eles começaram a derrubar tudo”, disse, chorando, Elisabeth de Jesus Conceição, 20 anos, no oitavo mês de gravidez.

Com o drama, ela acabou passando mal e foi levada às pressas para o Hospital João Batista Caribe, em Coutos. “Foi uma humilhação, pois nos trataram como vagabundos”, disse Lenira Silva Bastos, 26 anos, que foi retirada à força de um dos barracos. “Eles estavam dispostos a derrubar tudo em cima da gente”, disse.

O periódico afirma ainda que a ação da prefeitura pegou os sem teto de surpresa, pois no dia anterior funcionários da Conder estiveram no local e garantiram aos ocupantes que nada iria acontecer e que se estaria negociando uma área para que as famílias pudessem construir suas casas. “Nada disso aconteceu e, infelizmente, como estamos sendo desrespeitados, vamos ter que intensificar as ocupações por toda a cidade”, afirma o coordenador Pedro Cardoso ao periódico nesta edição.

À tarde, os ocupantes de Lobato fizeram uma manifestação, fechando a Av. Suburbana mas foram, mais uma vez, violentamente reprimidos pela polícia. Vale lembrar que a prefeitura de Salvador à época estava sob a gestão de Antonio Imbassahy (então PFL) e a Conder – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia sob a batuta do carlismo.

Em 7 de setembro de 2005 o MSTs participa pela primeira vez do Grito dos Excluídos, que acontece no mesmo dia ao da independência, que tem como organizadora a ASA –

Ação Social Arquidiocesana, e outras entidades dos movimentos sociais, tendo como uma das bandeiras de luta o não acordo sobre a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. O jornal *A Tarde*, de 08/09/2003, registra que a maior presença entre os movimentos foi do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas afirma que “os sem teto amargaram um gasto e tanto de transporte para saírem da Estrada Velha do Aeroporto para o Centro”:

Segundo um dos coordenadores do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS), João Dantas, os três ônibus que estavam previstos para levar as 150 pessoas para participar do Grito dos Excluídos, não chegaram. Por algum motivo, deram para trás. ‘Isso é um desrespeito porque nós somos sem teto e não podemos gastar esse dinheiro.

Apesar do tradicional desfile oficial, o título da matéria de *A Tarde* evidencia a mobilização: “Grito dos Excluídos rouba a cena”.

Ao tempo que as mobilizações e ocupações ocorriam, no intuito de pressionar o Estado para atender as suas reivindicações, o movimento buscava a concretização disso, pressionando para garantir a liberação dos recursos do Plano de Subsídio da Habitação (PSH), inclusive, segundo *A Tarde* de 25/09/03, “Estarão em Brasília representantes do MSTS e o secretário municipal de Habitação, Fernando Medrado. Os sem teto querem a definição da data da liberação dos recursos do PSH, aprovados desde o ano passado e que vão possibilitar a construção de 15 mil casas no estado, sendo duas mil em Salvador. Dessas, a prefeitura prometeu destinar 720 para famílias integradas ao movimento”. No retorno de Brasília, as 400 famílias acampadas na ocupação da Estrada Velha do Aeroporto/Km 12, saíram em passeata até o aeroporto para recepcionar os companheiros que chegavam das negociações com o Ministério das Cidades.

Outra ocupação significativa foi a do Edifício Lorde, um prédio de 10 andares, na Rua Carlos Gomes, no Centro da cidade, em 18 de setembro de 2003. *A Tarde*, de 26/09/03, afirma que o MSTS conta com o apoio do advogado Luis Carlos Ribeiro, que dá plantão diário junto às famílias acampadas. “Sabemos que a qualquer momento poderemos receber uma ordem judicial de despejo. Mas vamos continuar com a luta’, diz, em tom desafiador”.

Próximo a ocupação do edifício Lorde, o MSTS ocupa um prédio da Universidade Federal da Bahia – UFBA, no Largo Dois de Julho. O prédio pertencia a Delegacia Regional do MEC antes de ser extinta. Depois que o órgão deixou de existir, o prédio foi transferido para a UFBA, onde obteve em caráter transitório a posse do prédio antigo, onde instalou o CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais. Em declaração a *A Tarde*, de 21/10/03, o prefeito do campus da Ufba, Luis Sergio Marinho, afirmou que o assunto seria discutido com a Procuradoria Jurídica da própria universidade, “pois existe projeto de transformar o local numa extensão da Reitoria voltada para pesquisa”. Idelmário, por sua vez, afirmou que as famílias não pretendem permanecer por muito tempo no local. “Vamos ocupar os imóveis públicos para forçar o governo a adotar uma política nacional de habitação para a população carente”, disse ao periódico. Porém, no dia seguinte à visita do prefeito do campus, a reitoria anuncia o pedido de desocupação imediata do prédio, afirmando que a reintegração é prevista por legislação específica e sua desobediência caracteriza-se como crime ao patrimônio da Ufba. Para João Dantas, coordenador do MSTS, “trata-se de uma intolerância”. Completa ainda dizendo que a desocupação do prédio “causará um imenso constrangimento ao CEAO, pois aqui estão famílias pobres, maioria negra”.

Nesse ínterim, o movimento participa da Conferência das Cidades, em Brasília, onde apresenta o pleito de transformar os prédios públicos abandonados em moradia para os sem teto, numa relação de 17 imóveis (pertencentes à União, ao governo do estado e ao município) em Salvador.

Em dezembro de 2003, o movimento ocupa o prédio do INSS, onde abrigou 87 famílias, numa ação que não durou mais de cinco minutos, segundo o jornal *A Tarde*, de 10/12/03. Os ocupantes foram para o novo endereço: Rua Cônego Pereira, nas Sete Portas, ao lado da sede do Sindlimp<sup>25</sup>. Nesse caso, a Gerência de Patrimônio da União (GPU) negociou com o movimento. O novo superintendente do INSS, Marcos Santana, já sob a confiança do governo Lula, ao ser informado sobre a ocupação do prédio, se dirigiu até o local. Ao ver as salas ocupadas, disse que era inadmissível a permanência daquelas famílias na sede do órgão. “Não tem negociação para continuarem aqui. Isto não foi uma ocupação. Foi uma invasão”, reagiu, na presença dos dois coordenadores do MSTS, Idelmário Proença e Pedro Cardoso, e do vereador Nelson Santana, então PT,

---

<sup>25</sup> Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública do Estado da Bahia

presidente da Comissão de Cultura da Paz da Câmara Municipal de Salvador (*A Tarde*, 10/12/03).

O periódico, nesta mesma edição, fala sobre a irada reação do superintendente do órgão:

Segundo ele, o local ainda abriga arquivos onde constam processos de revisão de benefícios e aposentadorias, e equipamentos que ainda estão sendo utilizados pelo INSS. “Não vamos abrir mão do prédio e eles (os sem teto) terão que deixar o local”, disse, ameaçando entrar com uma ação na justiça para desalojá-los.

A ameaça se cumpre, o INSS entra com uma ação de despejo, assim como a UFBA também o faz. Na reportagem de 11/12/03, intitulada “Sem-teto prometem radicalizar movimento”, o jornal *A Tarde* afirma que “sem uma perspectiva, a curto prazo, de uma solução para o problema da falta de moradia, o Movimento dos Sem Teto de Salvador resolveu radicalizar. ‘Todo espaço vazio, quer seja público ou privado, sem função social, será alvo de ocupação pelo MSTs’, afirmou Pedro Cardoso”. O órgão federal endureceu e, no outro dia, a ocupação recebeu a visita do oficial de justiça com ordem para desocupar o prédio imediatamente, por ordem do Juiz Federal Evandro Romão dos Reis, que decidiu acatar o pedido de reintegração de posse do INSS. Surpresos, os ocupantes acreditavam que podiam ficar pelo menos até 5 de janeiro de 2004, de acordo com o que ficou acertado na reunião com a superintendente do Ministério da Saúde<sup>26</sup> na Bahia, Débora Dourado, e com a GPU, que sinalizou com a possibilidade de ficar até o dia 5. Ante a negociação, o superintendente do INSS, Marcos Santana, prometeu pedir ao juiz a suspensão da ação naquele dia. Apesar disso, a negociação não foi fácil, pois a Polícia Federal esteve na ocupação para cumprir o mandado de despejo. Em declaração ao jornal *A Tarde*, de 13/12/03, o delegado da PF afirmou que “se houver resistência, teremos que retirar à força”. Ante o pedido de dilatação do prazo para desocupação, o procurador-geral do INSS, Frederico Cesare, afirma que “bem público não se negocia. O melhor para eles (as famílias dos sem teto) é saírem de forma pacífica”.

A ocupação do INSS, órgão do governo federal, serviu para evidenciar a política do governo Lula, que completaria um ano de mandato a poucos dias, para com os movimentos sociais combativos. As posições do superintendente do INSS, do procurador-geral do órgão, as ameaças de violência por parte da Polícia Federal,

---

<sup>26</sup> Segundo o MSTs, o Ministério da Saúde é o verdadeiro dono do imóvel.

revelam um pouco os rumos do governo que até então “estava em disputa”, segundo setores do PT. A fala do deputado federal Nelson Pelegrino (PT), chamado para mediar o impasse, publicada em *A Tarde*, revela a ponta do *iceberg*: “Conversei com o juiz e ele me disse que, se houver a garantia que o pessoal vai desocupar o prédio até às 11 da manhã, tudo bem, pode ficar hoje (ontem) à noite. Mas se não for cumprido o prazo na terça-feira (hoje) a polícia deverá agir”. Na mesma matéria do periódico, mais adiante, revela: “A esperada ajuda da bancada baiana do PT não aconteceu durante o dia. Ao contrário de outros períodos, o PT não participou do movimento, à exceção do vereador Nelson Santana, que preside a Comissão de Combate à Violência, da Câmara Municipal de Salvador. A anunciada frente parlamentar de apoio aos sem-teto, formada pelos deputados Yulo Oiticica, Nelson Pelegrino e o próprio Nelson Santana, também não aconteceu. Num diálogo áspero pelo telefone, o vereador Nelson Santana bateu boca com o deputado Yulo, cobrando deste maior apoio aos sem-teto. “Antes de ser parlamentar sou militante. Sou operário”, disse Santana. “Se eles saírem daqui irão para o meio da rua. E aqui perto tem uma loja da Cesta do Povo”, disse o vereador”.

Diante do impasse, o movimento resolveu sair do prédio. *A Tarde*, de 16/12/03, em matéria intitulada “Galpão da Leste, na Calçada, e solução provisória”, relata a saída:

Crianças, adultos e idosos se acomodaram no ônibus alugado pelo Movimento e rumaram em direção à Praça Municipal para no final da tarde seguirem para o próximo destino: dois galpões da Fede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), antiga Leste, na Calçada, até que as 200 casas prometidas pelo Ministério das Cidades ao MSTs sejam finalmente construídos para abrigarem as famílias.

O uso dos galpões da Leste só foi possível graças a mediação do vereador Nelson Santana (PT), presidente da Comissão de Cultura e Paz da Câmara Municipal de Salvador, e o presidente da CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Pedro Rocha, que disponibilizou provisoriamente o local para abrigar as famílias.

Na verdade, os sem tetos foram para a Praça Municipal, vagaram pelas ruas até irem para a quadra do ginásio do Sindicato dos Bancários, nos Aflitos, onde pernoitaram, após a ameaça do secretário Fernando Medrado de que não podiam dormir na praça, pois assim “estariam privatizando um local público” e “indo de encontro ao Estatuto das Cidades”. “Se a gente dormir na rua hoje vamos radicalizar e trazer as famílias da

Estrada Velha para cá”, ameaçou de volta Pedro Cardoso (*A Tarde*, 18/12/03). Em tempo, a coordenação negociava com a CBTU o galpão da Calçada, ao lado da estação ferroviária:

E quando tudo parecia perdido, Fernando Medrado fez o que a secretaria que coordena não pôde fazer. Tirou R\$ 100,00 do bolso e deu de presente aos sem teto para que pudessem bancar alguma dormida barata por aí – eles já tinham juntado R\$ 140,00 nos pedágios que organizaram. O passo seguinte seria encontrar um local que cobrasse uma diária de R\$ 6,00, a fim de que os R\$ 240 conseguidos dessem para garantir a pernoite de 40 pessoas.

Ildemário Proença e Luciano Vieira dos Santos vão à luta de novo. Sete da noite e o objetivo era achar um hotel barato. Andam no São Bento, Avenida Carlos Gomes e vão dando de cara com diárias de R\$ 20 ou R\$ 15. Aí alguém lembra do Motel Cupido, na Avenida Barros Reis. Rumam para lá de ônibus e descobrem a diária de R\$ 6. Voltam com a notícia e, às 21h30, um ônibus pega todos no estacionamento da prefeitura e os leva para o lugar que será o teto de todos por uma noite. Até o meio-dia de hoje poderão ficar abrigados, na paz. Depois, a batalha começa mais uma vez.

A manchete de *A Tarde* do dia seguinte não perdeu a oportunidade: “Sem-teto dormem em motel de R\$ 6”.

A última e grande ocupação do primeiro ano do MSTs foi a da antiga fábrica de tecidos Toster S.A. – Indústria do Vestuário, na Baixa do Bonfim, na Cidade Baixa, onde ocuparam 200 famílias. A ocupação permanece até os dias de hoje. O balanço do semestre foi o seguinte:<sup>27</sup>:

Agosto/2003 – realização da I Marcha do MSTs; consolidação da ocupação do terreno da Estrada Velha do Aeroporto (Km-12); realização da ocupação do prédio da Rede Ferroviária Federal Leste.

Setembro/2003 – ocupação do prédio da Lord; negociação com o Ministro das Cidades para construção de 720 casas; participação na Caminhada da Primavera, organizada pela CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços.

Outubro/2003 – ocupação do Centro Educacional de Perieperi; ocupação do prédio da UFBA, na Avenida Carlos Gomes.

---

<sup>27</sup> Publicado em [www.mstb.org.br](http://www.mstb.org.br), acessado em 14/02/08.

Novembro/2003 – ocupação na cidade de Conceição da Feira; incorporação da ocupação do prédio Costa Azul ao MSTS; ocupação de terreno no bairro de Lobato; incorporação da ocupação do prédio do IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, ao MSTS.

Dezembro/2003 – ocupação do prédio do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social; acampamento na Praça da Sé; incorporação das ocupações do bairro de Pirajá ao MSTS; realização do “Natal dos Sem Teto”; ocupação do prédio da Toster.

Janeiro de 2004 começa com um incidente: um incêndio destrói 25 barracos na ocupação da Estrada Velha do Aeroporto. Ninguém saiu ferido. Para o ano que se inicia, a expectativa com as casas que esperam receber. O serviço de terraplenagem começa no bairro de Valéria para a construção das primeiras 25. O jornal *A Tarde*, de 05/01/04, mostra o animo pelas primeiras conquistas: “Se depender do MSTS, as primeiras 25 casas que serão doadas às famílias acampadas, de um total de 350 previstas para este ano, começarão a ser construídas a partir de hoje. Amparados na promessa de início das obras, feitas pelo governo do Estado e Secretaria Municipal de Habitação, os sem-teto já cadastraram 150 profissionais, entre pedreiros, carpinteiros, eletricitistas e encanadores, para trabalhar nas casas que serão construídas no bairro de Valéria”. Porém, a história vai mostrar que as tão almeçadas casas não sairiam tão cedo.

A superlotação nas duas maiores ocupações – Estrada Velha do Aeroporto e Toster, respectivamente, com 645 e 250 famílias - é motivo de preocupação do movimento, forçando o MSTS a estratégia de ocupações prevista para o mês, antecipando-as para os próximos dias. “Estamos com superlotação e não temos condições de abrigar mais famílias nesses locais”, disse Pedro Cardoso, em declaração ao periódico do mesmo dia.

No final do mês de janeiro, o MSTS ocupa um antigo galpão da Mesbla. *A Tarde*, na edição de 25/01/04, descreve a ação: “os coordenadores do MSTS arrebutaram o cadeado e entraram, seguidos de pessoas que se enquadram na classificação de sem-teto: moram de favor, na casa dos pais, de aluguel, na rua ou em situação de risco”. E ainda:

Por dentro, um galpão imenso e empoeirado, com pneus espalhados, pedaços de madeira, pregos, cacos de vidro e equipamentos abandonados se misturavam à sujeira e aos ratos. As famílias foram entrando e se

amontoando com seus pertences, cada uma em um canto, aguardando as decisões dos coordenadores. “Aqui vão ficar assentadas 200 famílias. Vamos esperar acalmar a tensão inicial das pessoas, fazer o cadastramento e a limpeza do local. Depois, dividiremos com madeirites e cada um terá um lugar”, comandava Jhones Bastos.

Em Amaralina, o movimento também ocupa um antigo prédio onde funcionou por 15 anos o Supermercado Paes Mendonça, onde ficaram 50 famílias. Na ocupação da Estrada Velha do Aeroporto, a Coelba cortou o fornecimento de energia elétrica, sob a alegação de que eram ligações clandestinas, conhecidas como “gato”. Em protesto, cerca de 100 ocupantes, dentre eles mulheres grávidas e crianças, bloquearam a própria Estrada Velha do Aeroporto, no sentido Mussurunga-Cajazeiras, com troncos e galhos de árvores na pista. No dia seguinte, representantes do MSTS e a diretoria da Coelba, em reunião também com Ministério Público, Câmara Municipal, Secretaria de Serviços Públicos e Secretaria de Habitação da Prefeitura, a Coelba cedeu e decidiu religar a energia do Km-12.

A mais emblemática das ocupações do Movimento dos Sem Teto de Salvador foi a do Clube Português. Tradicional reduto de festas e cerimoniais da classe média soteropolitana, o clube encontrava-se falido, fechado por dívidas com a prefeitura e a própria decadência desse tipo de espaço de lazer. Localizado na Pituba, dito bairro nobre da cidade, na orla, numa área cobiçada pela especulação do mercado imobiliário, a ocupação do Clube Português passou a ser a mais visível de Salvador, a mais polêmica e a que teve um desfecho nebuloso. Oriundos da ocupação do Paes Mendonça, em Amaralina, onde receberam ordem de despejo, as 150 famílias chegaram na manhã do dia 21 de fevereiro de 2004, um domingo de carnaval. A ação foi rápida, os sem teto não encontraram nenhuma dificuldade para invadir o clube, abandonado e com as instalações físicas precárias (*A Tarde*, 23/02/04). Apesar do aparecimento de uma viatura da polícia militar, o coordenador João Dantas conseguiu acordar com os policiais para que não houvesse nenhuma represália nem fosse retirado nada de dentro do imóvel (Cloux, 2008).

Em março de 2004, o jornal *A Tarde* noticia o avanço do movimento: “MSTS cadastra 12 mil famílias em Salvador – Movimento avança em direção ao interior da Bahia e



chega a Conceição da Feira”. Além de Conceição da Feira, o movimento se expandira também para Lauro de Freitas. No mesmo mês, o MSTS ocupa um prédio abandonado em Campinas de Brotas, de propriedade particular e abandonado há seis anos.

No dia 6 de março foi realizado o primeiro curso de formação política de novas lideranças do Movimento dos Sem Teto de Salvador. Organizado para um público de 70 pessoas, o curso foi realizado na chácara da Paróquia Nossa Senhora de Escada, no bairro de Escada, Subúrbio Ferroviário. De acordo com João Dantas, um dos coordenadores do movimento, a perspectiva era de instrumentalizar as lideranças para que tivessem maior conhecimento sobre seus direitos, além de despertar a sua cidadania (Cloux, op cit).

O MSTS fez um protesto politizado no centro da cidade, em 18 de março. Pararam quatro vezes diante dos monumentos históricos que ficam no percurso Campo Grande-Praça Castro Alves. Uma homenagem ao Caboclo, um ato de repúdio aos Heróis da Guerra de Canudos, outra homenagem aos personagens da Conspiração dos Alfaiates e um recital de poesia diante da estátua de Castro Alves, fatos narrados – do carro de som – pelos historiadores Franklin Oliveira Junior e Hilton Coelho, que compararam a essência ideológica do MSTS à de Canudos e à dos que lutavam pela independência baiana.

Nenhuma data especial era comemorada, nem mesmo a da criação do movimento, que é no dia 20 de março, quando completará oito meses. O protesto teve o objetivo de reclamar da morosidade na construção das casas prometidas pela Secretaria Municipal de Habitação e que deveriam estar prontas (pelo menos 100 das 350 previstas nesta primeira etapa).

No início de abril, a ocupação do Clube Português recebe da justiça o pedido de reintegração de posse concedido à antiga diretoria do clube em 31/03/04. A ordem era para desocupar até o dia 5 do mês em curso, o que foi questionado por coordenadores do MSTS, como João Dantas:

Estamos cumprindo a decisão judicial, mas se o próprio secretário de Habitação do município disse na TV que o Clube Português estava de posse

do poder público, por dever R\$ 11 milhões para a prefeitura, não entendemos como um juiz acatou a reintegração de posse vinda da antiga diretoria do clube. Esta história é muito estranha”.

Segundo Cloux (2008), ao saírem do Clube Português, os integrantes do movimento ocuparam o antigo Hotel Paulus, que se encontrava abandonado há pelo menos 10 anos. O hotel localizado a menos de 500 metros de distância do clube, também no bairro da Pituba, apesar da precariedade das instalações, animou uma parte dos ocupantes por ter uma vista privilegiada para o mar.

A mesma edição do periódico, que estava dando uma ampla cobertura do movimento, revela o porquê disso: “O Movimento dos Sem Teto de Salvador cresceu de forma espantosa em pouco tempo”. Na edição de 02/02/04, *A Tarde* também faz reverência ao MSTS, ao intitular a matéria “Sem teto se organiza como força política”. Por sua vez, o Estado brasileiro se preocupa com isso. Segundo Cloux (2008), a repercussão de ações de movimentos sem teto em todo país foi tamanha, ao ponto do governo federal declarar preocupação e ter acionado no mês de abril de 2004 os serviços federais de inteligência. Com o intuito de monitorar as ações e identificar lideranças, pretendiam elaborar mecanismos para que as ocupações não se espalhassem pelo país, de acordo com *A Tarde* de 30 de abril daquele ano:

A intensificação das ações do movimento dos sem-teto preocupa muito o Palácio do Planalto. A falta de interlocução entre governo e principais lideranças desse movimento se tornou um problema e está sendo analisado pela área de inteligência. Além da atuação desse grupo ser diferente da dos trabalhadores rurais, há o temor de que as atividades se estendam pelo país para além dos grandes centros.

Ainda na edição 05/04/04, o jornal diz que “o movimento nasceu praticamente de cinco cabeças: João Dantas, Jhones Bastos<sup>28</sup>, Pedro Cardoso, Idelmário Proença e Paulo Ribeiro. Todos filiados ao PT”. Porém, essas lideranças tinham perfis diferenciados, concepções e práticas também que não eram homogêneas, que se expressam em muitas divergências, muitas vezes acirradas. A forma de encaminhar a luta, a relação com o

---

<sup>28</sup> Nesse período não era filiado ainda ao PT, sendo incorreta a informação do jornal.

Estado, como organizar a mobilizar os sem teto, geraram muito debate e discussão no MSTs, e que posteriormente se agudizariam até ao cisma.

Outra das maiores ocupações do movimento foi a do prédio da antiga loja de tecidos Alfred, nos Mares, na Cidade Baixa, que abrigou cerca de 500 famílias. Enquanto isso, os sem teto não esqueciam suas reivindicações, como: alteração do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que beneficia apenas pessoas que recebem de 3 a 6 salários mínimos. O objetivo é que o projeto atenda famílias que ganham de zero a três salários. O movimento também cobra a construção de casas doadas pela Prefeitura Municipal, no bairro da Valéria e a rapidez na votação do fundo nacional de habitação, aprovado na Conferência das Cidades. “Até agora não vimos resultados concretos”, acrescenta o coordenador João Dantas (*A Tarde*, 21/04/04).

Os proprietários do Hotel Paulus, o grupo Aliança Hotéis, conseguem a reintegração de posse, concedida pela justiça. A coordenação tenta fechar um acordo para que as 154 famílias saíssem pacificamente, do contrário, pretendiam resistir à ação de reintegração de posse. Chegou-se a conclusão de que as famílias não tinham condições de sair do prédio, sem encontrar um local para transferir as famílias. Um dos coordenadores, Renato Moura, afirma que a proposta era obter um prazo de permanência de, no mínimo, seis meses. É o tempo que a prefeitura entregaria as casas em Valéria. “Nestes nove meses somente duas casas sem telhado estão prontas, mostrando a lentidão no trato do problema”, afirmou Pedro Cardoso na edição de 23/04/04 de *A Tarde*, em matéria intitulada “Sem-teto do Paulus esperam casas”. Segundo declaração do então secretário municipal de habitação, Fernando Medrado, a demora se dava por questões administrativas (Cloux, 2008).

Após negociação, os proprietários do hotel aceitaram a proposta do movimento de aguardar por mais dez dias para desocuparem o local. Importante salientar que os proprietários já estavam com a polícia no local com a ordem de despejo, pressionando os sem teto. Sem outra alternativa nesses dez dias, os ocupantes do Hotel Paulus resolveram reocupar o Clube Português. O jornal *A Tarde*, de 04/05/04, mostra a reação do poder público:

O secretário de Habitação Fernando Medrado disse estar negociando, junto à Secretaria de Combate à Pobreza, o processo de licitação para a construção de casas no bairro de Valéria. Até que sejam construídas, deve-se negociar um prazo para a desocupação do Clube Português. De acordo com Medrado, caso o MSTS não aceite o acordo, a Procuradoria Geral do Município entra com liminar para exigir a saída do grupo.

“Se o governo nos tirar daqui, acamparemos na Praça Municipal”, revolta-se Cardoso” afirma o periódico na mesma edição. O secretário, em contrapartida, ressalta que não foi firmado qualquer compromisso para arranjar teto para essas famílias, antes da construção, já prevista, das casas.

Nesse ínterim, um acordo foi feito entre os donos da Alfred e advogados dos funcionários demitidos, decidindo que eles não entrarão com uma ação de reintegração de posse do prédio da fábrica. A proposta aprovada na reunião, que contou com a participação da coordenação do MSTS, foi a de que uma comissão formada por representantes dos três setores, mais parlamentares que apóiam o governo federal, negocie com o Ministério das Cidades, a possibilidade de a Caixa Econômica comprar o imóvel e transformá-lo em moradia popular. Já na ocupação da Mesbla, no dia 07 de maio de 2004 a oficial de justiça Marlice dos Santos, representando a 21ª Vara do Trabalho de Salvador, tendo como Juiz Cássio Méier Barbuda, entregou ação de reintegração de posse aos sem-teto. “Fomos surpreendidos com a ação de reintegração, pois não temos para onde levar estas famílias. Botar no meio da rua é que não faríamos”, (Pedro Cardoso, in *A Tarde*, 08/05/04).

As ocupações continuam e durante o Dia Nacional da Ocupação, comemorada pelo MSTS, cinco prédios são ocupados: fábrica de gelo Pioneiro, na Calçada; um prédio do Ministério da Fazenda, próximo à Água de Meninos; o prédio da antiga papelaria Enoch Silva e o Edifício Rajada. Quinze dias depois, os proprietários do prédio da antiga papelaria entraram na justiça como pedido de reintegração de posse, o qual foi concedido.

A edição do jornal *A Tarde* de 14/05/04 faz um balanço das ocupações:

**Imóveis / Número de famílias:**

Antiga Mesbla	200
Fábrica Tóster	154
Clube Português	154
Campinas de Brotas	54
Colégio CNEC Periperi	49
Fábrica da Alfred	207
Lapinha (prédio do Ipac)	29
Costa Azul	34
Gelo Pioneiro	100
Antigo DNOS	45
Edifício Rajada (Com.)	100
Ed. Enoch Silva (Com.)	52
Ed. Eurico Magalhães (Com.)	19

**Terrenos / Número de famílias:**

Estrada Velha do Aeroporto	570
Invasão do Metrô	360
Lobato	85
Pirajá	390
Ilha do Rato (Massaranduba)	270
Lauro de Freitas	397
Conceição da Feira	150

Fonte: Cadastro Mensal do Movimento dos Sem-Teto de Salvador

Nos primeiros dias de junho, no Dia Nacional de Luta pela Moradia, o MSTS realiza uma passeata do Lobato, na Avenida Suburbana, até a CEF - Caixa Econômica Federal, no Centro da cidade, fazendo um percurso de cerca de 10 km. Ao final, tinha o objetivo de obter uma audiência com o Superintendente da CEF em Salvador. “Vamos negociar a alteração de pontos do plano de habitação da Caixa que negam o direito de pessoas com menos de 21 e mais de 55 anos de idade terem sua casa própria”, diz Pedro Cardoso, líder do MSTS. ‘Isso fere o estatuto do idoso’, argumenta”. “Eles ainda não entraram com a contrapartida exigida pelo governo federal, que já liberou a parte que

lhe cabe no Programa de Subsídio Habitacional’, diz Pedro. Segundo ele, em cada casa construída, que custa R\$ 9 mil, a União investe R\$ 6 mil” (*A Tarde*, 02/06/04). Chegando à agência das Mercês, a maior de Salvador, uma comissão de dez representantes do MSTS foi recebida pelo Superintendente, José Raimundo Cordeiro Junior. Eles pediam por mais recursos para a construção de mil casas, nos bairros de Valéria e Estrada Velha do Aeroporto, entre outras reivindicações. Cerca de 800 pessoas – a grande maioria era de mulheres, segundo o periódico baiano - do movimento aguardavam em frente à agência o resultado da reunião (*A Tarde*, 03/06/04). Na reunião, a CEF aceitou o pedido de inclusão de pessoas menores de 21 e maiores de 55 anos, retiradas anteriormente do Programa de Habitação. A faixa etária aceita no programa ficou sendo de 18 a 74 anos. Também foram aceitas a isenção de recadastramento de CPF para os integrantes que estavam com o cadastro cancelado ou irregular e a abertura de micro-crédito. Ficou acordado, também, a construção das primeiras 100 casas populares, de um total de 350, no bairro de Valéria. Além disso, a própria Caixa ficou de entrar em contato com o Ministério das Cidades para tentar agilizar o agendamento de um audiência solicitada pelo MSTS.

Na semana seguinte, após um ano e meio de mandato, o presidente Lula estaria na Bahia. Era grande a expectativa dos movimentos sociais, num momento em que ainda se acreditava que o governo Lula “estava em disputa”. O jornal *A Tarde*, na sua edição de 05/06/04, revela que a agenda do presidente na Bahia seria de contatos também com “parte da base aliada do governo federal no Congresso: o PFL carlista e seu próprio partido, o PT”. Naquele momento, o partido sucedâneo do PDS e da Arena, na Bahia, comandado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, era aliado do governo petista, mesmo o partido sendo oposição no Congresso Nacional. Alguns movimentos sociais prometiam manifestações durante aparição pública de Lula. “Sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais reúnem-se hoje e amanhã para definir qual forma adotar para se mostrarem presentes e dar visibilidade às suas reivindicações” (*A Tarde*, 05/06/04). Na mesma edição, o periódico destaca:

Jhone Bastos, coordenador do Movimento dos Sem-Teto de Salvador (MSTS), afirmou ontem que a organização está mobilizada e vai realizar protesto durante a inauguração. “Vamos lembrar programas e projetos aprovados para a habitação que ainda não foram concretizados”, disse.

Bastos declarou ainda que, além da manifestação, o MSTS quer entregar um documento por escrito ao presidente.

Rui Oliveira, da APLB, em declaração ao jornal nesta mesma edição, afirma que a carta pede a mudança da política econômica, maior valor para o salário mínimo e critica a política educacional do governo da Bahia. Na edição de 07/06/04, *A Tarde* escreve: “Segundo o líder do movimento, Pedro Cardoso, haverá protesto contra a política econômica e de habitação do Governo Federal. Os integrantes vão aproveitar a presença do presidente Luis Inácio Lula da Silva na solenidade de lançamento da Farmácia Popular do Brasil Instituição Irmã Dulce para fazer as reivindicações”. Já o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) adiantou que a entidade não vai realizar manifestações, mas que, certamente “seus representantes vão estar presentes nas cerimônias de inauguração e na Assembléia Legislativa”.

No dia seguinte a visita do presidente (08/06/04), com matéria intitulada “Sem-teto cobram casas populares prometidas”, *A Tarde* revela

Uma chuva daquelas. Em frente ao Hospital Santo Antônio, das Obras Sociais Irmã Dulce (Roma), cerca de 100 integrantes do Movimento Sem-Teto de Salvador (MSTS), mesmo ensopados, cumpriam, afinal, a promessa de se manifestarem durante a breve estada do presidente Lula em Salvador. Os sem-teto foram os únicos a dar a palavra de que ali estariam. O objetivo original era o de demonstrar o desagrado em relação à política habitacional na Bahia, principalmente em Salvador – local onde deverão ser construídas casas populares, segundo acordo fechado entre o movimento e o governo estadual e federal, em outubro do ano passado, e que, até agora, não saiu do papel. Além disso, querem a aprovação do Projeto de Lei 2.710/92, que está na Câmara Federal e dá conta da criação do Fundo Nacional de Habitação.

Assim, o MSTS marca posição no cenário político, mesmo que outros movimentos optem por não fazer o enfrentamento. A posição dos sem teto chama a atenção do periódico baiano, que encerra a matéria dizendo: “O Movimento dos Sem Teto de Salvador cresceu de forma espantosa em pouco tempo e contabiliza, aproximadamente, 18 mil cadastrados”.

O movimento também aproveitou a visita a Salvador do relator especial da ONU para moradias adequadas, Miloon Kothari, para denunciar as condições em que vivem milhares de famílias na periferia da cidade. Com faixas e cartazes, eles denunciaram os critérios, considerados elitistas, da política habitacional no Estado, que exclui milhares de famílias que não têm renda mensal salarial. Kothari participou de uma audiência pública na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos com representantes, além do MSTS, com a Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS), Central de Movimentos Populares, União Nacional de Moradia Popular, Articulação da Moradias e Movimento dos Trabalhadores Desempregados. O MSTS participou, ainda, do Dia Nacional de Lutas e Mobilização, em 16 de julho de 2004, onde aconteceram manifestações em todo o país contra a política econômica do governo Lula, organizada por entidades como MST, Unegro, UNE, Fetag e FABS porém, de forma pontual e tímida, que o *A Tarde* (17/07/04) classifica como “morde e assopra”:

O tom do descontentamento se sustentou em duas bases: a condenação “da agiotagem que o FMI mantém sobre o governo Lula” e as críticas ácidas às gestões do Executivo municipal e estadual nas mãos do PFL. O partido foi apontado como a “raiz de todo o mal”. Em relação ao governo Lula, um tom de “morde e assopra” saía do microfone. “Nós precisamos cobrar do governo Lula mudanças na política econômica e a aceleração das metas de geração de empregos. O Brasil cresceu, mas ainda é pouco”, avaliou o presidente da CUT, Adilson Araújo.

Em setembro, os sem-teto participaram do Grito dos Excluídos e apoiaram a greve nacional dos bancários. “Quem mais lucra nesse País é o sistema financeiro, que gera cada vez menos emprego. Somos solidários aos bancários porque só com a união dos movimentos é que podemos conseguir fazer o governo enxergar que é preciso olhar para os trabalhadores, é preciso gerar emprego e assegurar os direitos básicos, como habitação, saúde e educação”, ressalta João Dantas (*A Tarde*, 18/09/04).

A cobertura do periódico é freqüente, por isso, quando o movimento começa a se organizar internamente, o jornal (21/10/04) destaca “Os sem-teto de Salvador estão há um bom tempo sem agitar a cidade. Desde julho passado o Movimento dos Sem-teto de Salvador desapareceu do noticiário local”. O que na verdade acontecia era a



consolidação das ocupações e/ou mudanças para outras, a “ocupação de reposição”<sup>29</sup>. Nesse período, juíza Maria Jacy de Carvalho, da 9ª Vara Cível, expediu o pedido de reintegração de posse do edifício Sayonara, no Comércio, onde funcionava uma antiga boate. “Em resposta, o coordenador do Movimento dos Sem-Teto de Salvador, Pedro Cardoso, afirmou que, caso a justiça não dê o prazo mínimo de 60 dias para a saída do grupo, novas ocupações voltarão a acontecer” (*A Tarde*, 21/10/04). Explicando o porquê do “há um bom tempo sem agitar a cidade”, o jornal apresenta a explicação "Paramos de realizar ocupações porque estamos organizando um congresso, que está programado para a segunda quinzena de novembro. Vamos tratar de questões políticas e de organização do movimento", explicou Cardoso. O congresso foi adiado para além dessa data.

Porém, no final de outubro (27), o MSTS volta a toda carga, com manifestações em vários pontos da cidade. Divididos em grupos, eles congestionaram o tráfego na Calçada, Pituba, Campinas de Brotas, Estrada Velha do Aeroporto e Pirajá.

A intenção foi chamar a atenção da população sobre o problema de habitação vivido por milhares de pessoas e reivindicar a agilização da construção das cerca de 720 casas prometidas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

O protesto, que começou por volta das 8 horas e terminou às 10, foi acompanhado por policiais militares e, de acordo com informações dos Sem-teto, alguns foram agredidos pelos agentes (*A Tarde*, 28/10/04).

Em novembro, os sem-teto ocuparam outro prédio na Calçada, na praia do Canta Galo, após o despejo da ocupação da Sayonara. A ocupação da Alfred se consolida e os ocupantes abrem uma cooperativa com empreendimentos para auto-sustentabilidade, como restaurante e bar e um lava-jato, com o objetivo de gerar emprego e renda. “O dinheiro obtido com restaurante, lava-jato e ponto de venda de côco segue o seguinte critério: o lucro fica para quem abriu o negócio e um percentual deste (entre 10% e 20%) seria investido num fundo, cujo objetivo é a abertura de uma creche para as crianças que moram no local. Segundo Jaguaraci, a receita não chega a R\$ 300/mês” (*A Tarde*, 09/12/04).

---

<sup>29</sup> Ocupação que absorve ocupantes de uma outra ocupação.

2005 começa com um marco no movimento que foi a realização do seu I Congresso, onde discutiu-se a organização dos sem teto e a estratégia para o próximo período. Com mais de 400 delegados, tirados entre os mais de 26 mil cadastrados no MSTS, o Congresso, realizado em janeiro, se consolida no também no interior, em cidades como Conceição da Feira, Lauro de Freitas, Camamu, São Francisco do Conde e Dias D'Ávila, sendo que o congresso aprova a mudança do nome de Movimento dos Sem Teto de Salvador – MSTS para Movimento dos Sem Teto da Bahia – MSTB. A pauta do congresso constava de: debate sobre globalização e a luta dos excluídos do mundo; discussão política sobre “quem somos nós e para onde vamos”; objetivos, inspiração histórico-ideológica; mesas de debates sobre reforma urbana e estatuto da cidade, além de geração de emprego e renda e cooperativismo. Foi também aprovado o regimento interno do movimento. Ao final, foi eleita a coordenação do MSTB.

Nosso objetivo com esse congresso é discutir o planejamento estratégico para 2005, que deve priorizar a geração do trabalho, sem perder de vista nosso instrumento de pressão, que são as ocupações (Idelmário Proença in *A Tarde*, 16/01/05 *apud* Cloux, 2008).

Neste mês, foram feitas novas ocupações, como a da antiga Escola Nossa Senhora de Fátima, no Caminho de Areia, um armazém da Rede Ferroviária na Calçada (além de outros dois já existentes) e um mini-shopping na Boa Viagem (Cloux, 2008). As ações de reintegração de posse se sucedem, a exemplo da antiga fábrica de gelo Pioneiro, evidenciando a agilidade do aparato do judiciário quando se trata de interesses hegemônicos.

Nesse período, toma posse o novo prefeito da capital, João Henrique (então pelo PDT, atualmente no PMDB), com o apoio do PT no segundo turno, nomeando como Secretária de Habitação Ângela Gordilho, com quem o MSTB vai tratar a questão da habitação no âmbito municipal.

Em fevereiro, o MSTB ocupa o antigo Solar Amado Bahia, na Ribeira. A ocupação durou pouco tempo, pois os ocupantes tiveram uma aula sobre a história do imóvel, ministrada pelo Prof. Franklin Oliveira Jr. As famílias foram relocadas para uma nova ocupação, da Escola Nossa Senhora da Penha, no Largo da Ribeira. Até esse momento, as casas prometidas em Valéria não tinham sido entregues. Em abril, o MSTB fez sua

primeira passeata sob a administração João Henrique, saindo do Largo dos Mares até a Prefeitura, com o objetivo de apresentar uma pauta de reivindicações. Em junho o presidente da República sanciona Lei que cria o Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social.

Outras ocupações foram realizadas, como a do antigo prédio do Conselho Tutelar (bairro de Dois Leões), antigo prédio do IPHAN (bairro da Soledade), casarões na Ilha do Rato (bairro de Água de Meninos), e antigo prédio da Matelba (bairro de Campinas de Brotas).

Em dezembro o movimento organizou uma passeata até a Secretaria de Desenvolvimento Social, na Praça da Sé, para protestar e exigir o pagamento do aluguel de 23 casas para acomodar temporariamente 80 famílias até a finalização da construção das casas (Cloux, 2008).

Em 2006, uma mobilização do MSTB que marcou foi a da ocupação da sede da Conder, em conjunto com diversos movimentos sociais<sup>30</sup>. Cerca de 600 pessoas protestaram na sede da companhia, que estava sob o comando do carlismo, sendo chefiada por Mario Gordilho. Com o título “União por mais moradia”, *A Tarde*, na edição de 25/04/06, relata:

A luta pela regularização fundiária, discriminação de terras devolutas, os conflitos por posse de terrenos e a crise habitacional foram as principais motivações das diversas manifestações que ocorreram durante todo o dia de ontem na sede na Bahia. Em Salvador, centenas de representantes de movimentos diversos invadiram a Conder em busca de diálogo. A cerca de 570 km da capital, na BR-242, índios e quilombolas fecharam a pista por mais de quatro horas, pressionando governos federal e estadual por melhorias nos assentamentos. Em Riachão do Jacuípe, 216 famílias de sem teto ocuparam um terreno onde querem a construção de um conjunto habitacional.

---

<sup>30</sup> Participaram da ocupação MSTB; MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA); Movimento de Fundo de Pasto; Movimento do Pequeno Agricultor; Central de Articulação de Assentados do Semi-Árido; Pastoral Rural de Alagoinhas; Movimento dos Pescadores e Pescadoras; Moradores do Quilombo de Bom Jesus da Lapa e Pastoral da Juventude Rural.

O MSTB cobrava a construção das prometidas casas em Valéria, que até então não haviam sido construídas. A ocupação durou todo o dia, só encerrando por volta das 16 horas. Com forte aparato policial feito pela Tropa de Choque da PM, com cães e bombas de gás lacrimogêneo, chefiados pelo Coronel Muller, que ficou notabilizado por comandar a repressão aos movimentos sociais em Porto Seguro em 21 de abril de 2000 que participavam do *Brasil Outros 500 – Resistência indígena, negra e popular*, o clima tenso não intimidou os manifestantes. Os funcionários da companhia não puderam sair durante a manifestação. Em depoimento ao documentário *Ocupação da Conder*, de Carlos Pronzato, João Dantas afirma:

A nossa alternativa é, juntos, unificados todos os movimentos, pra gente arrancar. E só vamos sair daqui com uma resposta positiva e definitiva. Nossa ocupação da Conder é no sentido de abrir um canal de discussão com a Conder, com o governo federal. E a gente sai daqui quando quando tiver uma resposta positiva de nossa reivindicação.

Ao final do dia, após exaustivas negociações com a Polícia Militar e a Conder, os movimentos sociais conseguiram uma reunião, onde foi possível apresentar a pauta de reivindicações, tanto de cada movimento<sup>31</sup> quanto uma pauta unificada. A ocupação terminou por volta das 16 horas.

Em agosto de 2006 o MSTB ocupa um terreno de propriedade da Rede Ferroviária Federal, em Periperi, ao lado da Estação Ferroviária. Inicialmente, 500 famílias ocuparam o terreno, porém diariamente dezenas de novas famílias chegavam para se cadastrarem. Como a maioria dos barracos eram cobertos de lona plástica, além de outros materiais, a ocupação ficou conhecida como Cidade de Plástico.

Em setembro do mesmo ano, o movimento organizou uma passeata em frente a Conder, em Narandiba, contando com cerca de 100 pessoas, com o objetivo de pressionar pela entrega das casas prometidas, sendo que apenas 10% foram entregues até aquele momento.

---

<sup>31</sup> Durante a reunião, ficou acordado entre o MSTB e a Conder a construção de 242 casas na Estrada Velha do Aeroporto, efetivando o cadastro das famílias a serem beneficiadas.

Em outubro de 2006, ocorrem às eleições para presidente da república, senador, deputado federal, deputado estadual e governador. Na Bahia, o governador Paulo Souto (então PFL, hoje DEM) disputa a reeleição, apoiado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. As pesquisas apresentadas pelo Ibope apontavam a vitória já no primeiro turno do candidato do PFL. Porém, ao apurar os votos no dia da eleição, a eleição ficou com o candidato do PT e partidos aliados, Jaques Wagner. Tal resultado vai mudar a conjuntura política estadual, sobretudo para os movimentos sociais.

2007 começa com um protesto dos sem teto em frente à Secretaria Municipal de Habitação, onde os coordenadores Jhones Bastos e Idelmário Proença se reuniram com a Secretária Ângela Gordilho para pedir que ela intercedesse junto ao governo uma extensão pauta de negociação, incluindo a desapropriação de dez prédios ocupados, além de terrenos. “Tivemos uma reunião com o prefeito João Henrique Carneiro, em janeiro de 2005, quando ele se comprometeu a realizar a desapropriação dos prédios. Até hoje somente o Edifício Barreto de Araújo, na Baixa do Bonfim, está liberado”, explica Jhones Bastos (*A Tarde*, 18/04/07). No mês seguinte, segundo o mesmo periódico baiano, cerca de 300 integrantes da Frente de Luta pela Moradia Popular – formada pelo Movimento dos Sem Teto e mais outras entidades que lutam pela moradia - fizeram uma passeata da ocupação do galpão da Leste<sup>32</sup>, na Calçada (bairro da Cidade Baixa de Salvador), até a prefeitura, na Praça Municipal, “para pressionar o poder público a agilizar a construção de moradias na cidade”. Na prefeitura, foram recebidos pela Secretária Ângela Gordilho e pela gerente regional de Patrimônio da União, Ana Villas-Boas. “Queremos uma definição sobre dois terrenos existentes em Pirajá, que seriam cedidos em regime de permuta”, afirmou o coordenador João Dantas (*A Tarde*, 09/05/07). Ainda no mês de maio, cerca de 80 famílias ocuparam um terreno no Largo dos Dois Leões (ao fundo da Igreja Deus é Amor).

Em junho de 2007, num terreno de 200 mil m<sup>2</sup> ao lado da Lagoa da Paixão, em Fazenda Coutos, se realiza uma de suas maiores ocupações de Salvador. Segundo *A Tarde* (05/06/07), a nova ocupação foi uma iniciativa da comunidade organizada de sem-teto da região. Ainda na mesma edição, Pedro Cardoso conta que a coordenação do MSTB foi convidada a ajudar na organização da ocupação depois de ter sido concretizada.

---

<sup>32</sup> Referência à Rede Ferroviária Federal S.A.

Já nos prometeram a construção de 720 casas para as 26 mil famílias que temos cadastradas nesses últimos quatro anos. Destas, apenas 70 foram entregues. A construção está andando a passos de lesma. Não dá pra deixar as famílias esperando, e a solução é a ocupação. Vamos sempre apoiar as iniciativas das comunidades que sofrem com o déficit habitacional que já é de 100 mil casas em Salvador (Pedro Cardoso, in *A Tarde*, 05/06/07).

Cerca de 1.200 famílias estão cadastradas na ocupação da Lagoa da Paixão. A Conder afirma que a área é de Proteção Ambiental da Bacia do Rio do Cobre, que abastece parte do subúrbio, e que por isso não iria permitir a ocupação ali. *A Tarde* (08/06/07) informa que, diante disso, o coordenador Pedro Cardoso “conversou com os ocupantes e pediu para que eles evitassem construir seus barracos a menos de 200 metros da margem da Lagoa da Paixão”. Nesta mesma edição a presidente da Conder, Maria Del Carmem, argumenta:

Trata-se de uma área de preservação rigorosa. Não podemos permitir que essas pessoas permaneçam no local. Eles invadiram por conta de verem a área vazia, sem compreender que é uma área de preservação. Não está ali abandonada, tem, sim, função social. Ao contrário de servir para habitação, temos que recuperar a área, recompondo a mata ciliar da lagoa e preservando o entorno. Depois de recuperada, poderá ser usada como área de lazer para a população.

Pedro Cardoso, por sua vez, argumenta que “não queremos prejudicar o patrimônio ambiental, nem atrapalhar projetos habitacionais. O que não podemos é retirar as famílias dali sem apresentar alternativa. Como vamos explicar essa retirada? Quem está ali realmente precisa de moradia”. Na edição de 13 de junho, o coordenador reafirma: “a desocupação desse local só vai ser feita mediante o compromisso do Estado de disponibilizar uma nova área para as famílias”. A manchete do jornal *A Tarde* de 12/07/07 é sintomática: “Bahia tem déficit de 850 mil moradias”.

Em agosto de 2007, o MSTB faz uma manifestação em frente ao Edifício Suarez Trade, na região do Iguatemi, onde fica a sede da Sedur – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, do governo estadual. Cerca de 700 pessoas, gritando palavras de ordem, como “queremos solução pra Lagoa da Paixão!”, faziam “pressão para forçar o diálogo” (*A*

*Tarde*, 14/08/07). Além da Lagoa da Paixão, o movimento reivindicava solução para a ocupação conhecida como Cidade de Plástico, em Periperi, que abriga 328 famílias; o terreno da Coelba, onde moram 400 famílias, também na Avenida Suburbana (periferia de Salvador), que vivia sob tensão com o pedido de reintegração de posse, foi tratado na reunião. A Coelba suspendeu o pedido de reintegração de posse. “A Sedur se compromete a intermediar na Coelba uma solução, observando o critério de responsabilidade social. Neste governo, a polícia não intervirá contra famílias, a nossa política é de dialogar”, prometeu o secretário Afonso Florence na mesma edição de *A Tarde*.

Pouca coisa mudou ao longo de dez meses após essa manifestação. Em abril de 2008 o MSTB voltou a fazer uma grande passeata, dessa vez saindo da ocupação da Lagoa da Paixão até a Governadoria, no CAB, fazendo um percurso de 21 km. Após cinco horas de marcha, os cerca de mil manifestantes (segundo a edição de 18/04/08 do jornal *A Tarde*) chegaram ao Centro Administrativo e a coordenação foi recebida pelos secretários Rui Costa (Relações Institucionais), Afonso Florence (Desenvolvimento Urbano) e Juliano Matos (Meio Ambiente). A reivindicação: “a concretização dos projetos, anunciados desde 2002, que, entre outras coisas, prevê a construção de 700 casas populares no bairro de Valéria, na periferia de Salvador. Apenas 70 casas foram entregues e não há novos prazos definidos para construção de novas unidades”. Em declaração à mesma edição do jornal, o coordenador Pedro Cardoso afirma: “hoje já são aproximadamente quatro mil famílias acampadas em 22 áreas (prédios e terrenos públicos), em Salvador e Região Metropolitana, e outras 22 mil famílias que estão cadastradas no movimento”. Os representantes do governo, por sua parte, afirmaram que em todo o estado existem aproximadamente 40 mil unidades habitacionais em projetos não-concluídos. “Foram obras iniciadas, mas sem previsão de recursos para sua conclusão”, afirmou um secretário, não identificado pelo *A Tarde*. Dentre essas obras estão as do Alto de Ondina, Rocinha do Centro Histórico, Pilar (Comércio) e do Cajá, em Lauro de Freitas.

Os anos de 2005 e 2006 registram um certo refluxo em novas ocupações, ao passo que foram decisivas para a sedimentação das conquistas e da complexificação da organização. Ou seja, não deixaram de ser anos de lutas externas, mas serviram para organizar o movimento. O auge das ocupações foi em 2003 e 2004 (Cloux, 2008). No

enfrentamento com os interesses privados, assim como a resposta das ações do Estado em consonâncias com esses interesses, expressas nas ações de reintegração de posse e nas ações da Polícia, um contingente significativo de ocupações não conseguiu se manter até o primeiro semestre de 2007. “O público dessas ocupações desfeitas organizou novas ocupações, ingressou em já existentes, ou mesmo desistiu do processo de luta” (Cloux, *op cit*). Além desses aspectos, a falta de estrutura para manter as ocupações e suas precariedades dos mais diversos tipos, muitas vezes frustra a permanência de famílias nas ocupações; a morosidade do Estado em atender os pleitos (muitos acordados entre o movimento e o Estado), com pouquíssimas construções das casas reivindicadas. Cloux avalia que no primeiro ano o movimento conseguiu aglutinar um número significativo de ocupações, o que se refletiu no espaço destacado na mídia local, observado durante a análise das fontes jornalísticas. Apesar do refluxo ao qual se refere o autor acima, o movimento faz novas investidas em 2006 e 2007, com uma estratégia diferenciada, investindo na ocupação de terrenos, ao invés de prédios, considerando a possibilidade de maior permanência no local por conta de estes terem um menor índice de mandado de reintegração de posse.



## Levantamento cadastral das ocupações de MSTS realizado pelo movimento no período de 2003 à 2004

### Levantamento 2003

Referência/localização	Famílias
Km 12 – Estrada Velha do Aeroporto	1.100
Lobato - Av. Suburbana	105
Metrô - Bom Juá	234
Invasão Pirajá	200
Buraco do Sapo - Fazenda Coutos	60
Encantado - Fazenda Coutos	150
Edifício Lord – Rua Carlos Gomes	97

Fonte: *A Tarde*, 24/10/03

### Levantamento 2004

Referência/localização	Famílias
Antiga Mesbla	200
Fábrica Tóster	154
Clube Português	154
Campinas de Brotas	54
Colégio CNEC - Periperi	49
Fábrica da Alfred	207
Lapinha - prédio do IPAC	29
Costa Azul	34
Gelo Pioneiro	100
Antigo DNOCS	45
Edifício Rajada – Comércio	100
Ed. Enoch Silva - Comércio	52
Ed. Eurico Magalhães - Comércio	19
<b>Terrenos</b>	
Estrada Velha do Aeroporto	570
Invasão do Metrô	360
Lobato	85
Pirajá	390
Ilha do Rato - Massaranduba	270
Lauro de Freitas	397
Conceição da Feira	150

Fonte: *A Tarde*, 15/05/04

**Levantamento cadastral das ocupações de Movimento dos Sem-Teto de Salvador realizado pela Secretaria Municipal da Habitação no período de 2005 a 2007**

**Levantamento 2005**

<b>Nº ordem</b>	<b>Referência/localização</b>	<b>Nº famílias</b>
1	Prédio da Alfred – Mares	109
2	Galpão da Barreto Araújo – Baixa do Bonfim	54
3	Edifício Matelba – Campinas de Brotas ▪	30
4	Escola Jória Andrade – Rua Carlos Gomes – Centro ▪	4
5	Clube Português – Pituba ▪	85
6	Prédio do Conselho Tutelar – Dois Leões	45
7	Escola Nossa Senhora da Penha – Ribeira	16
8	Área da Estrada Velha do Aeroporto (Km 12) – Mussurunga	134
9	Galpão da Leste – Calçada	104
10	Prédio do Irte – Mares ▪	23
11	Área próxima as obras do metrô – Vila Metrô	204
12	Edifício Rajada, Praça Marechal Deodoro – Comércio	56
13	Prédio do Ipac – Soledade	20
14	Prédio da Toster – Baixa do Bonfim	124
	<b>TOTAL</b>	<b>1008</b>

**Levantamento 2006**

<b>Nº ordem</b>	<b>Referência/localização</b>	<b>Nº famílias</b>
15	Área da Estrada Velha do Aeroporto – Mussurunga	55
16	Prédio do Cine Pax – Baixa do Sapateiro ▪	87
17	Clube Palmeira – Barra	12
18	Prédio da Ladeira da Praça – Centro	62
19	Galpão do Largo do Retiro – Retiro ▪	47
20	Casa na Rua da Mangueira – Mouraria ▪	10
21	Galpão da Rua Nilo Peçanha, Saboaria – Calçada	133
22	Edifício Tabajara – Costa Azul ▪	47
23	Área em Jardim Nova Brasília – Nova Brasília	30
24	Edifício Lord – Rua Carlos Gomes – Centro	35
25	Prédio na Avenida J.J. Seabra – Baixa do Sapateiro	23
	<b>TOTAL</b>	<b>541</b>

**Levantamento 2007**

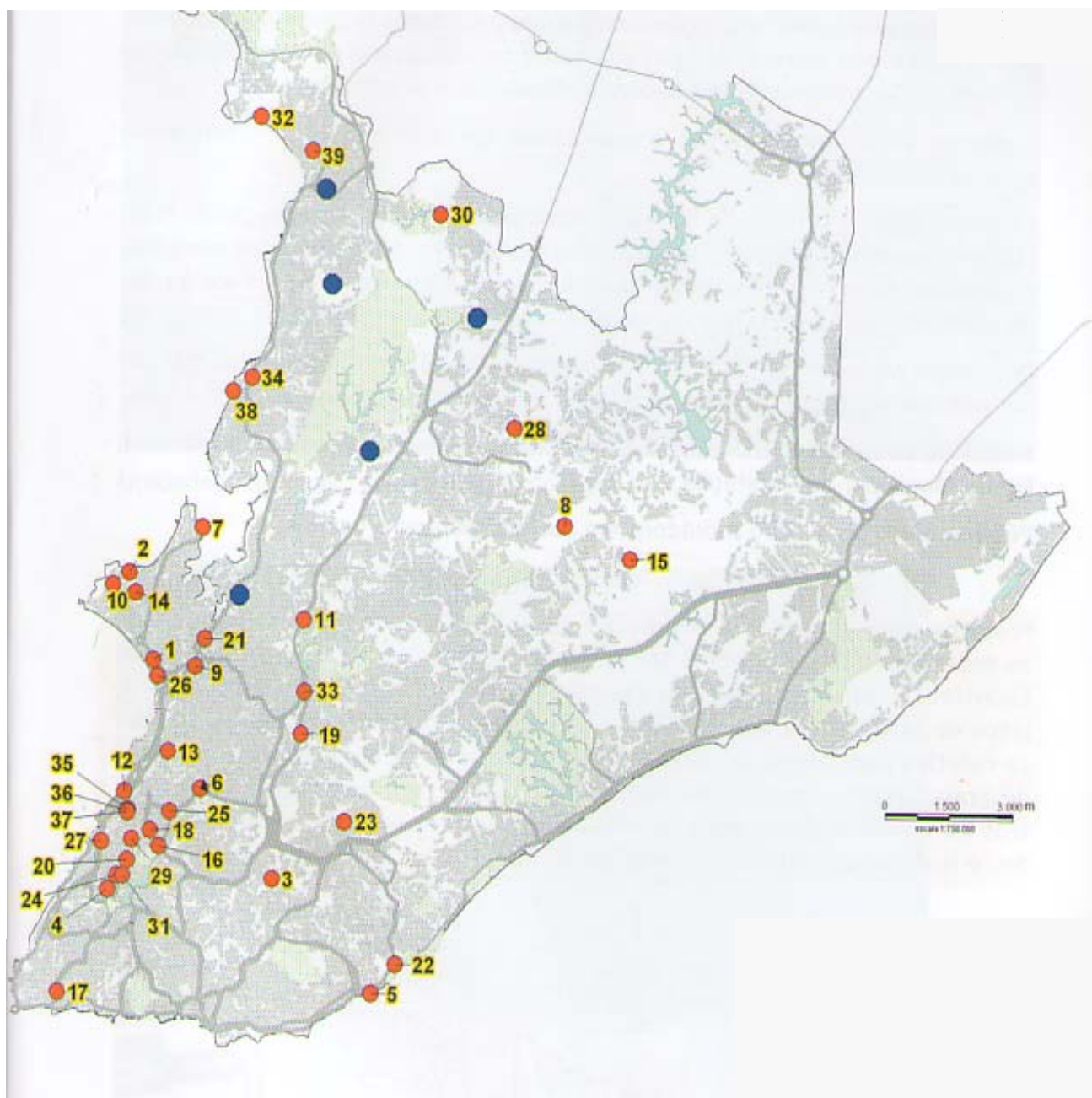
<b>Nº ordem</b>	<b>Referência/localização</b>	<b>Nº famílias</b>
26	Edifício Sampaio, praia do Canta Galo – Calçada	17
27	Prédio da Rua Chile – Centro	60
28	Área em Vila Esperança – Cajazeira VI	300
29	Prédio da Ladeira do Prata – Centro	60
30	Área da Lagoa da Paixão – Valéria	1000 ( * )
31	Área no Tororó – Centro	130 ( * )
32	Área em Tubarão – Paripe	207 ( * )
33	Área na BR-324 – Bom Juá	17
34	Área em Escada – Coelba	350
35	Prédio da Rua do Passo – Centro	30
36	Prédio da Rua do Passo nº 32 – Centro	76
37	Prédio da Rua do Passo nº 46 – Centro	29
38	Área em Periperi – Linha Férrea	300 ( * )
39	Fábrica de Mamona – Imbasa – Paripe	300 ( * )
	<b>TOTAL</b>	<b>2876</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4425</b>

- Área / imóvel atualmente desocupado
- ( \* ) informações dos Movimentos
- ( \*\* ) Cadastro da PMS, em 03/2007

Fonte: PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SALVADOR – 2008 – 2025. Prefeitura Municipal do Salvador. Secretaria Municipal da Habitação - Sehab<sup>33</sup>

<sup>33</sup> A fonte não informa os números das ocupações de 2003 e 2004.

## Mapa de ocupações do MSTS/MSTB



### LEGENDA

- NÚCLEO DE CADASTRO MSTS
- OCUPAÇÕES

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB; Cadastro SEHAB/PMS, jan/2007 (Informações MSTS/MSTB), in *Plano Municipal de Habitação de Salvador – 2008-2025*.

## **4. O Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia**

### **4.1 o processo de cisão**

A conformação de dois campos políticos no Movimento dos Sem Teto, com concepções e práticas diferenciadas, iniciou-se, num primeiro momento, por divergências no tipo de liderança. No primeiro ano de atividades do movimento, 3 ou 4 pessoas decidiam tudo e as assembleias locais apenas sedimentavam aquilo que se decidia. Porém, havia lideranças mais democráticas, que ouviam as pessoas e valorizam a participação destas em todos os processos do movimento; por outro lado, outras lideranças tinham uma relação instrumental com a base do movimento, negando sua capacidade política de organização e mobilização, inclusive com abuso de liderança. Isso tudo era ponto de desgaste, num primeiro momento, causando problemas táticos, como quantas ocupações existiam, se tinha onda de ocupação ou não, quem daria entrevista na imprensa, dentre outras questões.

O movimento não tinha fontes de arrecadação, não tinha sede e nem estrutura para responder a uma série de ocupações, sendo que a ajuda vinha de alguns sindicatos, assim como da Comissão de Cultura da Paz e Combate a Violência da Câmara Municipal de Salvador, presidida à época pelo vereador Nelson Santana (então filiado ao PT, atualmente no PSOL).

As quatro principais lideranças do MSTs eram Pedro Cardoso, João Dantas, Idelmário Proença e Jhones Bastos<sup>34</sup>, com perfis e trajetórias diferenciadas:

Jhones Bastos começou a militância no movimento estudantil secundarista e posteriormente fazendo parte de grupo de jovens da Igreja Católica, em Mussurunga, de onde partiu para o MSTs.

Pedro Cardoso iniciou sua militância em fins dos anos 70, fazendo parte dos setores progressistas da Igreja Católica, orientada pela Teologia da Libertação. Já na década de 80, participou de organizações políticas como a OCDP (Organização Comunista

---

<sup>34</sup> Apesar das principais lideranças serem masculinas, a maior parte do movimento é formado por mulheres, inclusive na coordenação.

Democracia Operária), sendo que em 1985 formou o MCR (Movimento Comunista Revolucionário), originário da fusão da OCDP, MEP (Movimento de Emancipação Proletária) e do Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha (PCdoB-AV). O MCR, posteriormente se transformou em tendência interna do PT em 1989, com a denominação de Força Socialista (Cloux, 2008).

Ildemário Proença começou fazendo parte da organização política PRP (Partido Revolucionário do Proletariado), sendo que posteriormente passou a fazer militância do PT – Partido dos Trabalhadores, na tendência interna PT Jovem. No movimento sindical, foi presidente do Sindicato dos Gráficos (Cloux, *op cit*).

João Dantas participou, na segunda metade da década de 70, de movimentos populares em São Paulo, a exemplo do Movimento Contra a Carestia. Em Salvador, no final da década de 70, participou de movimentos de oposição sindical. Foi diretor do Sindiquímica (que veio posteriormente a fundir com o Sindipetro e Stiep formando o atual Sindicato dos Químicos e Petroleiros). Ainda nesse período foi vice-presidente da CUT-BA. Também participou da fundação do PT.

Um militante que não teve um mesmo grau de participação, mas que tem uma trajetória política de esquerda é Walter Sena, tendo sido membro do MDF – Movimento de Defesa dos Favelados, na década de 80 fez parte da União da Juventude Popular (ligada à época ao PCdoB), assim como do Trabalho de Base e do Movimento Contra a Carestia.

As divergências iniciais se dão num cenário onde a prefeitura é comandada pelo então prefeito Antonio Imbassahy (ex-PFL, atualmente no PSDB), afilhado político do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL). No governo do estado, estava à frente o governador Paulo Souto (ex-PFL, atualmente DEM), também da base carlista, formando um Bloco de Poder (Almeida, 2003). Já na presidência da República, Lula (PT), nos seus primeiros anos de mandato, eleito em 2002 sob grande expectativa de mudanças políticas, acena claramente para a manutenção da política econômica herdada de FHC, nomeando um homem de confiança do PSDB e dos banqueiros – Henrique Meireles - para presidir o Banco Central, além de defender fazer as reformas que o antecessor não fez. Mesmo assim, parte do PT, dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais

argumentavam que o governo “estava em disputa” (com os setores da classe hegemônica). Assim, o “aliado” mais “próximo” estava no governo central. Tal configuração contribuiu, a princípio, para uma posição mais de confronto e mobilização do movimento, esmaecendo possíveis (e prováveis) políticas de conciliação de interesses de classe. Assim, não havia cenário político favorável do movimento para com a prefeitura na gestão Imbassahy. Quanto ao governo do estado, a Conder, responsável pela política habitacional, vai agir na base do “dividir para reinar”, tendo êxito nessa tática, como veremos adiante.

Com o rápido crescimento do MSTS, o movimento chama a atenção do poder público e dos interesses políticos, alguns, inclusive, considerando-os uma ameaça à ordem estabelecida. Porém, esse rápido crescimento – e conseqüente potencial - fez aflorar as concepções e práticas diferenciadas, antagônicas até, que viria a culminar na cisão do movimento em dois campos. De um lado, um campo formado por Pedro Cardoso, João Dantas, Ana Vaneska, Dinho e outros militantes, ao qual chamaremos de Campo A; outro campo formado por Idelmário Proença, Jhones Bastos, Walter Sena e outros, o qual denominaremos de Campo B. O primeiro com uma concepção de autonomia do movimento, de construção de poder popular, de mobilização, de conscientização da base, de projeto estratégico para a sociedade. O segundo, como veremos mais adiantes, propõe um movimento nos limites da reivindicação economicista e imediatista, sem projeto estratégico, atendendo aos interesses do Estado, embora no discurso não explicita isso, muitas vezes dizendo o contrário.

Em 2004, se acentuam as diferenças que irão marcar o movimento. Ainda na ocupação da Estrada Velha do Aeroporto, as diferenças, na prática, são percebidas pelos demais militantes do movimento. Célia, também conhecida como Lídice, que participou da fundação do movimento na primeira ocupação da Estrada Velha, e na coordenação do MSTB até hoje, ressalta as diferenças:

No começo, ainda na Estrada Velha, percebi que Jhones tentava manipular as pessoas. Senti que ele estava usando as pessoas. Senti que ele e Idelmário, o que eles falavam não era bem o que eles pensavam. Isso desde a Estrada Velha (entrevista ao autor).

Perguntada se percebia alguma prática do Campo B diferente da do Campo A, a Célia responde afirmativamente.

Percebi que Idelmário não aceitava a opinião de ninguém. Em reuniões ele sempre dava um jeito de ser sempre o último a falar, pra poder ele sempre fechar, e então... de acordo com os interesses dele. Ele dava um jeito de tumultuar a coisa (entrevista ao autor).

O que parecia ser um caso isolado, para Célia era a configuração de um campo: “eles estavam juntos por que são iguais. Os iguais se reconhecem”. Cristina, também da coordenação do movimento no Campo A, participou também da fundação na Estrada Velha do Aeroporto, fala de sua opção

Optei em ficar no campo de cá – temos divergências, temos – mas é um grupo honesto, é um grupo que ganha a vida não é fazendo pilantragem, somos um grupo que corremos atrás, nos esforçamos ... a gente optou de ficar porque é um grupo consciente, que consciência tem política, e não um grupo desonesto. No momento que eu perceber também eu vou sair. A gente optou mais por isso, pelas coisas que aconteceram em Valeria, a cooperativa que teve, que não foi pra frente. A gente não trabalha agredindo as pessoas. A gente não é de excluir, a gente quer incluir. A meta aqui é somar (entrevista ao autor).

Apesar das diferenças e heterogeneidade das origens e formações dos dirigentes e da base, a dinâmica, do movimento suplantava tais questões no dia-a-dia.

Nas eleições municipais de 2004, o novo prefeito eleito é João Henrique (então no PDT e atualmente no PMDB), naquele momento derrotando o candidato de Antonio Carlos Magalhães, que foi César Borges (PFL). O candidato do PT, Nelson Pelegrino, ficou em terceiro lugar, não conseguindo ir para o segundo turno, sendo que o partido opta em apoiar o então candidato do PDT. Durante a gestão do prefeito eleito, foi titular da Sehab - Secretaria de Habitação, a arquiteta, urbanista e professora da UFBA, Ângela Gordilho.

O movimento estava no auge das ocupações, com grande projeção política na cidade, o que tensionava por uma posição política mais combativa, defendida pelo Campo A do movimento. Nesse processo, Idelmário se projetava muito mais como o homem das relações institucionais do que de organização pela base do movimento. Priorizava as



reuniões de negociações, as articulações políticas com lideranças e declarações à imprensa em detrimento de “pisar no chão das ocupações”. Por sua vez, Jhones Bastos se respaldava fazendo justamente o caminho inverso de Idelmario, sendo um homem de base, estando sempre presente nas ocupações, porém pouco hábil nas declarações à imprensa (entrevistas de Pedro Cardoso e Jhones Bastos ao autor).

Em 2005, o MSTS realiza seu I Congresso, no auditório da Faculdade de Direito da UFBA. Era o primeiro momento de organização e discussão interna do movimento. Contava com a seguinte programação:

14/01/2005. Local: Faculdade de Direito da Ufba

14 horas Credenciamento e atividade cultural

18 horas Abertura

Leitura do Manifesto do MSTS

Aprovação do Regimento Interno do Congresso

Debate: Globalização e a luta dos excluídos no mundo – 19 horas

15/01/2005

09 horas. Quem somos nós e para onde vamos?

1 – Composição

2 – Objetivos

3 – Inspirações histórico-ideológica

4 – Contrato de convivência

5 – Estatuto do MSTS

6 – Carta de Princípios (divisão em grupos [de trabalho])

13 horas – intervalo para almoço

14:30 horas - Mesa de debates sobre:

1 – reforma urbana e estatuto da cidade

2 – Geração de trabalho e renda e cooperativismo (exposição em plenária, seguida da divisão em grupos entre os dois temas a serem debatidos);

20 horas – atividade cultural

16/01/2005

09 horas, plenária final (defesa e votação das resoluções)

14 horas, eleição da Coordenação Estadual.

Note-se que na programação consta a discussão sobre estatuto do movimento, o que evidencia uma tendência de dar um perfil legalista ao MSTS, na medida em que o estatuto requer seu registro em cartório, de acordo com a legislação específica, criando a

pessoa jurídica do movimento, estando sujeito às obrigações legais, fiscais e tributárias, além de estabelecer uma direção verticalizada. Esse ponto na programação não chegou a ser discutido por haver divergências quanto ao assunto, pois o Campo A não concordava com a proposta. Posteriormente, o que foi elaborado foi o Regimento Interno do movimento, que tem valor *interna corporis*, não sendo um documento legal, mas que estabelece normas de organização de procedimentos do movimento.

Sobre a importância do Congresso e seus desdobramentos políticos e organizativos, Pedro Cardoso fala:

O Congresso foi um processo de arrumação, de estruturação orgânica do movimento. Foi lá que a gente se constituiu enquanto organização. Passamos a ter um Regimento Interno. Ficou claro que nós não deveríamos ser uma entidade jurídica, já que a gente entendia o movimento fora da ordem. Foi lá também que apareceram os primeiros elementos do racha. No momento que a gente começou a discutir as nossas concepções do ponto de vista da nossa relação movimento x governo, concepção de movimento, estratégia do movimento, apareceram as posições. É exatamente no período pré-congresso que a gente começa a fazer essas discussões nas ocupações e começou a aparecer as divergências, divergências que se cristalizaram ao longo da realização do congresso, pós-congresso e culminaram nesse racha que tá [sic] aí. Do ponto de vista político e orgânico, nós avançamos no I Congresso, mas apareceram elementos que levaram ao racha. Será que nosso objetivo se encerra nas casas? E após as casas, o que faremos? (entrevista concedida ao autor).

Nesse aspecto, enquanto o Campo A – evidenciado na fala de Pedro Cardoso – propunha aprofundar as resoluções políticas, ideológicas e organizativas, a posição do Campo B era fazer a discussão meramente organizativa. As divergências vão se aprofundar após o Congresso. Importante lembrar que no ano seguinte ao Congresso foram realizadas eleições estaduais e nacional, e o calendário eleitoral vai influenciar na cisão. O escândalo do mensalão que envolveu o PT aprofundou as críticas que setores da esquerda desse partido tinham ao caráter do governo Lula e aos rumos do PT e a perda do seu projeto transformador. Ainda em 2005, esses setores rompem com o partido e se filiam ao PSOL – Partido Socialismo e Liberdade. No MSTs, os então filiados ao PT rompem com o partido e se filiam ao novo partido, dentre eles Pedro

Cardoso, Ana Vaneska, João Dantas, Antonio Raimundo (Dinho), dentre outros. Importante salientar que Idelmário também sai do PT<sup>35</sup> e se filia inicialmente ao PSOL, porém, ao perceber que tal posição política contrariava seu projeto de movimento, além do PSOL fazer oposição ao governo Lula, o mesmo torna a filiar-se ao PT. Seu retorno ao Partido dos Trabalhadores marca também a cisão irreconciliável.

As divergências (o que por si só não chega a ser nenhum problema numa organização democrática) passaram a ter um fundo mais político-ideológico quando Idelmário passa a desenvolver um processo de negociação com a Conder. O órgão do governo estadual, responsável pela política de habitação no estado – por sua vez, controla as verbas e define os contemplados pelas casas, etc. - passa a privilegiar as negociações com esse coordenador, em detrimento da participação dos demais. Tal postura gera suspeita e desconfiança na maior parte da coordenação do movimento. Importante ressaltar que a Conder nesse período era presidida por Mário Gordilho, homem de confiança do então senador Antonio Carlos Magalhães, e tendo a frente do governo estadual o governador Paulo Souto, o que evidencia, projetos de classe antagônicos entre a Conder e o movimento. Célia, da coordenação do MSTB desde a ocupação da Estrada Velha do Aeroporto, afirma: “quando vou na [sic] Conder, eles perguntam de qual grupo eu faço parte”. Perguntada se o órgão estadual tem tratamento diferenciado, ela afirma que sim. “Quando teve a ocupação da Conder, tava tudo certo com aqueles movimentos e Idelmário boicotou, da parte dele. As primeiras casas [construídas pela Conder] ele botou, foi botada [os contemplados]” (entrevista de Célia ao autor).

Marlene Santos, atualmente membro do Conselho Fiscal do MSTB, participou também da primeira ocupação do Km 12 e da coordenação do movimento, faz a mesma leitura que Célia:

Idelmário não foi, mas mandou outras pessoas, que estavam junto com eles, e eles tentando tirar as pessoas que estavam ali, dizendo que a gente estava errado, porque ele estava fazendo outra negociação, que aquilo não estava certo, que era incompetência da coordenação pegar aquelas pessoas e botar ali naquele momento, que não podia fazer isso ali por que era um órgão (do governo), então não podia ocupar a Conder. Rebatemos com ele que o que

---

<sup>35</sup> Chegou a escrever um artigo intitulado *PT – um partido superado enquanto alternativa de classe*, no qual apontava suas divergências com o Partido dos Trabalhadores, justificando seu rompimento. Tentamos encontrar uma cópia do referido artigo para fundamentar a discussão, porém sem êxito.

estávamos fazendo estava certo e eles dizendo que não estava certo. Só que ali não estava só o Movimento Sem Teto, tinham vários movimentos (entrevista de Marlene ao autor).

A ocupação da sede da Conder, ocorrida em abril de 2006, foi um marco nas mobilizações do movimento, assim como dos demais movimentos que participaram do ato<sup>36</sup>. O objetivo era a luta pela regularização fundiária, discriminação de terras devolutas, resolução dos conflitos por posse de terrenos e a crise habitacional, dentre outras questões. Oitocentos manifestantes dos movimentos, vindos de várias localidades da Bahia, chegaram à sede do órgão às 10:00 h e ocuparam as instalações do prédio, em Narandiba, na capital baiana. Imediatamente, a Conder convocou a Tropa de Choque da Polícia Militar, comandada pelo coronel Müller, o mesmo que havia reprimido duramente os movimentos sociais em Porto Seguro durante os protestos do ato *Brasil – Outros quinhentos*, em 2000. O clima tenso não amedrontou os manifestantes, que resistiram durante todo o dia, até se estabelecer uma reunião de negociação entre movimentos e governo. Ana Vaneska, da coordenação do MSTB, em depoimento ao documentário de Carlos Pronzato, *Ocupação da Conder*, afirma que

O objetivo é fortalecer a aliança entre os movimentos do campo e os movimentos da cidade (...). A Conder representa tudo que é de truculento, do que é reacionário, do que é carlista, que vem desde a ditadura no estado da Bahia.

Emilson, da CJP – Comissão de Justiça e Paz, que participou da ocupação, em depoimento ao mesmo documentário, entende que “a ocupação tem a função de provocar a sociedade civil, provocar os poderes constituídos e também servir como formação para o próprio movimento, compreender que sem luta jamais conseguiremos nada”. João Dantas, também presente no ato, declara que “nossa ocupação na Conder é no sentido de abrir um canal de negociação com o governo do estado e com o governo federal e queremos uma resposta positiva para nossas reivindicações”. Pedro Cardoso<sup>37</sup>, avalia que a ocupação “teve um caráter eminentemente político”, e ainda “ocupar um

---

<sup>36</sup> MSTB, MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas, CETA, Movimento de Pequenos Agricultores, Central de Articulação de Acampados e Assentados do Semi-Árido, Pastoral Rural de Paulo Afonso, Pastoral Rural de Alagoinhas, Movimento de Pescadores e Pescadoras, Moradores de Quilombo de Bom Jesus da Lapa e Pastoral da Juventude Rural.

<sup>37</sup> Entrevista ao autor.

órgão como aquele, no governo carlista, com tradição de arrebentar, de tratar os movimentos sociais no cacete, de não reconhecer as lutas populares, e a gente tomar a decisão de fazer uma ocupação daquela pra gente dizer: é a hora de dizer que os movimentos tem força e a gente resolveu peitar”.

Por sua vez, Idelmário, num discurso feito ainda no ônibus que levava os manifestantes para a sede da Conder, filmado por Pronzato em seu documentário, demonstra discordância com a proposta da ocupação, deixando transparecer sua relação escusa com o órgão do estado:

Tem algumas preocupações que precisam ser levantadas. Primeiro, assim, há uma necessidade do movimento mobilizar, do movimento pressionar, agora não podemos perder de vista que o movimento hoje ele tem um diálogo aberto, assim como tem com o governo federal e municipal, tem também com a Conder. Então, a gente tem que saber como tratar disso pra que esse diálogo não seja fechado. Então, nós resolvemos ir, estamos indo pra lá, agora a gente tem que saber o que é que nós vamos reivindicar, pra não ser considerado casuísmo, não ser considerado como ação demagógica. Então, temos que saber o que é que nós estamos reivindicando. Então, assim ô: a primeira preocupação nossa é que a Conder essa semana já entre na Estrada Velha pra construir as casas. A Conder deve tá retornando esse mês a segunda etapa das obras de Valéria. Então, a gente tem que tomar cuidado com nossas ações. Então, pra gente não ser considerado nem demagogo nem casuísta, a reivindicação hoje, central, deve ser: a Conder fazer um acordo com o governo federal para construir mil casas para os sem teto, pra contemplar os companheiros de outras ocupações (fala de Hildemario no documentário *Ocupação da Conder*).

O mesmo deixa transparecer suas preocupações em não melindrar sua relação com a Conder, inclusive fazendo as promessas que cabiam ao órgão governamental. Apesar de viajar no ônibus indo para Narandiba, chegando lá ele retorna e não participa da ocupação.

A ocupação termina por volta das 16:30 h, após tensa negociação. Os manifestantes passam a noite na quadra do Sindicato dos Bancários, que cederam o espaço para os movimentos. O saldo político é inegável, a imprensa deu ampla cobertura, porém, a Conder apresenta sua versão dos fatos, tentando criminalizar os movimentos. Em seu

*site* ([www.conder.ba.gov.br](http://www.conder.ba.gov.br)), a companhia afirma que os funcionários ficaram “reféns” dos movimentos, e que “algumas pessoas ficaram em pânico, temerosas que atitudes violentas fossem tomadas pelos manifestantes, como as verificadas recentemente em Porto Alegre”. Adiante, afirma que

Definitivamente, foi um dia atípico na vida dos funcionários que se reuniram no estacionamento sem poder colocar o pé do lado de fora da empresa. O horário de almoço foi se aproximando e a fome angustiando ainda mais os reféns. Um dos funcionários que usa um marca-passo começou a passar mal, ante a indiferença dos integrantes do movimento, que mantiveram fechados os portões da empresa. O funcionário teve de ser amparado pelos colegas, preocupados com sua saúde.

Apenas depois de três horas e a confirmação de uma reunião para discutir as reivindicações, os funcionários começaram a poder sair da empresa e de forma torturante: apenas dois carros eram liberados para sair a cada 10 minutos, ante improvisados porteiros que com ar arrogante impunham as ordens contrariando o elementar direito de ir e vir dos cidadãos, todos servidores da Conder (publicado em [www.conder.ba.gov.br](http://www.conder.ba.gov.br)).

Dois dias depois, a Conder divulga em seu site, em matéria intitulada “sem-teto do Português terão casas novas”, a solenidade na Governadoria, onde o governador Paulo Souto teria assinado um protocolo para a construção de casas para as 85 famílias da ocupação do Clube Português. Aproveitando a oportunidade, o governador não perdeu a oportunidade de se opor ao ato dos movimentos:

Durante a solenidade, Souto falou sobre a ocupação do Movimento Sem-teto de Salvador (MSTS), na última terça-feira, ao prédio da Conder, no bairro de Narandiba. “A ocupação foi inoportuna. O governo estadual tem mantido negociações com o movimento há algum tempo e, dentro das possibilidades, temos atendido as reivindicações. Nos próximos dias, serão entregues 150 casas nos bairros de Valéria e Sussuarana Velha”, disse (publicado em [www.conder.ba.gov.br](http://www.conder.ba.gov.br)).

Nesse momento, fazendo coro com os agentes mais truculentos do Estado, o site da Conder ainda divulga a fala de Idelmário:

Um dos coordenadores do MSTS, Idelmário Proença concorda que a ocupação da Conder não foi no momento certo. “Ocupar um órgão com o

qual estamos fazendo negociações foi um ato extremamente impensado e muitos dos manifestantes não sabiam que estavam indo ocupar a Conder”, frisou.

A foto abaixo, publicada no site para ilustrar a matéria, materializa a fala do coordenador do movimento.



**Idelmário Proença (de camisa vermelha) em solenidade na Governadoria**

O episódio serviu como demarcador de águas no movimento, explicitando as posições de atrelamento de um campo do MSTS ao Estado, fazendo até mesmo de porta-voz das promessas do governo (repete as mesmas promessas feitas no ônibus). Marlene, do Conselho Fiscal do MSTB, revela o que muitos sabiam: “o outro lado é atrelado ao governo, à Conder, por que a Conder mesmo fala que quem manda lá, a segunda ordem lá dentro é a de Idelmário. Até hoje”, e ainda “tem tratamento diferenciado, pelo fato de desde o início do movimento quem negociava com a Conder era Idelmário”<sup>38</sup>.

Posto o episódio da Conder, Gramsci (1976) formula que entre o consenso e a força está situada a fraude, isto é, “a desarticulação e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção dos seus dirigentes, seja disfarçadamente, seja, em caso se perigo emergente, abertamente, para lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias”.

---

<sup>38</sup> Entrevista ao autor.

Cinco meses depois, em setembro, Paulo Souto (DEM) disputava reeleição para seu mandato de governador e Jaques Wagner (PT) enfrentava sua segunda disputa ao governo do estado, num cenário onde os institutos de pesquisa davam vitória ao candidato do DEM no primeiro turno das eleições. Nem os petistas acreditavam numa possível vitória do seu candidato. Mais uma vez, numa clara demonstração de atrelamento à política mais geral do Estado e dos gestores do estado da Bahia – que defendem interesses antagônicos aos interesses dos movimentos sociais e dos setores populares – Idelmário aparece no programa eleitoral gratuito do candidato Paulo Souto fazendo rasgados elogios à política habitacional do governo do estado, e, em decorrência, à Paulo Souto. Mais uma aparição pública, num espaço de poucos meses, assinalando sua concepção e prática sobre movimentos sociais e organização e mobilização do MSTs.

Porém, contrariando os institutos de pesquisa e fazendo alianças com o que ele chamava de “banda B do PFL” e outros partidos satélites da base carlista que ele conseguiu descolar, o candidato do PT vence as eleições no primeiro turno. A eleição de Wagner vai aprofundar ainda mais as concepções e práticas institucionalizadas do campo B do Movimento Sem Teto. A expectativa era grande quanto à composição dos quadros do governo do estado. Após as eleições, num gesto político de agradecimento pela vitória, numa terra marcada pela religiosidade e pelo misticismo, virou clichê político ir agradecer ao Senhor do Bonfim, na Colina Sagrada. Nesse dia, a cobertura do jornal *A Tarde*, de 07/10/06, em matéria intitulada “Wagner busca voto para Lula no Bonfim”, traz declaração que corrobora com a leitura que fazemos desse campo:

“Queremos que na Secretaria de Infra-estrutura sejam criadas duas novas superintendências, uma de reforma urbana e outra de reforma agrária”, explicou Jhones Bastos, líder e um dos fundadores do Movimento dos Sem Teto. Com 150 famílias ocupando a antiga fábrica da Toster, Jhones disse esperar que o novo governador estabeleça uma política para transformar em moradia todos os prédios ocupados pelos sem teto que não tenham fins sociais. No documento, chegou a indicar os nomes para ocupar as superintendências: o do próprio Jhones Bastos e Idelmário Proença para a reforma agrária.

Em entrevista, Bastos fala sobre o que pensa sobre o episódio:



Eu fiquei tão constrangido em ver as secretarias não atendendo as necessidades do povo... a gente ajudou a construir esse governo, e aí eu acho incrível... não importa se é PT, PCdoB, PFL, DEM. A gente ajuda o governo, a gente ajuda a construir o governo, quando vai dividir as cadeiras... só os dominantes. É técnico de não-sei-o-que, é técnico de não-sei-o-que (...). Eu achei que realmente eu podia ajudar a construir o governo. Eu tava me sentindo a vontade, à disposição do governo, mas não houve avanço. Mas um dia eu sonho, eu vou ser secretário de habitação dessa cidade.

Enquanto o novo governo não tomava posse, as relações do Campo B com a Conder no final de gestão de Paulo Souto continuavam privilegiadas, inclusive fazendo reuniões isoladas e sem conhecimento da coordenação do movimento (segundo depoimento de Pedro Cardoso), potencializando as desconfianças dos que não concordavam com tais práticas. A Conder, após manifestação do Campo A, concordou em só realizar reuniões onde estivessem presentes os dois campos representativos do movimento. Porém, a companhia não cumpriu o acordo, o que gerou protesto por parte do Campo A. Em ofício enviado à Conder, datado de 10/11/06, a coordenação do MSTB explicita a questão:

Na última manifestação dos integrantes deste movimento em frente a esse Órgão, ficou acertado com esta diretoria, que não se realizaria nenhuma reunião sem que as duas partes do MSTB/MSTS estivessem presente. Porém sabemos por seus funcionários que no dia 26/10/06, houve uma reunião com apenas uma das partes do movimento, descumprindo o combinado. Tal atitude nos surpreendeu, achávamos que esse Órgão honrava com os seus compromissos ou ao menos respeitasse os acordos. Tivemos outra surpresa, mais uma vez segundo seus funcionários, na semana anterior foi realizada outra reunião novamente sem a nossa presença, em que o Srº Idelmário fez indicações aleatórias referente as sobras das casas construídas através da Prefeitura / SEHAB sem o consentimento da comissão das listas, **mesmo sabendo que os ocupantes das mesmas são integrantes fundadores do movimento, apontou outras pessoas diferentes das que estão morando nas casas ocupadas da terceira etapa, como forma de afronto ao nosso coletivo**<sup>39</sup>. Observe os senhores que ele alega que Ivo Carvalho da Silva e Sandra Theodora da Conceição que não compactua com

---

<sup>39</sup> Grifo dos missivistas.

as praticas d'ele, estão em outras listas. Por não simpatiza-los, ele apresentou outros nomes para os lugares dos mesmos e se contradiz ao indicar o nome de Shirley dos Santos Borges que ele mesmo tirou da lista anterior do Km 12 (consultar listas da Estrada Velha do Aeroporto).

Observamos que a postura de alguns funcionários no relacionamento com o companheiro Idelmário Proença, onde parecem esquecerem a função desse Órgão, discriminando os demais coordenadores com os quais a relação com o referido coordenador é de questionamentos e divergências em relação ao trato com o Movimento, mesmo sabendo que ele por si só não representa e nem decide pela maioria da direção do MSTB/MSTS, fórum onde há divergências de opiniões e práticas diferenciadas com o mesmo objetivo, as atitudes de tais funcionários ao priorizá-lo, causa transtornos e incompatibilidade com os demais coordenadores, trazendo com isto prejuízo para o movimento, pois o mesmo nos sonega as informações. Por exemplo: solicitamos uma reunião para saber das quarentas casas que seriam construídas em Valéria onde esse Órgão alegou não se lembrar do compromisso assumido com os beneficiados das mesmas os quais já tinham assinado o pré contrato na GECOM com Dona Terezinha. Até o momento, não fomos contatados para esclarecimento do assunto. E segundo a reunião que tivemos [anteriormente com a Conder], fomos mais uma vez enganados, novamente somente o Srº Idelmário foi procurado.

A Srª. Sandra, da GECAP é uma das funcionárias que nos trata com arrogância e não esconde a sua parcialidade em relação ao referido companheiro. A postura dela diante dos demais coordenadores, não reflete a todo arcabouço, que pensamos esta dever ter, para que viesse assumir a função para a qual foi designada, considerando tratamentos e direitos iguais a todos cidadãos. Devemos tratar o povo com sensibilidade e gostar do que fazemos, pois estamos nos relacionando, a CONDER e o MSTS, com seres humanos.

(...)

O ofício explicita bem as divergências entre os dois campos do movimento e as relações do Campo B com a companhia, mesmo no apagar das luzes da gestão do então presidente Mário Gordilho. Na nova gestão, no governo Wagner, tendo à frente Maria Del Carmem. Aragão (1993), analisando o papel da CDS – Coordenação de Desenvolvimento Social, órgão da Prefeitura Municipal do Salvador, na relação com os movimentos sociais na década de 80, exemplifica como atuam tais aparelhos estatais:

O papel exercido pela CDS será contraditoriamente, de avanços e recuos, posições sempre vinculadas ao caráter político imediatista das ações: ora tentando a cooptação das lideranças populares de “sedes de bairro”, ora exercendo um papel assistencialista, chegando a desativar “sedes de bairro” e omitindo-se nas questões mais decisivas.

(...)

Outra atitude que transparece da ação política da CDS é a tentativa de aliciamento direto das associações de moradores e das lideranças de bairro, com o emprego da figura do chamado “agente comunitário”. (...) Com essa prática, a CDS objetivava manipular lideranças locais mais atuantes e direcionar o atendimento consoante aos interesses políticos do governo, associado aos grupos dominantes.

Enquanto a ocupação da Conder teve um caráter simbólico e evidenciou as posições de um líder do Campo B, a desocupação do Clube Português também serviu para mostrar a concepção de movimento proposto por esse campo.

A mais emblemática das ocupações do MSTs desde sua fundação, situada num bairro de classe média, a ocupação do “Português”, um imóvel sem função social, haja visto que se encontrava fechado e em degradação, por conta de dívidas milionárias com a prefeitura municipal.

Instalado na Pituba, bairro nobre da orla fundado no início do século 20 pelo mineiro Joventino Silva e seu cunhado, o português Manoel Dias da Silva. Os ricos comerciantes compraram a Fazenda Pituba dos herdeiros do também português Manoel Inácio da Cunha Menezes, o Visconde do Rio Vermelho, que havia adquirido aquelas terras em 1774. O asfaltamento das ruas do bairro, iniciado nos anos 60 e finalizado no início dos 70, atraiu mais moradores. Naquela época, o Clube Português era o *point* de uma comunidade em pleno progresso e urbanização. Fundado em 1946, o Clube Português encontra o auge nos anos 60, quando a colônia de imigrantes portugueses era grande e bem-sucedida na capital baiana. Em 1999, o clube encerra suas atividades e se acumulam dívidas com a prefeitura.

A ocupação teve início em 22 de fevereiro de 2004, abrigando 152 famílias, num período onde o movimento estava no auge das ocupações e a coordenação não tinha

cindido. Segundo Idelmário Proença, em *realese* distribuído à imprensa intitulado *Acampamento do Clube Português – Pituba*, no dia 04 de abril de 2005 a justiça defere liminar de reintegração de posse aos dirigentes do clube. Através da intermediação da 13º CI-PM, é feito um acordo para a permanência no “Português” por mais 15 dias, porém, no dia 09 de abril as famílias se retiram do clube e ocupam um imóvel vizinho, o Hotel Paulus, também fechado e sem função social, cujos proprietários ganham ação de reintegração e posse na justiça e por força de acordo celebrado mais uma vez na Companhia de Polícia Militar, sob o comando do Major Jarbas, concede mais um prazo de 15 dias para as famílias permanecerem nas dependências do Hotel. Um dia antes de expirar o prazo acordado, em 04/05/05, as 152 famílias reocupam o Clube Português, que passa a ser propriedade da Prefeitura Municipal e embora o município posteriormente tenha conseguido liminar de reintegração de posse, através da mediação do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, celebra acordo com a Secretaria Municipal de Habitação no sentido da mesma construir 85 unidades habitacionais e as famílias cadastradas permanecerem no clube até a entrega das mesmas. Todavia, se o município desenvolvesse projeto para dar um fim social ao imóvel, as famílias sairiam por livre e espontânea vontade. As famílias excedentes (67) foram remanejadas para outros acampamentos.

Importante salientar que, no processo de cisão do movimento, a ocupação do Clube Português fica sob ascensão do campo B, que passa a dar direção exclusiva sobre o andamento das negociações com os poderes públicos e a mobilização das famílias acampadas. O que o Campo B não evidencia é o grande interesse da especulação imobiliária naquela área que se entrelaça com os interesses políticos dos gestores municipais, tanto que o esperado “fim social do imóvel” teve como resultado uma praça construída nas vésperas das eleições municipais de 2008, que reelegeu o prefeito vigente.

O acordo que deu fim à desocupação e ao Clube Português – que foi demolido posteriormente – revela que não houve saldo concreto (muito menos político) em relação às reivindicações para as mais de 85 famílias que ocupavam o imóvel, na medida em que apenas 22 famílias conseguiram casas na área do Dique do Cabrito, entre os bairros de Pirajá e Coutos, e as demais foram remanejadas para outras ocupações do movimento. Tal acordo foi feito sem a audiência dos ocupantes, que só

ficaram sabendo do seu destino no dia da desocupação, ou seja, não houve uma assembléia para ouvir os ocupantes sobre a proposta feita pela Conder e pela Sehab. No site da Conder ([www.conder.ba.gov.br](http://www.conder.ba.gov.br)) o link de imprensa informa o resultado e satisfação do acordo:

O coordenador do MSTs, Idelmário Proença, festejou a mudança e lembrou que ela é fruto da sensibilidade da atual administração da Conder ao lado da participação popular: “É um avanço, sem dúvida, que marca a boa vontade do Governo do Estado no enfrentamento de um grave problema social, que agora, no Governo Jaques Wagner, vem sendo tratado com a devida importância, a partir de um permanente diálogo entre o poder público e as comunidades”, afirmou, lembrando que a entrega de 22 casas, hoje, dá seqüência ao processo de realocação das 85 famílias que viviam em meio a péssimas condições no antigo Clube Português, há quatro anos, 32 das quais já tinham sido transferidas para unidades implantadas pela CONDER no Conjunto Vila Valéria.

Outras 31 famílias que também viviam no Português serão transferidas ainda na tarde hoje, emergencialmente, para o acampamento do MSTs na antiga fábrica da Alfred Nordeste, na Avenida Fernandes da Cunha, próximo ao Largo de Roma, na Cidade Baixa, devendo permanecer no local até meados do próximo ano, enquanto a CONDER implanta casas para abrigá-las em Valéria, Suburbana e Pirajá. Todo o cadastramento destas famílias foi feito rigorosamente de acordo com o tempo de sua ocupação no Clube Português, com técnicos da CONDER e a coordenação do MSTs atuando conjuntamente para assegurar transparência.

Pedro Cardoso, coordenador do movimento, diverge da solução dada:

O objetivo nosso era pressionar, através daquela ocupação, a prefeitura a tomar, junto ao governo do estado, junto ao governo federal, para viabilizar moradia para as 85 famílias que estavam lá. O acordo que foi feito – eu tô [sic] dizendo que fui eu quem fez o acordo, o Secretário Carlos Soares, da Ação Social e a Secretaria de Habitação [Ângela Gordilho], nos primeiros dias do governo João Henrique. O acordo foi o seguinte: o pessoal só iria sair dali para suas casas. Foi negociado um terreno em Pernambués [bairro de Salvador] e a gente ficou com a expectativa daquelas casas em Pernambués fossem construídas. O problema foi que a prefeitura não viabilizou o terreno. Independente de qualquer coisa, nossa concepção era

que não deveria ser entregue aquele espaço porque era um meio da gente fazer pressão para que o estado resolvesse pelo menos o problema daquelas famílias. Com o racha, essa ocupação ficou com a outra parte do movimento, e como ficou sob a tutela deles, a decisão de como deveria ser feita a negociação com o Clube Português, então, a preferência deles foi tirar pacificamente as famílias de lá, levar uma parte pra Valéria, o que é um retrocesso, por que o acordo que foi feito foi que as casas fossem construídas em Pernambuco e outras no Dique do Cabrito, numa situação de extrema precariedade, casas que não estavam no padrão que foi definido, por que as casas que nós defendemos foi uma casa de dois quartos. Assim mesmo foram obrigadas a irem pra casas com um quarto, famílias com cinco, seis pessoas. Foi uma negociação feita, combinada, a partir de interesses do município e esse segmento do movimento que tendem cada vez mais a atrelar o movimento à estrutura do Estado (entrevista ao autor).

Outro aspecto levantado é a quebra da sociabilidade entre os ocupantes, já que numa ocupação seus moradores criam laços de vizinhança, de solidariedade. Com a dispersão para várias localidades, quebram-se esses laços, indo de encontro ao projeto da Comunidade do Bem Viver. Cardoso também avalia que a negociação foi feita nos bastidores, sem que as famílias tivessem uma participação mais efetiva. “Chegasse, reunisse, batesse o martelo. Não teve essa democratização das discussões. E, do ponto de vista real, foi aquém do que foi acordado”, finaliza Cardoso.

As divergências aprofundam-se e, conseqüentemente, a cisão ganha corpo. Há pouca discussão política sobre o assunto, sendo mais tratado no campo da prática e comentários no dia-a-dia, com raros textos para debate. Dentre esses poucos, destacamos um intitulado *Projeto Construindo Casas e Cidadania*, assinado por Idelmário Proença<sup>40</sup>, Jhones Bastos e Walter Sena, no qual propõem uma “discussão de implementação de projeto habitacional associado ao trabalho e renda nas comunidades do MSTS/MSTB”, sendo um “documento encaminhado ao governo do estado através da SEDES e SERIN”:

É pública e notória a divisão existente no MSTS/MSTB, todavia, é importante salientar que a maioria dos Coordenadores de nossa organização que representam a maioria dos acampamentos e núcleos fez a opção de conjugar em nossa luta, a COMBATIVIDADE com COERÊNCIA política

<sup>40</sup> Este assina como vice-presidente do MSTS/MSTB, embora a diretoria não seja presidencialista.

com vistas à conquista dos anseios imediatos dos cadastrados (a conquista da casa). Sendo esta uma das grandes diferenças que temos com os dissidentes do MSTS/MSTB e que ao longo de dois anos de convivência insistiram na incoseqüência, pois enquanto a grande maioria da coordenação defendia o uso de OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS **SEM FINALIDADE SOCIAL** com instrumento de pressão, eles tentavam a todo momento impor a estratégia equivocada de ocupações indiscriminadas (imóveis com finalidade social, de preservação ambiental e patrimônio histórico), fato que contribuiu bastante para divisão existente hoje no seio da coordenação. Outro fato decisivo para o agravamento da crise era os métodos nada transparentes usado por alguns deles, (não tinham o hábito de prestar contas política e financeira), bem como era hábito tentar subordinar interesses do MSTS a seus interesses políticos, buscando tratar o movimento como simples apêndice. Fatos que ficaram patentes em diversos momentos e particularmente durante o episódio da ocupação da CONDER, ocorrida em 28 de abril de 2006, que cujo objetivo era propagandear os candidatos a cargos eletivos do P-Sol, em detrimento do prejuízo que poderia acarretar para os cadastrados do MSTS/MSTB, principalmente os do Clube Português e da Estrada Velha do Aeroporto, que estavam na eminência de verem os contratos para início das obras de construção das unidades habitacionais, prevista para aquele mesmo mês (...). Tais fatos finalizaram com o racha em julho de 2006 (transcrição de acordo com a redação original).

A questão levantada no bojo do “projeto” revela a preocupação do Campo B em desqualificar o Campo A enquanto representantes do movimento para salvaguardar a interlocução exclusiva com o Estado, pois a discussão feita no documento propõe parcerias para, dentre outras coisas, a construção de 2.000 casas no terreno da Rede Ferroviária Federal, na Calçada, além de projetos de formação de mão-de-obra para os ocupantes. Interessante salientar que, no citado documento, mostrando que nem sempre o discurso corresponde à prática, apresentam um conceito de autonomia: “condição *sine qua no* para a sobrevivência dos movimentos sociais, motivos pelos quais tenhamos um diálogo aberto, franco e transparente com os governos, somos autônomos e independentes”. Por sua vez, o Campo A, na pessoa do coordenador Antonio Raimundo (Dinho), publica carta aberta *Aos companheir@s da coordenação, acampamentos e núcleos do MSTS*, onde se contrapõe aos argumentos apresentados por Ildemario:

Mesmo conhecendo as posições dos companheiros (Pedro e Ana) de que não deveríamos responder tais acusações, por considerarem que a história se

incumbirá de revelar a verdadeira face do militante Idelmário, resolvi apresentar as minhas posições e esclarecer alguns fatos. Tenho certeza que vários companheir@s do MSTS que conhecem os métodos utilizados por esse militante, ao lerem este documento logo se identificarão e gostariam de telo assinado. Como não houve tempo para consulta, resolvi divulgá-lo apenas com a minha assinatura. Esta decisão por si só já reflete uma grande diferença de métodos, visto que na tentativa desesperada de impressionar com o seu documento, Idelmário inclui na lista como assinantes o nome de alguns dirigentes que se quer foram consultados e de outros que foram enganados em relação ao conteúdo do texto.

(...) confesso que não percebi, nos últimos meses, alterações substanciais na conjuntura que pudessem justificar uma mudança tão rápida de posição que o levasse a negar as duras críticas que teceu ao governo Lula e ao PT no documento de sua autoria intitulado: **PT – um partido esgotado em quanto alternativa de classe.**

(...)

O documento assegura que um dos motivos do “racha”, seria uma avaliação diferenciada em relação ao movimento de moradia na Bahia e o que o MSTS estaria vivendo uma conjuntura de isolamento. Para enfrenta-la, propunha a pluralidade na direção, sob pena de implosão ou diluição do movimento. Afirma que a nossa posição era de ampliar apenas para os setores críticos do governo Lula (PCO e PSTU). A bem da verdade, devo dizer que esta divergência nunca existiu e seria esdrúxula, mesmo porque a coordenação já tem uma composição plural. Existem coordenadores do PCdoB (Rita Sabadele), do PT (Zeinho), do PSOL (Pedro) e vários companheiros sem filiação partidária. O PCO e o PSTU não têm qualquer trabalho de moradia no Estado, portanto o movimento não poderia ser ampliado para estas agremiações (transcrição de acordo com a redação original).

### O longo texto, de três laudas, segue contra-argumentando

Afinal, Idelmário, qual o tipo de relação que você sugere? A que você tem estabelecido com a Conder? Realizando reuniões a portas fechadas sem a presença dos coordenadores que divergem das suas posições para negociar os interesses do movimento como você fazia quando era presidente do sindicato dos gráficos? Fazendo jogo do PFL, quando concede entrevista e orienta militantes de base a gravarem o programa carlista, com texto pronto, agradecendo a você e ao governador Paulo Souto pela conquista das casas? A nossa posição, Idelmário, é a de que a autonomia só se garante quando o canal de negociação é aberto através da pressão. O movimento tem



dimensão de classe. Negociatas só interessam às elites que controlam o Estado e tentam a todo custo engessar os movimentos sociais cooptando lideranças. (...) É preciso dizer ainda, Idelmário, que por mais que tenhamos críticas à política econômica do governo Lula, jamais somaríamos com o carlismo (transcrição de acordo com a redação original).

O texto assinado por Dinho ainda rebate as acusações ao Campo B de fazer ocupações em imóveis com função social; contra-argumenta as afirmações de não prestação de contas do Congresso e afirma que há um processo no Ministério Público contra Idelmário por malversação do dinheiro da cozinha comunitária de Valéria, dentre outros assuntos.

## 4.2 Os aliados de cada campo

Ao longo do tempo e com as concepções e práticas diferenciadas, cada campo foi constituindo aliados, de acordo com suas afinidades programáticas, políticas e ideológicas.

### 4.2.1 Aliados do Campo A

**CJP – Comissão de Justiça e Paz.** Entidade de assessoria aos movimentos populares urbanos e rurais do Recôncavo da Bahia. Existe há mais de 25 anos e atua com a educação popular e o trabalho de base<sup>41</sup>.

**COMUNA** – É um grupo autônomo, Comuna significa uma forma de organização dos explorados radical, horizontal e revolucionária. Tem como objetivos a construção da Universidade Popular através de ações práticas junto a estudantes, professores e principalmente com os diversos movimentos sociais, especialmente o MSTB<sup>42</sup>.

**CEAS – Centro de Estudos e Ação Social.** Existe há 40 anos, atua no apoio a diversos movimentos sociais urbanos e rurais e na formação política através da biblioteca aberta ao público, revista e cursos de formação<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Cartilha do II Congresso do MSTB.

<sup>42</sup> idem

<sup>43</sup> idem

**SAJU – Serviço de Apoio Jurídico da UFBA.** Organização dos estudantes da Faculdade de Direito da UFBA que atua com a educação jurídica popular, a fim de fortalecer a luta dos movimentos<sup>44</sup>.

**CAJUP** – grupo formado por estudantes que através de estudos teóricos e atividades práticas visa a cooperação para a construção de uma realidade justa, consciente e equilibrada junto aos movimentos sociais. Tem como base os princípios de libertação da educação popular, além de uma visão crítica do direito e da sociedade opressora que vivemos<sup>45</sup>.

**CMI - Centro de Mídia Independente.** Buscam “dar voz” aos movimentos sociais: fotografam, filmam, produzem jornais, *site* na internet, documentários, rádio comunitária, etc<sup>46</sup>.

**Nova Comunidade.** Movimento autônomo da Suécia, mas que se organiza numa perspectiva internacionalista da luta, dando apoio à movimentos no Brasil e na América Latina, contribuindo na luta pela mudança estrutural da sociedade<sup>47</sup>.

Além das organizações citadas, o Campo A capitaneou a formação da Frente de Luta pela Moradia Popular, que congrega o MDMT – Movimento de Defesa da Moradia e do Trabalho, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Lauro de Freitas, Associação de Moradores de Vila Valéria-Setor B e Adjacências, Conselho Cultural dos Moradores da Comunidade de Vila Nova Esperança (ex Rocinha do Pelourinho), Grêmio C. C. C. Afoxé Filhos de Ogum de Ronda: Novos Alagados de São João do Cabrito (Plataforma) e Associação de Moradores Nova Aliança de Praia Grande.

Yuri Falcão, da CJP, vê diferenças entre os dois campos do movimento e aponta sua opção:

A gente se afastou do Movimento 2 de Julho justamente por que se aproximou da União de Moradia. Então, foi justamente o caminho que o outro campo, de Idelmário, se aproximou também. A gente começa a assessoria a esse campo do movimento no mesmo momento que a União [de

---

<sup>44</sup> idem

<sup>45</sup> idem

<sup>46</sup> idem

<sup>47</sup> idem

Moradia] recebe o apoio de Idelmário. Na nossa compreensão, a União de Moradia, aqui em Salvador, é muito mais um reflexo, um braço de um mandato político, tem uma relação intrínseca com um partido político, mas não uma relação de autonomia. Muito pelo contrário, a gente vê um segmento de um projeto de mandato e, mais que isso, um projeto de um governo (entrevista ao autor).

Falcão considera ainda que “a forma de trabalho do movimento [de Idelmário] também é uma realidade. Você sente que há um personalismo e a intenção é que esse personalismo seja reforçado”.

Por sua vez, Manolo, do CEAS , que acompanha o movimento desde o início, evidencia as diferenças entre os dois campos:

O movimento, além de reunir pessoas que não tinham condições de pagar aluguel, mas por um motivo ou por outro se apertou, gente que morava de favor na casa de outros, reuni também essas pessoas que estavam completamente jogadas fora de qualquer perspectiva de inserção social digna. Inseridos socialmente eles são, mas com dignidade não. E o que acontece é que nesse processo de formação desses dois campos, um deles acaba tendo esse papel mais proeminente com essa relação de resgatar essas pessoas que estão nas últimas situações de degradação social possível. Essa é uma das diferenças. Outra, evidentemente, é com o tipo, a forma, da liderança lidar com as pessoas que lidera. Ou seja, enquanto em um campo você encontra uma relação em que – com suas particularidades, evidentemente – há um certo respeito pelo que as pessoas que estão na ocupação falam, o que elas deliberam nas assembléias, as decisões que são tomadas, etc. No outro você tem uma relação que é de mando por alguns coordenadores (entrevista ao autor).

Fabrcio Moreira, do Comuna, também tem uma visão na qual os dois campos apresentam diferenças:

Quando soubemos do racha, e apesar de não ter travado contato direto com as lideranças, dentro das ocupações e em outros espaços, nós conhecemos pessoas que estavam próximas a esse campo, que tem práticas autoritárias, que não comungam com nosso projeto político, daí a gente ter feito essa opção dentre esses dois campos do movimento (entrevista ao autor).

#### 4.2.2 Aliados do Campo B

**FABS – Federação das Associações de Bairro de Salvador.** Fundada em 1979, quando teve atuação destacada àquela época, com influência do trabalho da Igreja Católica, chegou a congregar mais de 200 associações de moradores. Entre os anos 80 e 90, a federação sofreu forte institucionalização.

**MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia.** Segundo o *site*<sup>48</sup> do Fórum Nacional de Reforma Urbana, o MNLM “tem como missão estimular a organização e articular nacionalmente o movimento de moradia, desenvolvido por sem-tetos, inquilinos, mutuários e ocupantes, unificando suas lutas pela conquista de moradia digna como direito fundamental, com o objetivo de garantir reforma urbana e melhores condições de vida para a população”. O MNLM foi fundado em junho de 1990, hoje está organizado em 16 estados.

**UNMP - União Nacional por Moradia Popular.** Fundada em 1989, em seu *site*<sup>49</sup> afirma que “sempre defendendo a proposta autogestionária, o direito à moradia e à cidade e a participação popular nas políticas públicas e contra os despejos, a UNMP organiza-se em torno desses princípios comuns que se traduzem em reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas de governo. Nesse sentido, tem enfrentado as diferentes gestões, ao longo desse tempo, buscando a negociação e a ação propositiva, sem deixar de lado as ferramentas de luta e pressão do movimento popular”.

**CMP – Central de Movimentos Populares**<sup>50</sup>. Em 1980 foi constituída a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS). No final da década de 80, no seu 8º Congresso, a ANAMPOS foi dissolvida, dando lugar à Comissão pró-Central de Movimentos Populares. Em outubro de 1993, finalmente, foi realizado o Congresso de fundação da CMP, em São Bernardo do Campo. Atualmente a CMP atua em 15 Estados e os movimentos populares em torno da Central são variados e vão desde ONGs de mulheres, movimentos de negros, moradia e comunitários, passando pelos

---

<sup>48</sup> [http://www.forumreformaurbana.org.br/\\_reforma/pagina.php?id=1237](http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1237)

<sup>49</sup> <http://ba.unmp.org.br>

<sup>50</sup> [http://brasilacimadetudo.lpchat.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3289&Itemid=23](http://brasilacimadetudo.lpchat.com/index.php?option=com_content&task=view&id=3289&Itemid=23)

movimentos culturais, de rádios comunitárias, indígenas e ecológicos, dentre outros, propondo diretrizes gerais para as lutas a serem travadas em cada momento específico, bem como colaborar com a construção de um projeto político popular para a transformação da sociedade. A CMP está vinculada e atua em conjunto com a Federação Continental de Organizações Continentais (FFCCOC).

**CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores**<sup>51</sup>. Fundada em 1982, participou de vários movimentos durante a década de sua fundação. Defende a universalização da qualidade de vida, com especial atenção às questões do direito a cidades, incluindo além da luta pela moradia digna, saúde, transporte, educação, meio ambiente, trabalho, igualdade de gênero e raça e democratização em todos os níveis. Atualmente, congrega mais de 550 Entidades Municipais e 22 federações estaduais, marcando presença em 23 estados da Federação e no Distrito Federal, é associada a FCOC – Frente Continental de Las Organizaciones Comunales, que reúne as entidades comunitárias do continente americano compondo a sua diretoria executiva.

**UMP-BA - União de Moradia Popular**<sup>52</sup>. Tem como propostas políticas a criação nos três níveis de governo do Conselho de Habitação e do Fundo de Habitação de Interesse Social; implantação integral do projeto Moradia, do Instituto da Cidadania; descentralização de recursos, privilegiando os municípios; implementação de políticas públicas autogestionárias; lutar por projetos com política de subsídios que garantam o acesso à moradia para famílias que ganham até três salários mínimos; defender o direito de morar no centro como princípio do direito à cidade; urbanização e regularização de favelas, ocupações e loteamentos precários/construção de novas moradias dignas; lutar pela universalização do saneamento básico.

Além desses movimentos, o Campo B se articula com alguns sindicatos<sup>53</sup>, como Sindipeç, Sinergia, Sindicato dos Vigilantes, Sindae e Sindprev, todos sindicatos de trabalhadores, aos quais, invariavelmente, pede ajuda material para alguma atividade, porém, na mesma relação de sindicatos, e com o mesmo teor, consta também ofício ao Sinduscon, que é o Sindicato da Indústria da Construção Civil, ou seja, um sindicato

---

<sup>51</sup> <http://www.conam.org.br>

<sup>52</sup> <http://www.ba.unmp.org.br/>

<sup>53</sup> De acordo com os vários ofícios enviados aos sindicatos supra citados.

patronal que congrega as empreiteiras da construção civil, que por sua vez tem relações estreitas com o mercado de especulação imobiliária. O ofício é encaminhado a Lucy Maria Marques de Carvalho, que por sua vez tem assento no Conselho Municipal de Habitação representando sindicatos patronais.

Os aliados do Campo B, apesar de apresentarem, até certo ponto, propostas avançadas, apresentam concepções e práticas semelhantes às do Campo B do MSTS. Por sua vez, os aliados do Campo A têm a mesma concepção de movimento que este campo, com críticas ao Estado e considerando os aliados do Campo B como movimentos “engessados”.

### **4.3 Ocupações**

No processo de cisão do movimento em dois campos, as diversas ocupações ficaram sob a ascensão de quem tinha algum trabalho de organização e mobilização. Algumas sobrepõem os dois campos.

#### 4.3.1 Ocupações do Campo A<sup>54</sup>:

Mata Escura – 120 famílias;

Periperi – 320 famílias (área da RFFSA);

Escada – 300 famílias (terreno da Coelba);

Lagoa da Paixão (Fazenda Coutos) – 1.000 famílias, 3.000 barracos (área pública);

Gal Costa/Sussuarana – 350 famílias (área de propriedade do DNOCS);

Tubarão – 150 famílias (área da Votorantim);

IPAC I – 23 famílias;

IPAC II – 20 famílias;

IPAC III – 11 famílias;

Cajazeiras – 276 famílias (área da Conder);

Boiadeiro – 87 famílias (terreno da União Fabril);

Salinas das Margaridas – 150 famílias;

Lobato – 22 famílias;

---

<sup>54</sup> Relação de ocupações divulgada durante o II Congresso do MSTB (Campo A).

Salinas das Margaridas – 150 famílias;  
Conselho Tutelar,  
Valéria,  
Lauro de Freitas  
Conceição da Feira.

#### 4.3.2 Ocupações do campo B<sup>55</sup>:

Fábrica da Toster I (Bonfim);  
Fábrica Barreto;  
Escola Nossa Senhora da Penha;  
Clínica Irte;  
Fábrica da Alfred;  
Edifício Sampaio;  
Galpão da Leste I;  
Stella Maris;  
MPT;  
Edifício Rajada;  
Toster II (Suburbana);  
Fábrica de Mamona;  
Edifício Chile;  
Edifício Caiçara (Brotas);  
Vila Metrô I;  
Vila Metrô II;  
Ocupação do Bom Juá;  
Estrada Velha do Aeroporto – Km 12;  
Riachão do Jacuipe;  
Teixeira de Freitas;  
Vila Praiana (Lauro de Freitas).

---

<sup>55</sup> Divulgada no *Projeto Construindo Casas e Cidadania*, do MSTS (Campo B), não divulgando o número de famílias.

#### 4.4 Organização de mulheres

Salta aos olhos a grande participação das mulheres no Movimento dos Sem Teto, sendo maioria na base e na coordenação. Dessa forma, a organização das mulheres do movimento ocupa lugar estratégico, não só pela sua presença como pela discussão de gênero que perpassa essa organização, a qual inclui-se o debate sobre patriarcado, sexismo, dentre outros assuntos, que estão no bojo de um horizonte estratégico. Não por menos, uma das primeiras organizações do movimento foram as Guerreiras Sem Teto, fruto das primeiras mobilizações da Estrada Velha do Aeroporto. Ana Vaneska, coordenadora do MSTB, participa da organização das mulheres do movimento desde o início: “o trabalho de base que historicamente foi mais presente no movimento foi o trabalho de mulheres, ainda que com debilidade”.

Porém, com o processo de cisão do movimento, essa organização, por ter um caráter político que não aponta para resultados pragmáticos e economicistas, vai ser priorizado pelo Campo A, em detrimento dos objetivos do Campo B. É certo que a cisão causa prejuízos à organização – num primeiro momento – mas os projetos diferenciados dos dois campos vão apontar para essa organização ou não. Ana Vaneska avalia:

Quando a crise na coordenação do movimento se agudizou, o que foi que houve? Uma parte da coordenação foi pra um lado e outra parte da coordenação foi pro outro. Então, o trabalho que já vinha sendo construído em algumas ocupações, ele foi fragilizado. Por que? Porque os grupos não estavam se relacionado, ou melhor, os militantes que não estavam se relacionando estavam em algumas dessas ocupações, conseqüentemente havia uma certa incomunicabilidade, sem falar que gerou uma certa desestabilização na própria organização (entrevista ao autor).

Assim, o trabalho de organização de mulheres nas ocupações do Campo B não continuou, nem mesmo minimamente.

Sempre quem puxou o trabalho de mulheres Sem Teto foram eu, Lú, Cris, Gal, Celinha. Não foi um trabalho puxado pela galera que hoje não mais faz trabalho conosco. Sempre foi um trabalho nosso, inclusive foi um trabalho construído junto com o apoio das Guerreiras Zeferinas (entrevista ao autor).



Ana explica que as Guerreiras Zeferinas é um coletivo formado por mulheres de várias organizações de gênero. Considerando esses outros coletivos, algumas militantes do Movimento Sem Teto, que são as Guerreiras Sem Teto, passaram a participar desse coletivo Guerreiras Zeferinas. As Guerreiras Sem Teto se organizam antes mesmo do I Congresso, realizando sua primeira marcha em 2005. Perguntada se acha que o trabalho de organização de mulheres tem um caráter estratégico, Ana responde:

Acho. Por isso que te falei que hoje, considerando essa coordenação, ela tem um número maior de mulheres, ela também tem uma força maior de mulheres que tem uma história política mais elaborada (...). Essa coordenação agora tem mulheres que têm um acúmulo diferenciado do acúmulo que tinham as mulheres que entraram na coordenação anterior, apesar de nossa coordenação atual ter mulheres que eram da coordenação anterior (entrevista ao autor).

Por sua vez, o campo B não tem trabalho de organização de mulheres do movimento, centralizando toda a autoridade do movimento na figura de pouquíssimos coordenadores, sobretudo Idelmário. O único objetivo é a conquista das casas num plano imediatista e pragmático, sem perspectivas de totalidade da sociedade.

Ana Vaneska avalia de outra forma:

Se você consegue qualificar politicamente a maior parte do movimento, que é formado por mulheres, que é a galera que tá [sic] dentro de casa, que é a galera que elabora a educação dos filhos, que é a galera que mantém a família, que são as “servas do lar”, que é a galera que em grande parte vai pra assembléias (entrevista ao autor).

Pedro Cardoso corrobora com Ana Vaneska:

A gente aqui tá [sic] organizando as mulheres. Ultimamente, é o que mais tem crescido – como a maioria do movimento é formado por mulheres – eu poderia dizer que o trabalho de mulheres é um elemento central na nossa ação concreta, diária, por que organizar as mulheres significa organizar o que existe de mais dinâmico dentro do movimento, e que são maioria (entrevista ao autor).

Não encontramos nenhum documento relativo à discussão de gênero no Campo B, porém, as Guerreiras Sem Teto, organizadas no campo A, elaboraram um documento intitulado *Mulheres, moradia e outras lutas: de quem somos para além do que queremos*, onde apresenta suas posições:

Nós, mulheres, somos maioria no MSTS, somamos em torno de 70%; casadas sem teto ou solteiras sem teto, chefes de família ou não, negras, afro-indígena muitas vezes somos mães e queremos educação, saúde, alimentação, lazer e “um teto pra colocar os filhos embaixo”<sup>56</sup>; somos “guerreiras batalhadoras”, filhas desta pátria chamada Brasil e descendentes dos lutadores e das lutadoras desta terra.

Desempregadas, empregadas domésticas, catadoras de resíduos sólidos, camelôs, biscateiras, enfim, o que quer que hoje façamos, essa diversidade nos aponta que fazemos parte de um setor excluído da sociedade esquecido pelo poder público, setor que ainda não teve em suas vidas efetivado o artigo 6º da Constituição de 1988.

Mais adiante, o documento afirma:

A discussão em torno da questão de gênero é central no movimento, no que diz respeito principalmente a sua organização política, à materialização do projeto político do MSTB – a construção da comunidade do Bem Viver -, que vem se efetivando através da construção de uma cultura política de horizontalidade, das brigadas e da simbologia do mesmo inspirados nas lutas de *Conselheiros*<sup>57</sup> sim, mas também nas de *Zeferinas*<sup>58</sup> em tantos outros Quilombos dos Urubus. Queremos mudança na cultura política de exclusão e de não reconhecimento das identidades populares.

No dia Internacional das Mulheres – 8 de março – de 2007 as Guerreiras Sem Teto lançaram um panfleto intitulado *Guerreiras Sem Teto na luta pela reforma urbana e pelo aumento do orçamento para as políticas sociais!*

Nós, **GUERREIRAS SEM TETO**, que somamos no MSTS/MSTB quase 70%, mais uma vez junto às demais mulheres de movimentos sociais e organização da luta feminista nos voltamos para o **08 de Março Dia**

<sup>56</sup> Fala de uma mãe, participante do MSTS, no contexto de uma oficina sobre relações de gênero.

<sup>57</sup> Canudos é uma comunidade que também nos inspira enquanto movimento de mulheres e homens.

<sup>58</sup> Negra que lutou pela libertação dos escravos e que liderava o Quilombo dos Urubus (região do Parque São Bartolomeu).

**Internacional da Mulher** com muita garra e disposição de luta. Esse ano comemoramos, sobretudo, a **LEI MARIA DA PENHA**, que no combate à violência contra a mulher, garante a punição do agressor, mas também não deixaremos de pressionar os governantes para assumirem os compromissos de construção de nossas casas firmados em muitas audiências com o movimento desde 2003.

**QUEREMOS NOSSO TETO!** e no 8 de Março, nas ruas de Salvador, levantaremos a nossa bandeira de luta pela Reforma Urbana e saudamos a luta das guerreiras que lutam pela terra e que iniciam uma nova Jornada de Luta Pela Reforma Agrária.

(...)

**CONTRA A PRESENÇA DE BUSH NO BRASIL!!!! LOGO NO 8 DE MARÇO, NOSSO DIA?!? CONTRA O NEOLIBERALISMO E O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO!**

(...)

#### **4.5 Formação política**

Numa sociedade onde as idéias dominantes são as idéias da classe dominante, a formação política no movimento ocupa uma importância fundamental, na medida em que discute o funcionamento da sociedade capitalista e seus reflexos na vida dos trabalhadores. Lukacs (1968; 1972) formula que a ideologia burguesa, com seus valores e doutrinas, estabelecendo as novas formas de socialibilidade em uma sociedade marcada por profunda contradição, sofreu construções e desconstruções ao longo do tempo. Sua principal referência, porém, é a de inverter a realidade, mascarar as contradições nos seus mais diversos âmbitos. Assim, o Campo A privilegia a formação política dos seus militantes e da direção, promovendo uma série de cursos de formação, inclusive contando com uma equipe pedagógica formada por militantes das organizações que os apóiam. Sobre a importância da formação política no movimento, Pedro Cardoso afirma:

Esse trabalho das ocupações, conscientização das famílias que nós não estamos fazendo a ocupação por fazer ocupação, nosso objetivo com a ocupação é garantir a resolução do problema pragmático que é a moradia, mas essa ocupação se dá também na perspectiva de construir as condições para que a gente possa superar essa sociedade que tá aí. Isso é combinado com o trabalho de formação política pra nossas lideranças. Temos curso de

formação política que já tá [sic] funcionando há mais de seis meses, que tem revelado lideranças importantes dentro do movimento, tem entendido os mecanismos de funcionamento dessa sociedade que tá aí, como funciona a sociedade capitalista, como funcionavam as sociedades anteriores à sociedade capitalista (...), a ideologia capitalista. Pra nós isso é fundamental, já que a gente quer mudar essa estrutura que tá aí, é preciso conhecer e o curso de formação aponta nessa perspectiva, de formar a militância pra que ela entenda como funciona essa sociedade pra que a gente possa, à partir daí, reunir as condições para avançar no processo de mudança (entrevista ao autor).

Perguntada se a formação política tem um papel estratégico, Ana Vaneska responde:

Claro. Quando a gente tá falando do trabalho de gênero a gente tá falando de formação política. Não entendemos gênero como uma questão pessoal, gênero é uma questão política e a formação política, como também é uma questão política, ela é fundamental, na medida possibilita que tanto o conhecimento que vem da academia ele seja reelaborado pelo movimento, quanto o movimento ele seja pensado, ou melhor, considerado, ele seja enriquecido para a construção do próprio movimento (...) (entrevista ao autor).

Manolo (Manoel Nascimento), do CEAS, uma das organizações que participam da comissão pedagógica responsável pela formação política do Campo A, que tem acúmulo na área de formação política, desconhece qualquer trabalho semelhante no Campo B:

Não tenho recebido muitas notícias de entidades que tenham sido contatadas por eles pra fazer esse tipo de atividade, e isso com um movimento do porte do Movimento Sem Teto, é publicamente notório que o movimento tem essa divisão em dois campos e poucas entidades em Salvador fazem esse tipo de formação, evidentemente a gente teria ficado sabendo se o outro campo tivesse fazendo formação política (entrevista ao autor).

O Campo B, por sua vez, tem outra concepção e prática de formação. Não há discussão sobre questões macro da sociedade nem voltadas para consciência crítica do capitalismo, muito pelo contrário. A concepção de formação apresentada por Jhones Bastos revela isso:

A gente aproveita nas assembléias também pra tá conscientizando o povo da sociedade, a gente conscientiza, a gente traz pessoas de fora pra dar palestras sobre segurança. O próprio Coronel Eleutério, o Tenente Edno, que dava assistência muito grande ao movimento, solicitamos o apoio de outras polícias. Antigamente era o Major Deiró, que tava na 17<sup>o</sup>, vinha constantemente dar apoio social. Então, é isso, graças a Deus o movimento vem crescendo.

(...)

A gente tá chamando o SEBRAE pra responsabilidade, pra dar capacitação pro nosso povo, pra tá instruindo (entrevista ao autor).

Dessa forma, Bastos compreende a polícia como aliada do movimento. Durante a entrevista, não demonstrou entendimento sobre a polícia como aparelho ideológico do Estado. O coordenador do Campo B não vê nenhum conteúdo político na formação. Perguntado se o movimento faz parceria com o Sebrae, Bastos responde:

Fez, através da Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Teto do Estado da Bahia<sup>59</sup>, fez essa parceria, mas ainda não houve avanços. No ano passado nós fizemos essa parceria, e a gente tá cobrando pra que venham capacitadores pra tá capacitando nosso povo. Solicitamos curso de liderança, curso de padeiro, curso de vigilante, curso de corte-costura, curso de articulatória, tudo isso nós solicitamos, por que no nosso meio tem padeiro, tem carpinteiro, tem ferreiro, tem de tudo.

(...)

Fizemos uma reunião pra ver a questão da reciclagem com a Vega-Limpurb; fizemos uma reunião com o Sebrae pra ver a capacitação profissional; fizemos reunião com a Conder pra interagir Conder e movimento na questão também da mão-de-obra (entrevista ao autor).

Walter Sena, do Campo B, perguntado sobre trabalho de formação política, diz que “nós fazemos seminários anuais. Fora o seminário, cada acampamento tem a liberdade de funcionar e de se desenvolver de acordo com a sua necessidade”. O que se discute nesses seminários? “Discute a política de habitação e as outras políticas que tão sendo implementadas”.

---

<sup>59</sup> Entidade legal criada e presidida por Jhones Bastos para fomentar política de geração de emprego e renda para os desempregados sem teto. Gomes e Coutinho (2007), Gohn (2004) e Oliveira (1993) discutem a atuação dessas entidades do terceiro setor, compreendendo que são voltadas para execução de políticas de parceria entre o poder público e a população, principalmente as menos favorecidas materialmente, sem uma leitura das contradições da sociedade e o caráter de classe do Estado.

Assim, o Campo A propõe uma formação voltada para o pensamento crítico da sociedade capitalista, na perceptiva de sua superação, enquanto o campo B defende que é preciso qualificar a mão-de-obra por que esse é um dos fundamentos do desemprego. Aliado a isso, passa sua visão de classe, não contribuindo para a superação da sociedade vigente.

#### 4.6 Conquistas

As concepções de conquistas do movimento são diferenciadas entre o Campo A e Campo B. Se, para um, conquista significa dizer que se construíram casas, para outro o acúmulo político e organizativo fala mais alto. Fabrício, do Comuna, fala das conquistas do Campo A:

Conquistas tem havido bastante. Primeiro, a legitimidade que o movimento tem conseguido em toda a cidade, inclusive as últimas ocupações do movimento foram ocupações espontâneas (...). O movimento se constrói como referência de organização. Considero isso um avanço significativo. Outro avanço que o movimento conseguiu, com uma série de lutas, de pressões, atos, manifestações de rua e outras formas de militância, mas calcadas no enfrentamento, conseguiu, pelo menos nesse momento, um relativo ganho frente ao Estado (...). Tem ganhos que estão acontecendo após o [II] Congresso no sentido de organização interna do movimento. Nesse sentido, são avanços (entrevista ao autor).

Pedro Cardoso avalia no mesmo sentido:

É um movimento que tem saldo político significativo. Vários militantes têm surgido a partir da organização do movimento, apesar de não termos tido muitas conquistas relativas à moradia, mas o saldo político hoje nós podemos dizer que muito significativo.

(...)

Eu tava lendo uma matéria recente sobre o Movimento dos Sem Terra; no governo de Fernando [Henrique Cardoso] a média de permanência das famílias nas ocupações do MST era em torno de dois anos e meio. Agora, no governo Lula, aumentou para cinco anos. Não é à toa que o Movimento Sem Terra tem mudado sua estratégia e tem diminuído o número de ocupações no

Brasil e vem desenvolvendo ações no sentido de questionar os projetos que o governo federal tem desenvolvido, que na verdade tem beneficiado o grande latifúndio. Nós, do Movimento Sem Teto, a média de permanência nas ocupações é em torno de cinco anos. A primeira ocupação do movimento que ocorreu no dia 30 de agosto de 2003, só agora no mês de maio de 2008 foi que as famílias começaram a receber suas casas (...). Então, a demora é muito grande para que fosse feita a ocupação e essa ocupação se transformar em moradia popular. Nesse sentido, a gente tem tido dificuldade. Obviamente que o problema é estrutural, mas eu poderia dizer que não há vontade política do governo na perspectiva de diminuir a burocracia dos programas habitacionais e transformar as áreas acampadas em habitação popular. Então, nesse sentido, a gente tem tido dificuldade de ter êxito no processo de conquistas das casas (entrevista ao autor).

O Campo B entende por conquistas o resultado pragmático das casas. A fala de Jhones Bastos revela isso:

A gente entende que o movimento avança muito por conta dos benefícios, casas, por que na época até eu achei que tava fazendo uma loucura. No meu próprio bairro, lá em Mussurunga, tavam [sic] dizendo que eu era louco. Hoje em dia, tenho casa, quer dizer, não é casa, é apartamento, muito bonito, muito bom, melhor que os prédios do Crédito Solidário. O governo fez um bom trabalho, mesmo porque sabia que nós não queríamos cubículo.

(...)

A prefeitura na gestão de Imbassahy, na gestão de João Henrique, não construiu nenhuma casa, não desapropriou nenhum prédio que foi prometido. Até os dias de hoje estamos esperando essa desapropriação. Esperamos que João Henrique continue ou que o outro governo, um governo do PT, Pinheiro entre pra que isso se resolva. Até o momento não foi feito nada.

(...)

Nossa relação com o governo é a melhor possível. É tanto que o governo Lula mandou recursos para as 120 casas, sabe o que foi que eles fizeram com os recursos? Eles pegaram e desviaram, dizendo eles – dizendo Imbassahy – que fez encosta no bairro tal, no bairro tal, no bairro tal. Foi em três bairros que fizeram encostas (...). Aí, pra dar um engano no povo, o governo do estado foi e desapropriou o terreno da Estrada Velha (...), e hoje tá lá 222 apartamentos, graças a Deus foi conquistado pelo povo (entrevista ao autor).

Bastos considera que para haver conquista é preciso estar do lado da máquina estatal e seus recursos financeiros. Resume afirmando que as conquistas dependem do atrelamento do movimento ao estado: “Engessar o movimento com o governo é preciso sim, não é que seja totalmente engessado, mas tem setores, como o setor habitacional, que tem que ter”. Apostando na eleição do candidato do PT à prefeitura de Salvador, Walter Pinheiro, para estabelecer mais uma relação com a máquina municipal, afirma: “Espero isso no governo Pinheiro. Espero que haja essa mudança, espero realmente que ele compreenda a necessidade do movimento tá [sic] atrelado”. Por vezes, chega a impressão de Bastos não ter certeza do que está falando, tamanha falta de cerimônia para com suas colocações. Perguntado se não acha que ao assumir um cargo como o de secretário de habitação (como ele almeja) não iria atrelar o movimento à máquina estatal da prefeitura, o mesmo responde: “olha, eu fico muito a vontade pra falar sobre isso. Se a gente for por esse âmbito, aí realmente atrelava, perdia sua credibilidade”. Maricato (2008), analisando tais práticas nos movimentos sociais, afirma: “Os processos pedagógicos ligados à identidade e compreensão científica e ideológica do mundo têm sido esquecidos. Nota-se uma atração muito forte pelo espaço institucional ou pela institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si”.

Mais adiante, Bastos desconversa e conversa:

Graças a Deus, o movimento a cada dia que passa avança nas conquistas; não tá atrelado ao governo, mas nós somos parceiros e o PSOL não vai pra canto nenhum. Parceiros nos três níveis. Porém, eu fiz uma crítica a João Henrique e à secretária Ângela Gordilho, mas a gente não deixa de ser parceiro (entrevista ao autor).

Walter Sena, coordenador do Campo B, faz a mesma leitura de Bastos:

Antes, criávamos acampamentos, assentamentos, como forma de pressão aos governos para que se houvesse uma política de habitação. Hoje já há uma política, o governo Lula criou o Ministério das Cidades, junto ao Ministério criou a política nacional de habitação, criou, a partir daí, a política estadual de habitação, e a política municipal de habitação e o Fundo de Habitação é



um exemplo disso. O município tem chamado à responsabilidade de ter uma contrapartida, e tendo a contrapartida tem tido recursos, tem tido a realização de obras habitacionais. Em 2009, Salvador vai virar um canteiro de obras, e dentro da política de habitação de interesse social. Então, é um grande desafio que eu tenho assumido, tenho chamado os demais coordenadores de trabalho nessa perspectiva de mostrarmos para os governos aonde estão essas pessoas que não têm moradia. Assim, estamos cadastrando o pessoal, reunindo, e chamado os governos para participar da inauguração a fim de que eles possam, a partir daí, ter um controle social. É uma contribuição do Movimento Sem Teto para que o governo municipal, governo federal, governo estadual, tenham um controle social mais apurado (entrevista ao autor).

As palavras finais de Sena revelam a linha do movimento do Campo B, sintetizando o que foi dito anteriormente: “Acreditamos que a partir daí, pelas políticas e pelas respostas que os governos têm dado aos movimentos sociais, ao Movimento dos Sem Teto, a gente acredita que não precisamos mais ocupar como forma de pressão”. A palavra mais usada pelo Campo B é “parceria”, assim como pelo Estado. A Sedur e a Conder destacam as “conquistas” do movimento em seus respectivos *sites* como se dá essa relação:

As 280 famílias moradoras da Vila Metrô - formada por integrantes do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) e localizada entre o Arraial do Retiro, a BR 324 e a Mata Escura, serão beneficiadas com a construção de moradias, centro comunitário, escola-creche, área de lazer e centro comercial<sup>60</sup>.

Enquanto as máquinas cuidam da demolição do que restou do antigo Clube Português, na Pituba, as 22 famílias, ligadas ao Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) e que ocuparam o local por quase cinco anos, comemoram o recebimento da casa própria, construída pela Conder na área do Dique do Cabrito, entre os bairros de Pirajá e Coutos, e para onde foram transferidos na última sexta-feira, dia 28 [de junho de 2008]<sup>61</sup>.

A presidente da FABS, Tânia Palma, destacou a importância da parceria entre o movimento e a Prefeitura visando a busca de recursos dos governos estadual e federal para a execução de obras necessárias à cidade.

---

<sup>60</sup> <http://www.salvador.ba.gov.br>

<sup>61</sup> [www.conder.ba.gov.br](http://www.conder.ba.gov.br)

"Inicialmente estamos abrindo um canal de diálogo para tratar dos problemas das camadas populares, através de um trabalho articulado com as secretarias para acompanhar as políticas públicas, esse é objetivo do movimento", disse a líder comunitária do Nordeste de Amaralina, Tânia Palma. Ela acentuou que as lideranças do movimento reconhecem as dificuldades nos cofres da Prefeitura, mas acredita que a união de forças pode atrair mais recursos para Salvador<sup>62</sup>.

Objetivo é fortalecer as relações entre os sem-teto e a Prefeitura, lançando metas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades<sup>63</sup>.

Antonia Garcia (2002) afirma que “essa relação entre Estado e movimentos sociais está sempre permeada da questão da autonomia ou do seu oposto, a cooptação ou o clientelismo”. Ermínia Maricato (2008), por sua vez, crítica da institucionalização dos movimentos sociais, afirma que “essa lista de ganhos que ocuparam um lugar central nas lutas sociais, é forçoso reconhecer, tem, talvez, um acento demasiadamente "juridicista" e institucional”. Graça Druck (2006), afirma que o governo Lula, com base ideológica e política do neoliberalismo, vem atuando no sentido de desmobilizar os movimentos sociais, através de uma permanente cooptação de suas direções e de um processo de “estatização” das organizações dos trabalhadores (sindicatos e partidos, especialmente o PT).

O Secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, Afonso Florence, perguntado como a Sedur administra a relação com os dois campos do movimento, se isso cria problemas na relação, responde que não. “Na verdade, o convívio com o MSTS/MSTB, com a Frente de Luta pela Moradia, é parte do cotidiano da Sedur no convívio com o conjunto de outros movimentos organizados de luta pela moradia”<sup>64</sup>. Afirma ainda: “Na verdade, para nós, é como se fossem movimentos indistintos: chegou uma passeata, uma ocupação, tem uma sigla e tem uma bandeira, nós tratamos indistintamente a todos, nas mesmas condições (...). Para nós a formulação programática interna não se manifesta. A rigor, não tem muita distinção”. Jacobi (1988) analisa tal relação, afirmando que “o Estado deve atender aos grupos sociais cuja existência, não estando organizada pela produção de mercadorias, tende a ser um forte

---

<sup>62</sup> <http://www.salvador.ba.gov.br>

<sup>63</sup> Op cit

<sup>64</sup> Entrevista ao autor.

elemento de desestabilização social e política. A legitimação da ação estatal depende basicamente da capacidade do Estado em responder às demandas sociais, tornando-se um eficiente administrador e interventor para manter a acumulação e reprodução e suportar o peso da contradição entre a esfera da produção e as esferas exteriores a ela”.

#### 4.7 Concepções

O Campo A sempre discutiu um projeto estratégico para o Movimento Sem Teto. Já no I Congresso, a contribuição ao debate *Quem somos nós e para onde vamos?* faz a discussão sobre o tema:

Somos sem-teto, mas não apenas, pois a realidade da escravidão pariu a realidade da exclusão, negando-nos trabalho, saúde, segurança pública, educação, espaços de arte e lazer, enfim, condições elementares de vida. Estas questões são, portanto, reivindicações legítimas do MSTB. Referenciando-nos na luta pela conquista de uma sociedade que seja capaz de efetivar de maneira profunda as liberdades políticas, econômica, social, cultural e religiosa; buscamos não apenas um “teto” particular, mas sim a constituição de *comunidades do bem viver*. Empunhando a bandeira da Reforma Urbana, ao fundo afirmamos a força de relações sociais baseadas em ideais de liberdade e não de negação dos direitos de milhões.

Por outro lado, após a efetivação de dezenas de ocupações, fundação de núcleos e manifestações públicas, podemos ter o orgulho de dizer que somos também o Movimento dos *Com*. Apesar dos grandes obstáculos da exclusão, entendemos o potencial político e cultural despertado quando decidimos andar de mãos dadas, construído um movimento *com* solidariedade, perspicácia e acima de tudo, *com* muita coragem. Entendemos que a luta contra a exclusão é também a luta pela superação dos preconceitos de que são vítimas os segmentos populares, e é por isso que o MSTB busca dar visibilidade às características e experiências que de maneira apaixonante emergem das comunidades populares, mas que, no entanto, são socialmente muito pouco reconhecidas.

Ao longo do tempo, o Campo A dá continuidade a essa proposta, com um projeto baseado no coletivismo, contrariamente ao individualismo vigente na sociedade atual;

no ecumenismo, diferentemente da intolerância que reina atualmente. Tal concepção busca inspiração ideológica nas lutas do povo brasileiro, das revoltas indígenas e formação de mocambos, passando pela Conspiração dos Alfaiates, pelo 2 de Julho, pela resistência do Quilombo do Urubu, da Revolta dos Malês, da Sabinada e da Luta de Canudos. O documento afirma ainda

A reflexão sobre o significado destes processos constitui uma das mais promissoras formas de construção identitária de nosso Movimento. Está colocado o desafio da leitura a ser feita por cada pessoa que hoje integra o MSTB – esteja ela em ocupação ou núcleo, em coordenação ou brigada, em qualquer dos municípios que tenha chegado a nossa organização – sobre que momento e sujeitos possuem força simbólica para tornar nossa disputa social cada vez mais inclusiva e expressiva. Desta forma, o I Congresso inaugura um novo momento, onde as mais diversas iniciativas (cursos, seminários, publicações de textos, etc.) devem fazer emergir experiências simbólicas, que a partir do assumimento dos componentes de cada organização de base (no caso da opção específica feita por núcleos, ocupações ou comunidades) e de todo o Movimento (no caso das referências adotadas por todo ele) devem espelhar vivamente quem somos e para onde vamos.

O II Congresso do MSTB, realizado em fevereiro de 2008, vai dar continuidade a essas concepções, enquanto o Campo B, não mais realiza congressos.

O Campo B não tem nenhum documento elaborado com suas concepções, pois não consideram essa uma discussão relevante. Quando perguntado sobre qual o projeto estratégico do MSTB, Jhones Bastos diz não entender a pergunta e não responde. Porém, foi claro quando respondeu a pergunta se aceitaria ser secretário de habitação (sonho confesso dele, dito na entrevista) de Pinheiro (seu candidato a prefeito de Salvador), ou, caso este não venha a se eleger, aceitaria ocupar o mesmo cargo numa eventual gestão de João Henrique ou de Imbassahy: “Com certeza! Iria realizar meu sonho e o sonho de um monte de pessoas que realmente precisam de uma moradia. Lá eu ia ser obrigado a atender, vai ser um dever meu se realmente acontecer esse fato. Vai ser uma dádiva de Deus!”

Como as concepções se expressam nas ações e nos discursos, as posições dos dois campos do movimento se materializam nos momentos cruciais. O jornal *A Tarde* revela isso na fala dos coordenadores dos dois campos:

Apesar de o governo federal ter divulgado que o movimento representa um perigo maior para a estabilidade social do que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Proença garante que a organização não é oposição ao governo federal. “Ao contrário, queremos ajudar o governo, mas dentro dos compromissos assumidos de mudar a injusta situação social” (*A Tarde*, 12/05/04).

Sobre as ocupações, Pedro Cardoso é incisivo: “Nós do MSTs, ao lado do Movimento dos Sem Terra (MST), fazemos parte dos setores da esquerda que não se engessaram ou sucumbiram ao poder com a ascensão de Lula à presidência da República” (*A Tarde*, 22/10/04).

Pedro Cardoso entende, assim, que um grupo contra-hegemônico não pode prescindir do seu caráter de classe (Wood, 2005).

Enfim, os dois campos formados com a cisão do Movimento dos Sem Teto da Bahia apresentam concepções e práticas diferenciadas, dando rumos diferentes à luta dos sem teto, afirmando e negando o horizonte dos de baixo, mas entendendo que o critério da verdade é a validade da práxis.

## 5. CONCLUSÕES

O processo de urbanização da cidade do Salvador se deu com a industrialização modernizante no início do século XX, após a decadência da economia agrícola da cana-de-açúcar, onde as usinas substituíram os engenhos. A descoberta do petróleo na década de 50 e a posterior implantação da primeira refinaria de petróleo do país, em Mataripe, selam a fase de industrialização que o estado entrava. Nesse processo de conformação capitalista, o espaço urbano é redesenhado, considerando, ainda, a cidade como lócus da expansão da sociedade do mercado. Com efeito, as conseqüências sociais são vistas na Salvador no primeiro quinto do século XX com a expulsão/periferização dos mocambos do centro da cidade, construções precárias habitadas pelas camadas populares, cidade essa de grande maioria negra que vivera, àquele período, a apenas três décadas do fim da escravidão. Dessa forma, o capitalismo recorta o espaço urbano de acordo com sua lógica de expansão e exploração, atendendo aos interesses de classe, empurrando milhares para as mais precárias formas de habitar na secular cidade de Salvador.

Na década de 40, com a imigração advinda do interior do estado, o crescimento populacional e o processo de industrialização, as primeiras “invasões”/ocupações surgem como a resposta daqueles que vivem da força de trabalho aos interesses do especulativo mercado imobiliário. As experiências iniciais forjam as primeiras lutas, assim como os embrionários coletivos de moradores precedem os primeiros movimentos sociais. Destarte, os movimentos sociais vão se pautar justamente pela luta por condições materiais de habitação e equipamentos urbanos que a Salvador regida pela lógica do capital não atende nem interessa atender. Com efeito, os movimentos sociais assumem caráter de classe numa cidade repartida, formados pelos que vivem da sua força de trabalho.

A mudança do perfil e da paisagem na capital baiana não foge à regra da expansão capitalista dos centros urbanos analisados brilhantemente por Engels. Como dito anteriormente, a lógica do capital não prescinde da totalidade. As primeiras organizações, como a FABS – Federação das Associações de Bairro de Salvador, MDF – Movimento de Defesa dos Favelados e outros movimentos apostam na luta e na combatividade, porém, a primeira sucumbiu à institucionalização e a segunda definhou, onde o Estado – que não é neutro – joga no sentido de engessar, imobilizar, para reinar

sem questionamentos à ordem vigente. De programas sociais de cunho assistencialista aos programas de desenvolvimento urbano de órgãos de habitação e manutenção urbana que pretendiam cooptar lideranças, a lógica do uso da máquina estatal para cooptar, dividir (para reinar), domesticar movimentos, sempre esteve presente nas gestões públicas, sejam elas municipais, estaduais ou nacional. O dilema consenso x conflito permanece na luta dos movimentos sociais com o aparato estatal. E o século XXI não findou essa lógica.

E no século XXI surge mais um movimento para contradizer a lógica da acomodação à ordem e ao aparato estatal. O MSTS/MSTB emerge com grande capacidade de organização e mobilização, ganhando destaque na Salvador repartida pela expansão do capitalismo urbano, empurrando milhões de seres que vivem do trabalho para a periferia da cidade, sem infra-estrutura urbana que dê condições de reprodução de sua força de trabalho. Assim, o MSTS/MSTB agrega os setores mais explorados e excluídos naquilo que Ricardo Antunes (1995) definiu como “os que vivem do trabalho”: mulheres e homens, desempregados, sub-empregados, mães trabalhadoras solteiras, catadores de resíduos sólidos, trabalhadores terceirizados/precarizados que perderam tudo (até a casa). O movimento objetiva assumir um perfil de combatividade que represente tais setores. Após viver seu período de auge entre 2003 à 2006, o movimento experimenta a cristalização de divergências que antevinham desde o início, porém, sem maiores conseqüências. A possibilidade de servir aos interesses de governos em algum nível – municipal, estadual ou nacional – fazendo o jogo de um contra o outro, aliado à concepções de atrelamento à máquina estatal choca-se com outra concepção de movimento autônomo, independente, classista.

Ao longo desse processo, mudanças na conjuntura tiveram influência na cisão do movimento. Apesar de ter surgido um ano após a eleição de Lula à presidência da República, em 2002, o MSTS inicialmente se manifestava entre a crítica ao presidente petista e a conciliação ao governo que “estava em disputa”. Tal disputa, ressalve-se, era com a burguesia à época, fazendo com que muitos movimentos e partidos políticos sejam condescendentes com a continuidade de toda uma política apresentada já por FHC, mas que Lula promete não mudar, exposta na *Carta aos Brasileiros*. O Campo B, com sua visão pragmática, estabelece uma relação de “parceria” com a Conder, que por sua vez é a gestora dos programas habitacionais e executora das obras, na medida em

que a Caixa Econômica Federal - banco estatal federal – repassa os recursos advindos do Ministério das Cidades. Assim, aliar-se à Conder seria aliar-se ao braço concreto de execução das casas e dos recursos financeiros. Tal relação inicia-se ainda no governo Paulo Souto (PFL/DEM) e continua na gestão de Jaques Wagner (PT). Aliás, a eleição de Wagner para o governo estadual aprofunda a relação de atrelamento do Campo B ao Estado – justificando-se no fato de serem do mesmo partido, que é um “partido que defende os trabalhadores”, etc. - passando a funcionar como correia de transmissão dos interesses da máquina estatal.

Consequentemente, a desocupação do Clube Português reflete tal postura, pois o saldo para os ocupantes do Clube foi negativo, não acumulando politicamente – era a ocupação mais visível e comentada da cidade – nem tendo resultado pragmático, pois das 85 famílias que estavam no local, apenas 22 receberam casas. A ocupação da sede da Conder por diversos movimentos sociais, inclusive o MSTS/MSTB, também reflete tal posição. A indisposição do Campo B e a sua crítica à ação do Campo A, inclusive fazendo coro com o então governador Paulo Souto, classificando a ação, no mínimo, como irresponsável, revela, dentre outras ações, sua posição de atrelamento e, consequentemente, de posição que favorece à hegemonia burguesa da sociedade.

O Campo A distingue-se do outro por apresentar uma compreensão de totalidade da sociedade, entendendo o problema da habitação como problema estrutural, cuja resolução só se daria com o fim do capitalismo. Diante disso, em suas resoluções, defendem a *Comunidade do Bem Viver*, sendo um projeto de sociedade onde o coletivismo prevaleça sobre a lógica do individualismo característico do capitalismo; onde não haja exploradores nem explorados. Assim, compreende o movimento como movimento de uma classe social, com interesses inconciliáveis em relação aos capitalistas; com compreensão que a questão de gênero (consequentemente, a organização das mulheres) tem papel estratégico na luta dos sem teto; que é preciso horizontalizar (mesmo que não seja totalmente implementado, mas busca-se) as direções, decisões, como forma de democratizar e educar para uma outra lógica fora da ordem burguesa. Com efeito, o movimento deve ser autônomo e independente do Estado e ter discursos e práticas que expressem essas posições.



Assim, na cisão cristalizada no MSTs/MSTB entre dois campos, categorizo a formação de dois movimentos dos sem teto, apesar do mesmo nome, mas com direções diferentes, eleitas em fóruns diferentes, como organizações e mobilizações diferentes e com concepções e práticas diferentes; um campo adaptado à hegemonia social, política e cultural hoje existente, se pautando por reivindicações economicistas, imediatista, com ações meramente táticas, desconectado com a totalidade da sociedade, sem visão crítica do mundo do capital, desprezando qualquer elaboração teórica, atrelado ao Estado e sem um projeto classista para a sociedade; de outro lado, um campo contra-hegemônico, com discurso e prática de crítica à ordem, com concepção classista, independente do Estado, compreendendo que a luta não é só pela casa e sim por mudanças estruturais na sociedade que subvertam a ordem perversa da exploração e precariedade da forma de habitar.

Isso se expressa em discursos, práticas, ações, manifestações, reivindicações, relações estabelecidas, alianças, concepção de conquistas, etc. No Campo A, ao qual metodologicamente denomino como o contra-hegemônico, conseguimos perceber seu enquadramento como tal, ao longo da análise dos documentos, falas, discursos ou quando retratados na mídia; por sua vez, o Campo B, entendido como adaptado à hegemonia, percebemos claramente suas posições de acordo com a categorização teórica.

Diante do cenário formado com a eclosão de dois movimentos distintos, poder-se-ia perguntar se não há a possibilidade de reversão desse cenário, com a reunificação do Movimento dos Sem Teto. Ante o exposto pelos sujeitos ao longo da pesquisa, tal proposta não está no horizonte. Não só as divergências, mas também as diferenças estabeleceram relações de animosidade entre os sujeitos dos dois campos, dificultando uma futura reunificação. Para além disso, a história dos movimentos sociais está repleta de cisões que jamais se voltaram atrás.

Porém, tais características não querem dizer que o Campo A seja homogêneo em suas posições. É factível haver tensionamentos internos por conta de diferenças de concepção e prática, de organização e mobilização. Ou seja, nem todos podem apresentar posições contra-hegemônicas, apesar de haver um esforço da direção do movimento nesse sentido. Para além das linhas estratégicas do MSTB, as divergências e diferenças

existem no Campo A. Além disso, como todo movimento e organização que atua na sociedade civil ou na institucionalidade estatal, este campo também está sujeitos a pressões materiais e ideológicas hegemônicas. E isto aponta para um sempre duro e prolongado processo de resistência, formação política e construção de práticas e identidade coletiva para que possa manter suas características diante da desproporcional força material e simbólica das classes dominantes e do Estado.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jorge. *Estado, hegemonia, luta de classes e os dez meses do governo Lula*, in *Crítica Social*, nº 3, dezembro 2003

ANDRADE, Eliziario. *A política e a miséria dos intelectuais liberais*. Impresso, s/d, s/l.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora. 1995

ARAGÃO, José Wellington Marinho de. *Movimento popular de luta pela terra – Salvador, 1979-88*. Cadernos do CEAS, Salvador, nº 149, 1993

BORON, Atilio. *Crisis de las democracias y movimientos sociales en América Latina: notas para una discusión*, in revista OSAL, ano VII, nº 20, Buenos Ayres, mayo-agosto de 2006.

BRANDÃO, Maria de Azevedo R. *Origens das expansão periférica de Salvador*, in *Revista Planejamento*, Salvador, abr./jun., 1978

BUONFIGLIO, Leda Velloso. *O “direito à cidade” apropriado: da utopia dos sem teto ao modelo de gestão do Estado*. In: II Seminário Nacional: movimentos sociais, participação e democracia, 2007, Florianópolis.

CÂMARA, Antonio da Silva. *Lukacs: decadência ideológica e a recusa da alienação*. Orbis. Revista Digital, publicado em [www.cultivox.orbis](http://www.cultivox.orbis), 2000, acessado em 10/06/07

\_\_\_\_\_. *O pós-modernismo e o liberalismo tardio: novo projeto de uma velha ideologia*. Salvador, APUB. Revista Textos nº 3, jan. Salvador, 1996.

CAMPOS, André. *Atlas da Exclusão Social no Brasil. Dinâmica e Manifestação Territorial*. Vol. 2. São Paulo: Cortez Editores, 2003

CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madrid*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *A questão urbana*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983

\_\_\_\_\_. *Lutas urbanas e poder político*. Porto: Firmeza, 1976.

CLOUX, Raphael Fontes. *Uma história urbana do presente: o Movimento dos Sem Teto de Salvador (2003-2007)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Salvador – Unifacs, 2008

DAMATTA, Roberto. “Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional”. In: *A casa e a Rua*, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006

DOIMO, Ana Maria, DOXSEY, Jaime R., BELING NETO, Roberto. *Os novos movimentos sociais – teoria e prática*. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, 1986

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará/ANPOCS, 1995.

DRUCK, Graça. *Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência*. Revista OSAL, ano VII, nº 19, Buenos Ayres, enero- abril 2006

ENGELS, Friedrich. *Contribuição ao problema da habitação*, in Textos vol. 2. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

FERNANDES, Valdisio (organizador). *Ação popular nos bairros de Salvador*. s/d, s/l

FONTES, Virginia. *Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica*. Revista OSAL, ano VII, nº 19, Buenos Ayres, enero-abril 2006

GARCIA, Antonia. *Movimentos sociais na cidade d'Oxum*, in CARVALHO, Ana Maria de [et al] (org.) Quem faz Salvador. Salvador, Edufba, 2002.

GOMES, Ilse e COUTINHO, Joana. *Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo*. 2007. Artigo apresentado no II Simpósio de Lutas sociais na América Latina, publicado em <http://www2.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundogepal/ILSE%20GOMES%20&%20JOANA%20APARECIDA%20COUTINHO.pdf>

GONH, Maria da Gloria. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2006

GONZALES, Robert, PELAEZ, Lluc e BLAS, Asier. *Ocupar, resistir y generalizar autonomia. Los impactos políticos del movimiento por la ocupación*, in IBARRA, Pedro, MARTI, Salvador e GOMES, Ricard (coord.). *Creadores de democracia radical: movimientos sociales y redes de políticas públicas*. Espanha, Icaria Editorial, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1976

IKUTA, Fernanda Keiko e THOMAZ JR, Antonio. *As mediações do capital na luta pela moradia*. Anais da 6ª Semana de Geografia, Presidente Prudente, 2005.

IVO, Anete – *Metamorfoses da questão democrática* (Cap. 4: Sociedade e política). Buenos Aires, CLACSO–Asdi, 2001.

JACOBI, Pedro Roberto. *Movimentos sociais e Estado: efeitos político-institucionais da ação coletiva*, in Revista Ciências Sociais Hoje. São Paulo, 1988.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo : Editora Centauro, 2006

LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997

LOWY, Michel. *Por uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: LECH, 1979.

LUKACS, Georg. *El Asalto a la Razon - La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. México: Edicion Grijalbo. 1972.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.

MACCIOCCI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

MARICATO, Ermínia, VAINER, Carlos e ARANTES, Otilia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis : Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nunca fomos tão participativos*. Site Carta Maior [www.cartamaior.org.br](http://www.cartamaior.org.br) , acessado em 10/04/2008

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: LP&M, 2001

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. *As invasões na cidade de Salvador*. Cadernos do CEAS, Salvador, nº 72, 1981

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”*. Vol. 1 – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989

OLIVEIRA, Nelson. *Repensando o papel do Estado*. Entrevista ao Caderno do CEAS, nº 144, março/abril, 1993

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (org.). *Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal Editores, 1977.

RODRIGUES, Edmilson e LIMA, Carlos. *A cidade e sua gestão*. s/d, s/l.

SADER, Emir. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo, Paz e Terra, 1998

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis, UFSC, 1987.

SEOANE, José e TADDEI, Emilio. *Movimientos sociales, conflictos y cambios políticos em América Latina*. Revista OSAL, Buenos Ayres, enero de 2003

SERPA, Ângelo. *Margens de Salvador: a produção do espaço periférico metropolitano*, in CARVALHO, Ana Maria de [et al] (org.) *Quem faz Salvador*. Salvador, Edufba, 2002.

SIMÕES, Maria Lúcia. *Invasões: agentes de produção da cidade do Salvador*, in Cadernos do CEAS, Salvador, nº 99, 1987

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. *Invasões, intervenções e perspectivas – o caso da cidade do Salvador*. Cadernos do CEAS, Salvador, nº 136, 1991

\_\_\_\_\_. *Novas formas de habitar, velhas estruturas*. *Revista Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 3, nº 2, setembro de 2003

\_\_\_\_\_. *As cidades na cidade*, in CARVALHO, Ana Maria de [et al] (org.) *Quem faz Salvador*. Salvador, Edufba, 2002.

SOUZA, Gutemberg. *Ocupações de prédios e reforma urbana*, publicado em [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br), acessado em 20/03/2007

TEIXEIRA, Elenaldo. *Movimentos sociais urbanos em Salvador: um mapeamento*, in CARVALHO, Ana Maria de [et al] (org.) *Quem faz Salvador*. Salvador, Edufba, 2002.

TOURRAINE, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989

TOURRAINE, Alain. *Como salir del Liberalismo*. Barcelona: Editorial Paidós, 2003

UCSAL – Universidade Católica do Salvador. *O direito de morar*. Salvador, dezembro, 1998

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1979.

WOOD, Ellen. Trabalho, classe e Estado no capitalismo global, in *Pensamento crítico e movimentos sociais – diálogos para uma nova práxis*. LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (org). Rio de Janeiro : Cortez Editora, 2005

ZIBECHI, Raúl. *Movimientos sociales: nuevos escenarios y desafíos inéditos*. Revista OSAL, ano VII, nº 21, Buenos Ayres, septiembre/diciembre, 2006



## 7. FONTES

### 7.1 Periódicos

JORNAL *A Tarde*, no período de 20/08/03 à 18/04/08

A Tarde, edição de 20/08/03, *Sem teto anuncia onda de invasões.*

A Tarde, edição de 21/08/03, *Sem teto invadem centro da cidade*

A Tarde, edição de 23/08/03, *Sem Teto I*

A Tarde, edição de 01/09/03, *Sem Teto invade prédio no Comércio*

A Tarde, edição de 08/09/03, *Grito dos Excluídos rouba a cena*

A Tarde, edição de 11/09/03, *Sem teto mais perto de conseguir casa própria*

A Tarde, edição de 15/09/03, *Sem teto planejam ocupar novas áreas*

A Tarde, edição de 20/09/03, *Sucom desmonta invasão no Lobato*

A Tarde, edição de 25/09/03, *Sem teto ocupam prédio no Centro*

A Tarde, edição de 26/09/03, *Sem Teto de olho em 117 prédios*

A Tarde, edição de 21/10/03, *Prédio público é alvo dos Sem Teto*

A Tarde, edição de 10/12/03, *“Não vamos abrir mão do prédio”*

A Tarde, edição de 11/12/03, *Sem Teto prometem radicalizar movimento*

A Tarde, edição de 13/12/03, *Sem Teto têm prazo para deixar o INSS*

A Tarde, edição de 16/12/03, *Galpão da Leste, na Calçada, é solução provisória*

A Tarde, edição de 18/12/03, *Sem Teto dormem em motel de R\$ 6*

A Tarde, edição de 05/01/04, *Mutirão começa a construir casas hoje*

A Tarde, edição de 25/01/04, *Sem Teto invadem prédios abandonados em Salvador*

A Tarde, edição de 23/02/04, *Famílias sem moradia ocupam Clube Português*

A Tarde, edição de 02/02/04, *Sem Teto se organiza como força política*

A Tarde, edição de 30/04/03, *Força dos sem-teto preocupa governo*

A Tarde, edição de 05/04/03, *Sem Teto saem de clube e ocupam antigo hotel*

A Tarde, edição de 21/04/04, *Sem teto ocupam prédio no Comércio*

A Tarde, edição de 23/04/04, *Sem teto do Paulus espera casa*

A Tarde, edição de 04/05/04, *Sem teto voltam a ocupar o Clube Português*

A Tarde, edição de 08/05/04, *Na Mesbla, negociação em vez de reintegração*

A Tarde, edição de 14/05/04, *Sem teto: saiba mais*

A Tarde, edição de 02/06/04, *Sem teto fazem caminhada do Lobato até o Centro*

A Tarde, edição de 03/06/04, *MSTS alcança reivindicações em negociação com a Caixa*

A Tarde, edição de 05/06/04, *Visita de Lula à Bahia vai durar oito horas*  
 A Tarde, edição de 07/06/04, *Integrantes do MSTS fazem nova ocupação na Calçada*  
 A Tarde, edição de 08/06/04, *Sem teto cobram casas populares prometidas*  
 A Tarde, edição de 17/07/04, *Passeata vira comício da esquerda*  
 A Tarde, edição de 18/09/04, *Bancários baianos iniciam greve*  
 A Tarde, edição de 21/10/04, *Sem teto podem voltar à ativa*  
 A Tarde, edição de 28/10/04, *MSTS protesta em vários pontos da cidade*  
 A Tarde, edição de 09/12/04, *Atrás de renda e emprego*  
 A Tarde, edição de 25/04/06, *União por mais moradia*  
 A Tarde, edição de 18/04/07, *Integrantes do MSTS protestam em frente à Secretaria de Habitação*  
 A Tarde, edição de 05/06/07, *Sem-teto realizam nova ocupação*  
 A Tarde, edição de 08/06/07, *Conder garante que vai retirar invasores*  
 A Tarde, edição de 12/07/07, *Bahia tem déficit de 850 mil moradias*  
 A Tarde, edição de 14/08/07, *Sem-teto pressionam governo*  
 A Tarde, edição de 18/04/08, *Protesto dos sem-teto*

## 7.2 Documentários

*MSTS – Organizar, ocupar e resistir*. Produção e direção de Carlos Pronzato. Salvador, 2004. DVD

*Ocupação da Conder*. Produção e direção de Carlos Pronzato. Salvador, 2006. DVD

## 7.3 Sites na internet

Site da Conder <http://www.conder.ba.gov.br/>, acessado em 10/08/2008

Site da Sehab <http://www.sehab.salvador.ba.gov.br/>, acessado em 10/08/2008

Site da CONAM <http://www.conam.org.br/> acessado em 02/11/2008

Site da UMP-BA <http://www.ba.unmp.org.br/>, acessado em 02/11/2008

Site do Fórum Nacional de Reforma Urbana <http://www.forumreformaurbana.org.br/>

Site do MSTB <http://www.mstb.org.br/>, acessado em 20/06/2008

Site do Instituto Búzios <http://www.institutobuzios.org.br/>, acessado em 01/12/2008

Site <http://www.cultivox.orbis>, 2000, acessado em 10/06/07

Site da UEL <http://www2.uel.br/grupopesquisa/gepal>, acessado em 14/02/2008

Site do Instituto Pólis [www.polis.org.br/](http://www.polis.org.br/), acessado em 20/03/2007

#### 7.4 Documentos

Cartilha do II Congresso do MSTB, Salvador, fevereiro de 2008;

Regimento Interno do MSTB;

Panfleto *Guerreiras Sem Teto na luta pela reforma urbana e pelo aumento do orçamento para as políticas sociais*, Salvador, 08 de março de 2008;

Panfleto da FLMP – Frente de Luta pela Moradia Popular, *Campo e cidade nas lutas pelas reforma agrária e reforma urbana* (s/d);

Carta *Aos companheir@s da coordenação, acampamentos e núcleos do MSTB*, Salvador, 16 de agosto de 2006;

Ofício do MSTB à Conder, de 10 de novembro de 2006;

Texto do MSTB *Mulheres, moradia e outras lutas: de quem somos para além do que queremos* (s/d);

Projeto do MSTB/MSTB *Construindo casas e cidadania* (s/d);

Texto do MSTB *Acampamento do Clube Português – Pituba*, Salvador, 18 de julho de 2007;

Ofício do MSTB ao Sinduscom, Salvador, 17 de setembro de 2007;

Ofício do MSTB ao Sindpec, Salvador, 02 de setembro de 2007;

Ofício do MSTB ao Sinergia, Salvador, 02 de setembro de 2007

Ofício do MSTB ao Sindicato dos Vigilantes, Salvador, 02 de setembro de 2007;

Ofício do MSTB ao Sindae, Salvador, 02 de setembro de 2007;

Ofício do MSTB ao Sindprev, Salvador, 02 de setembro de 2007;

Texto do MSTB, *Histórico do MSTB*, (s/d);

Prefeitura Municipal do Salvador, Secretaria Municipal de Habitação – Sehab. *Relatório da Gestão 2005/2008*;

Prefeitura Municipal do Salvador, Secretaria Municipal de Habitação – Sehab. *Plano Municipal de Habitação de Salvador – 2008-2025*.

## **7.5 Entrevistas**

Afonso Florence, Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano

Ana Vaneska, coordenadora do MSTB

Célia Maria Carilho, coordenadora do MSTB

Cristina Teixeira, coordenadora do MSTB

Fabício Moreira, militante do Comuna

Jhones Bastos, coordenador do MSTB

Manoel Nascimento (Manolo), assessor do CEAS

Marlene Santos, coordenadora do MSTB

Pedro Cardoso dos Santos, coordenador do MSTB

Valdisio Fernandes, ex-diretor da FABS e atual coordenador do Instituto Búzios

Yuri Falcão, assessor da CJP

Walter Sena, coordenador do MSTB

**ANEXO I**

## **Histórico das primeiras ocupações de Salvador**

### **Vila Rui Barbosa**

A Vila Rui Barbosa surgiu no início dos anos 50. Ocupando um terreno da Marinha do Brasil, os moradores da Vila Rui Barbosa quiseram ficar ali, pois era próximo do lugar onde trabalhavam, assim como acontecia em outras ocupações. Boa parte destes trabalhadores eram empregados da construção civil e nas fábricas que àquela época se instalavam na Península de Itapagipe.

Os moradores da Vila Rui Barbosa estavam sofrendo pressão por parte da proprietária do terreno (a Marinha) para que estes o desocupassem. Depois de algum tempo, enfrentando a derrubada de algumas casas, fazendo manifestações, fechando algumas ruas e tendo reuniões com governantes, os moradores resistiram e resolveram a questão da posse do terreno, já que, com o tempo, a Marinha deixou de incomodá-los.

### **Calabar**

Durante o governo de Octavio Mangabeira (final dos anos 40), começa a história do Calabar, com pessoas ocupando o terreno que pertencia à Santa Casa de Misericórdia. Os ocupantes queriam ficar ali, pois era perto do local de trabalho.

Os moradores do Calabar, embora estivessem sob pressão para saírem dali, faziam manifestações, fechando ruas em passeatas e tendo reuniões com governantes quase que semanalmente. Em 1977, um grupo de jovens se organiza na comunidade e acaba formando a associação de moradores do bairro. A Associação e a Escola Aberta do Calabar foram fundamentais neste processo. Durante a gestão de Mario Kertesz na prefeitura, tiveram os seus problemas, quanto à situação do terreno, parcialmente resolvidos. Neste momento, foi importante o apoio de pessoas como o Padre Rubens Andrade e instituições como a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador.

### **Gamboa de Baixo**

A Gamboa de Baixo é uma comunidade que tem origem e sobrevivência na pesca, desde o século XVI. Em 1962, com a construção da Av. Contorno, passaram a ocupar os arcos da avenida. No ano de 95, sofreram ameaça de retirada devido a um programa

de revitalização da Avenida Contorno, e desde então, a “luta organizada” é um lema da Gamboa de Baixo, já que ameaças de retirada dos moradores ainda existem.

Primeiro, sentiram necessidade de se organizar internamente e conseguiram o apoio de algumas entidades como CEAS (Cento de Estudos e Ação Social), a CJP (Comissão de Justiça e Paz), a Igreja Católica e um grupo de arquitetos da Ufba, que fez um projeto alternativo para contrapor ao projeto apresentado pela URBIS, através do “Programa Viver Melhor”. Foram muitas as estratégias de mobilização da comunidade. Sempre que sofriam ameaças e pressões da URBIS, denunciavam nos meios de comunicação, procuravam apoio da sociedade, fechavam avenida, manifestavam seu protesto, apresentavam e defendiam a sua proposta.

### **Alto de Ondina**

Há 40 anos atrás, funcionários do Estado foram ocupando o Alto de Ondina e, aos poucos, outras famílias foram se agregando. Como na década de 90 já existia um grande número de casas, foi feito um levantamento pela URBIS, só que as casas não foram cadastradas, foram derrubadas com uso de violência, por parte da policia. A partir disso, iniciou-se o processo de organização por moradia no Alto de Ondina.

Diante das ameaças sofridas, mobilizaram-se e pressionaram os órgãos competentes, principalmente a URBIS, conseguindo a relocação de 84 famílias para um loteamento em Lauro de Freitas. Utilizam como estratégia, passeatas, abaixo-assinados e pressionaram, diretamente, os órgãos públicos, como apoio de entidades como o 13 de Maio, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese e a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

### **Plataforma**

Plataforma surgiu como um bairro operário, constituído por trabalhadores das fábricas têxteis do local e mantendo um contrato verbal de enfiteuse<sup>65</sup> com a família proprietária do terreno. No final da década de 60, um grupo de mulheres operárias se mobilizou para construir uma creche comunitária e depois passou a se organizar para conquistar

---

<sup>65</sup> Segundo Souza (2003), “este instrumento jurídico de parcelamento da terra, constituído no Brasil colônia, consiste no direito real, por parte do enfiteuta, de cultivar e utilizar amplamente, em perpétuo, o imóvel alheio (domínio útil), mediante pensão, sem, contudo destruir-lhe a substância (domínio pleno e direto) que permanece com o titular”.

melhorias para o local, fundando assim, Associação de Moradores de Plataforma – AMPLA.

No governo de Waldir Pires, houve um cadastramento, com o qual 20% das famílias se tornaram proprietárias dos terrenos onde moravam. Para os 80% restantes, a estratégia utilizada pela comunidade foi a de se recusar a pagar taxas cobradas. Com as ameaças de despejo por parte dos proprietários, utilizaram os meios de comunicação e manifestações públicas para denunciar. Depois disso, mais um desafio para a AMPLA: orientar a comunidade para não assinar nenhum contrato com os proprietários, pois estes estavam fazendo os moradores assinarem, sem esclarecimento, contratos que mudavam a situação, de enfiteuse para aluguel.

### **Jardim das Mangabeiras**

Em 1996, um grupo de pessoas se preparou para ocupar o terreno vazio do IAPSEB - Instituto de Previdência e Assistência do Estado da Bahia, em Cajazeiras VIII. A ocupação foi marcada para um domingo, às 10 da manhã, mas só foram 17 pessoas. Estes primeiros ocupantes começaram a mobilizar outros e assim cresceu a ocupação.

Logo no começo sofreram algumas derrubadas por parte da polícia, voltando a construir tudo, assim que a polícia saía. O IAPSEB entrou com ação de reintegração de posse, contestada pelos ocupantes do terreno, que utilizavam, inclusive, do cadastro realizado com apoio da assessoria da Comissão de Justiça e Paz.

Depois de muitos contratemplos, conseguiram negociar a entrada no Programa Viver Melhor do governo estadual, com verbas do FGTS, repassada pela Caixa Econômica Federal, utilizando estratégias variadas como assembleias, manifestações, ocupações das salas do IAPSEB, fechamento das vias de acesso com queima de pneus e outras formas, que chamaram a atenção do IAPSEB, da URBIS e os órgãos da imprensa. Contaram com apoio da CJP e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

### **Bairro da Paz**

A primeira ocupação aconteceu na época da Guerra das Malvinas, que foi seu primeiro nome, mas não deu certo, pois as famílias foram transferidas para Coutos pelo então



prefeito Manoel Castro. Devido às precárias condições do local, muitas famílias resolveram voltar.

A situação permanece tensa até que o governador Waldir Pires aliviou o conflito com a polícia e providenciou a construção de algumas benfeitorias ainda que precárias. A indicação de apoio, por parte desse governador, garantiu certa segurança aos moradores, incentivando a vinda de centenas de novas famílias.

No Bairro da Paz, a luta sempre foi muito intensa por causa da valorização da área. Durante sua história, surgiram no bairro várias organizações de moradores, umas mais comprometidas (com a luta dos moradores) e outras visando interesses particulares.

Por meio de abaixo-assinados, passeatas, visitas à prefeitura e, mais recentemente, como encaminhamento de ofícios e participação em audiências, as lideranças dedicadas mobilizaram-se constantemente por saneamento básico, transporte urbano, postos de saúde eficazes, enfim, condições dignas de se viver, já tendo sido assessorados pela CJP – Comissão de Justiça e Paz, FABS – Federação das Associações de Bairro de Salvador e pelo CEAS – Centro de Estudos e Ação Social.

### **Saramandaia**

Motivados pela necessidade imediata de morar e, principalmente, por ser um local de difícil acesso, viabilizado com a abertura da Avenida Antonio Carlos Magalhães, algumas famílias se aproveitaram da existência de um terreno e foram se instalando, ainda de forma precária, num cenário que assemelhava ao da novela do momento: Saramandaia.

Com a gradativa valorização da área, intensificou-se o conflito com a polícia que empreendia constantes derrubadas de barracos. Os moradores, então, se organizaram num Conselho de Moradores e em uma Associação de Senhoras, organização de grande importância para o movimento nos seus primeiros anos.

Havendo a consolidação das lideranças do bairro e com o crescimento da organização, os moradores se utilizaram de abaixo-assinados, passeatas, fechamento de ruas e conseguiram um cadastro de moradores, já que boa parte do terreno pertence à

Prefeitura. Também conseguiram luz elétrica, água encanada, escolas, posto de saúde e uma passarela cruzando a pista, tudo isso “graças a muita luta organizada”. Sempre buscaram que o movimento fosse acompanhado pela imprensa, para que suas denúncias se tornassem de conhecimento público. Na sua história, contaram com a assessoria do CEAS, CJP e Igreja Católica do local.

### **Engenho Velho da Federação**

É um bairro de ocupação antiga, construído por parte das fazendas Engenho Velho e Madre de Deus, cujos proprietários, por volta dos anos 20, passaram a arrendar pequenos lotes de terra, na condição de que neles só se construísse casas rudimentares. Com o passar dos anos, estas casas foram sendo melhoradas e, seja pela influência da aceleração do processo de urbanização da cidade, como por um certo descontrole havido no processo de arrendamento por parte dos proprietários do terreno, o bairro cresce rápida e desordenadamente.

Nos anos 80, com a valorização das terras pela implantação da infra-estrutura básica e serviços urbanos, acentuou-se a pressão dos chamados “procuradores” dos proprietários pela cobrança dos arrendamentos em atraso.

Os moradores começaram a se organizar na “Comissão de Terra”. Estudos foram feitos sobre a situação fundiária do bairro com apoio do Projeto de Assessoria Jurídica da UCSal – Universidade Católica do Salvador. Os membros da Comissão se integraram ao Projeto Terra Nossa com outros grupos e instituições da cidade, obtendo a adesão de 3.500 eleitores para encaminhamento à Constituinte Estadual de uma proposta de emenda sobre política urbana.

Em resposta à pressão interna dos proprietários, os moradores passam a fazer reuniões por ruas do bairro, assembléias, teatro de rua, panfletagem, como parte da campanha pela suspensão total do pagamento do arrendamento, obtendo um êxito de cerca de 90%.